



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARIA DA CONCEIÇÃO BORGES ANDRADE

IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DECORRENTES
DA INDUSTRIALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA

Salvador
2008

MARIA DA CONCEIÇÃO BORGES ANDRADE

**IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DECORRENTES
DA INDUSTRIALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE
CAMAÇARI E DIAS D'AVILA**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Toledo Junior

Salvador
2008

A553 Andrade, Maria da Conceição Borges.
Implicações socioespaciais decorrentes da industrialização nos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila / Maria da Conceição Borges Andrade. _ Salvador, 2009.
124 f.

Orientador: Prof. Dr. Rubens Toledo Junior.
Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia 2009.

1. Industrialização – Bahia. 2. Território do Estado. 3. Camaçari (BA). 4. D'Ávila (BA) I. Toledo Junior, Rubens. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.374.4(813.8)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade e pelo privilégio que me deu em compartilhar tamanha experiência, ao frequentar este Curso, perceber e atentar para a relevância de temas que não faziam parte, em profundidade, das nossas vidas.

Ao Professor Rubens de Toledo Junior, meu orientador, pela paciência, incentivo e participação nesta jornada de conhecimentos, compartilhando suas idéias e reflexões e possibilitando um melhor aperfeiçoamento técnico e, através dele, a todos os professores do Mestrado em geografia da UFBA, turma 2006.

Aos Professores Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito e Benito Muñoz Juncal que aceitaram fazer parte da Banca Examinadora e contribuíram com suas observações. Aos colegas e amigos da turma do Mestrado.

A todos que contribuíram para que a dissertação pudesse ser feita.

E finalmente não posso esquecer de agradecer meus filhos Tainá, Tauani, Maiara, Reinaldo, Renato e Noemi e ao meu marido por estarem sempre comigo, me cobrando, me “empurrando” para nunca esmorecer nesta minha grande meta.

RESUMO

Os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila têm atraído, desde os anos 1970, empreendimentos industriais de capital intensivo e inovação tecnológica que provocaram a reestruturação territorial que se acelerou, durante a última década, em decorrência dos benefícios engendrados pela “guerra fiscal”. Tal reestruturação logrou flexibilizar a economia baiana com a diversificação produtiva orientada para bens de consumo final dotados de maior valor adicionado. Tal fenômeno alterou a estrutura do Pólo Industrial de Camaçari, cuja dinâmica espacial é comandada remotamente por atores econômicos exógenos que refuncionalizaram aqueles territórios municipais e incrementaram as atividades econômicas da Região Metropolitana de Salvador, conforme os seus próprios interesses. Fundamentando-se no conceito de verticalidade e na categoria “território usado”, esta dissertação tem como alvo identificar as dinâmicas da reestruturação produtiva decorrentes dos empreendimentos industriais que resultaram em alterações sócio-espaciais materializadas nos territórios de Camaçari e Dias d'Ávila que, refuncionalizados por meio das redes de empresas transnacionais pautadas na produção flexível, estão articulados aos mercados globais.

PALAVRAS-CHAVE:

Industrialização, território usado, verticalidades

ABSTRACT

The municipalities of Camaçari and Dias d'Ávila have attracted, since 1970s, industrial enterprises of intensive capital and technological innovations that had provoked the territorial reorganization that were accelerated, during the last decade, due the benefits created by the "fiscal war". This re-structuring provoked the flexibilization the Bahia's economy with a production diversification, oriented toward the final consumption goods with bigger added value. This phenomenon changed the Industrial Pole of Camaçari, that spatial dynamics are faraway commanded by economic actors who, according to their interests, impose new functions to the Metropolitan Region of Salvador. Grounded on the concept of "verticality" and the category "used territory", this dissertation aims to identify the resulted dynamics of the productive restructuring provoked by new industrial enterprises, whose effects are materialized on the social-spatial changes in the Camaçari and Dias d'Ávila's territories that, refunctionalized by transnational networks companies based in the flexible production. Thus the municipalities are articulated with the global markets.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	-----	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	-----	25
2.1. CATEGORIAS ANALÍTICAS E PERIODIZAÇÃO	-----	25
2.1.1 A construção de uma periodização	-----	28
2.1.2 Globalização e inclusão incompleta	-----	30
2.2. ESPAÇO GEOGRÁFICO E ESPACIALIDADE	-----	31
2.2.1 Território e espacialidade	-----	34
2.2.2 Território e poder	-----	37
2.2.3 Território usado	-----	38
2.3. DO FORDISMO PERIFÉRICO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL	-----	41
3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA	-----	43
3.1 MEIO NATURAL E SEU USO	-----	43
3.2. EVOLUÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA	-----	44
3.3 O PROCESSO MIGRATÓRIO	-----	47
3.4 CAMAÇARI	-----	51
3.5 DIAS D'ÁVILA	-----	60
3.6 CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS	-----	62
4. O USO DO TERRITÓRIO	-----	71
4.1 FEDERALISMO REGIONAL, SUDENE E INCENTIVOS FISCAIS	-----	72
4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	-----	75

4.2.1 RLAM, TEMADRE e CIA -----	76
4.2.2 COPEC -----	77
4.3 DO ESTADO PROVIDOR À “GUERRA DOS LUGARES-----	86
4.3.1 A indústria automobilística e a guerra fiscal -----	89
4.3.2 O Complexo Automobilístico Ford -----	93
4.3.3 O Pólo Industrial de Camaçari -----	98
4.4 DA GUERRA DOS LUGARES Á ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO-----	102
4.5 FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO -----	107
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	112
REFERÊNCIAS -----	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1. Camaçari e Dias d'Ávila: Localização -----	19
Figura 3.1 Região Metropolitana de Salvador: Participação dos municípios na população total (%)-1991-2007-----	48
Figura 3.2 Camaçari e Dias d'Ávila: Imigrantes intra-estaduais por regiões de origem – 1995-2000 (%)-----	50
Figura 3.3 Camaçari e Dias d'Ávila: Imigrantes intra-estaduais anos de estudo– 1995-2000 (%)-----	51
Figura 3.4 Camaçari e Dias d'Ávila: Imigrantes interestaduais por micro-região de origem – 1995-2000 (%) -----	51
Figura 3.5 Mapa do Macrozoneamento do município de Camaçari-----	52
Figura 3.6 Camaçari: População – 1991-2007-----	54
Figura 3.7 Expulsão dos moradores do Morro da Manteiga-----	55
Figura 3.8 Ocupação irregular (“moradias sub-normais”) no Cinturão Verde.-----	56
Figura 3.9 Camaçari: Escolarização da população por gêneros 1991-2007-----	57
Figura 3.10 Dias d'Ávila:Escolarização da População por gêneros 1991-2007-----	60
Figura 3.11 Dias d'Ávila: População – 1991-2007.-----	61
Figura 3.12 Camaçari e Dias d'Ávila: Participação no PIB da RMS- 2005 (%).-----	62
Figura 3.13 Camaçari e Dias d'Ávila: Setores Produtivos – 2007 (Milhões R\$)-----	63
Figura 3.14 Camaçari e Dias d'Ávila: População 1991-2007-----	63
Figura 3.15 Camaçari e Dias d'Ávila: Variação IDH 1991-2000 -----	64
Figura 3.16 Camaçari e Dias d'Ávila: Relação discentes/docente- 2007-----	65
Figura 3.17 Camaçari e Dias d'Ávila: Relação discentes/escolas – 2007-----	66

Figura 3.18 Camaçari e Dias d'Ávila: Relação população/estabelecimentos de saúde– 2007-----	66
Figura 3.19 Camaçari e Dias d'Ávila: Indicadores de desenvolvimento social 2005--- -----	68
Figura 3.20 Camaçari e Dias d'Ávila Indicadores de desenvolvimento social e fragilidades (1991- 2000)-----	69
Figura 3.21 Camaçari e Dias d'Ávila Índice de Gini (1991- 2000) -----	70
Figura 4.1 Pólo Petroquímico de Camaçari -----	78
Figura 4.2 Localização do Pólo Petroquímico de Camaçari-----	79
Figura 4.3 O PIC e os centros urbanos-----	80
Figura 4.4 O Complexo Automotivo da Ford -----	94
Figura 4.5 O Pólo Petroquímico de Camaçari: Áreas Industriais-----	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Região Metropolitana de Salvador 2008 – caracterização da área. ----	18
Tabela 3.1 Camaçari: Crescimento percentual da população em relação ao período anterior. -----	53
Tabela 3.2 Dias d'Ávila: variação da população 1991-2007.-----	60
Tabela 3.3 Camaçari e dias d'Ávila: IDH municipal -----	64
Tabela 3.4 Indicadores de desenvolvimento social dos municípios-----	68
Tabela 3.5 Indicadores de desenvolvimento social-----	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1	Complexo Automotivo Ford- Sistemistas Internos-----	94
Quadro 4.2	Complexo Automotivo Ford- Sistemistas Externos-----	96
Quadro 4.3	Novos empreendimentos imobiliários na orla de Camaçari.-----	106
Quadro 4.4	Principais alterações socioespaciais decorrentes da industrialização em Camaçari e Dias d'Ávila-----	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABB	Asea Brown-Boveri
ADENE	Agência do Desenvolvimento do Nordeste
APP	Área de Preservação Permanente
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACEX	Carteira de Comércio Exterior
CAF	Complexo Automotivo da Ford
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CEPED	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CETEB	Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia
CETREL	Empresa de Proteção Ambiental
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIA	Centro Industrial de Aratu
COFIC	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
CONDER	Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
COPENE	Companhia Petroquímica do Nordeste S.A.
CRA	Centro de Recursos Ambientais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESENBANCO	Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia
DESENVOLVE	Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração
Econômica	
EAD	Educação à Distância
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
EMBASA	Empresa Baiana de Saneamento
FAMEC	Faculdade Metropolitana de Camaçari
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FMI	Fundo Monetário Internacional
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
II PMD	II Plano Municipal de Desenvolvimento
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras

IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IPTU	Imposto Predial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviço
KFW	<i>Kreditanstalt Für Wiederaufbau</i>
LTA	Laboratório Técnico Automotivo
NAFTA.	<i>North American Free Trade Agreement</i>
ONGs	Organização Não Governamental
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEGN	Pequenas Empresas Grandes Negócios
PEP	Plano Estadual de Educação Profissional
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Pólo Industrial de Camaçari
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	PIB <i>per capita</i>
PROAUTO	Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia
PROBAHIA	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste
PROIND	Fundo de Promoção do Desenvolvimento Industrial
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
RLAM	Refinaria Landulfo Alves
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SCTI	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estatística Economia e Sociais da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLANTEC	Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da região Norte
SUDECO	Superintendência para o Desenvolvimento Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TVA	Tennessee Valley Agency
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
VTI	Valor da Transformação Industrial
ZT	Zonas Turísticas

1. INTRODUÇÃO

Na civilização ocidental contemporânea a sobrevivência dos sujeitos econômicos depende do contínuo aprimoramento das tecnologias de produção e da concepção de novos produtos, implicando a reestruturação espacial e produtiva resultantes de alterações no processo de trabalho. Isso se deve ao surgimento de novas técnicas para atender às crescentes expectativas e necessidades dos usuários.

Incorporadas ao espaço, tais mudanças o configuram distinguindo-o conforme os desígnios impostos pelo capitalismo, hoje globalizado.

No processo civilizatório sob o capitalismo, os homens são educados para atender os diferentes projetos de sociedade cujos ajustes econômicos compartimentam o espaço geográfico, uma totalidade compartilhada por todos, em diferentes subespaços (econômico, político, cultural, social etc.) segundo objetivos específicos. Por esta razão, a sociedade pode ser compreendida mediante a investigação da maneira pela qual o espaço é usado.

O projeto civilizatório brasileiro, em desenvolvimento, é marcado por idéias européias e norte-americanas, e pelo processo de globalização imposto por nações hegemônicas. A tentativa de se construir um projeto de Brasil por brasileiros não se faz sem tensões, conflitos e violências. Elas são impostas pela “democracia de mercado” cujo objetivo é viabilizar a reprodução do capital. Um processo que se oculta nos discursos ideológicos propagados pelos centros hegemônicos que apregoam o uso do território¹ como mercadoria, ou seja, como recursos dotados de valor de troca.

¹ Enquanto totalidade concreta e sinônimo de espaço geográfico, espaço banal, espaço de todos, o território usado conta com a participação de distintos atores sociais (homens, instituições, capitais e firmas) que dotados de distintos níveis de poder de comando desenvolvem múltiplas ações. Estas ações são resultado da convivência entre os atores hegemônizados e os atores hegemônicos os quais, muitas vezes, agem no espaço geográfico por meio de seus agentes, ou seja, seus representantes. Esta dissertação privilegia o termo “atores” para designar os indivíduos e instituições

Por um breve período recente na história brasileira alguns pensadores se empenharam à árdua tarefa de elaborar uma interpretação genuína da realidade brasileira: Milton Santos, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, e muitos outros.

Na época das grandes navegações e, posteriormente, da revolução industrial, ao Brasil foi imposto o papel de colônia especializada em fornecer bens para atender as necessidades alheias, ou seja, dos europeus: pau-brasil, açúcar, metais preciosos, café, cacau, borracha, “drogas do sertão”etc. Ainda hoje o Brasil retoma o seu antigo papel de mais uma vez se tornar uma província destinada a resolver os problemas de escassez alheia, ou seja, dos atores hegemônicos que operam em escala global. Para isso, abandona a construção de um projeto genuinamente nacional voltado para as necessidades de seu povo.

Uma das categorias geográficas relevantes ao entendimento da racionalização que visa a mitigação das desigualdades espaciais, o território é uma realidade material e política. É também um conjunto de sistemas naturais dotados de acréscimos históricos e materiais que são impostos pelo homem, pela sociedade. A modernização altamente seletiva e excludente do território torna-o um receptáculo dos fluxos de mais-valia que valorizam as atividades econômicas nele localizadas. O resultado desse processo é a diferenciação espacial evidenciada em porções do espaço com maior desigualdade devido à inclusão incompleta como é o caso do Nordeste brasileiro.

Situado na região Nordeste, o estado da Bahia ocupa uma área de 567.692,7 km² (36,3% da Região e 6,6% do país) distribuída entre os seus 417 municípios, 32 microrregiões e sete mesorregiões. Aproximadamente 69% de sua superfície encontra-se no domínio semi-árido. O estado possui uma localização privilegiada que permite o acesso às demais regiões sendo um dos principais centros consumidores do país sendo detentora de um terço do PIB nordestino.

A despeito de apresentar a sexta maior economia do país com um PIB que supera R\$ 90 bilhões e um PIB per capita de R\$ 6,6 mil/hab, o estado da Bahia se caracteriza pela desigualdade social decorrente da má distribuição de renda, o que é evidenciada pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,742, em 2005,

que desempenham determinados papéis na grande “arena” que é o espaço geográfico. Reservou-se o termo “agentes” para designar os indivíduos e instituições que agem em nome daqueles.

um dos piores dentre as demais unidades da federação. Isso decorre da expectativa de vida ao nascer de 71,2 anos, da mortalidade infantil de 38,7 por mil nascidos, do analfabetismo que atinge 21,4% da população (PNUD, 2008).

No seu litoral com 1183 km, o mais extenso do país, situa-se a Baía de Todos os Santos, considerada uma das melhores áreas para fundeio e atracação de navios da América do Sul, cuja profundidade requer baixos investimentos para a dragagem e manutenção dos portos. Foi no seu entorno, conhecido como Recôncavo Baiano, que se iniciou a ocupação e o povoamento do que hoje se tem como espaço brasileiro há 459 anos com a fundação do Salvador, principal lócus das decisões políticas e administrativas, que sediou o Governo geral até 1763 quando, por ordem do Marquês de Pombal, a capital foi transferida para o Rio de Janeiro.

Localizado no entorno da Baía de Todos os Santos na área denominada Recôncavo Baiano, cuja ocupação remonta ao Descobrimento (século XVI) com a chegada dos portugueses, a partir do espaço geográfico que mais tarde seria designado como Região Metropolitana de Salvador (RMS) foi considerado “ponta de lança” para a ocupação (século XVII) do território brasileiro. Tal ocupação ocorreu por meio da especialização produtiva baseada na agricultura açucareira, agricultura de subsistência e pecuária que resultou na segmentação espacial que se prolongaria até meados do século XX (SILVA; LEÃO; SILVA, 1989; BRITO 2004).

O declínio da base agro-exportadora local, a constituição de um mercado unificado nacionalmente e a concentração industrial no Centro-Sul submeteram a Bahia a um longo período de estagnação econômica e demográfica, pois as elites baianas, arcaicas, escravistas latifundiárias e agroexportadoras não acompanharam as mudanças, por isso ficou estagnadas, que seria superada com a descoberta, exploração e refino de petróleo na área do Recôncavo Baiano que passou a ser o responsável pela maior parte da produção nacional (CARVALHO, ALMEIDA e AZEVEDO, 2004).

No entorno da capital baiana agrupam-se outros onze municípios constituindo formalmente a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a partir de 1973, um transbordamento da capital baiana e que se transforma proporcionalmente aos ímpetus das forças políticas e econômicas concentradas na cidade-metrópole (SEI; UFBA, 1999). Assim como outras regiões metropolitanas brasileiras, concebidas como áreas estratégicas de controle político e de desenvolvimento, a RMS foi instituída pela Lei Federal n. 14, (08/06/1973), que definia os seus limites. Naquela

ocasião Madre de Deus e Dias d'Ávila ainda não eram municípios. Por outro lado, apenas recentemente Mata de São João e São Sebastião do Passé foram incluídos na RMS mediante a Lei Complementar Estadual n. 30, (03/01/2008), conforme Tabela 1.1.

A Região Metropolitana de Salvador limita-se ao norte com a Região Econômica do Litoral Norte, particularmente com os municípios de Catu, Terra Nova, Amélia Rodrigues, Pojuca e Itanagra, ao sul e a leste com o Oceano Atlântico, e a oeste com a região Recôncavo Sul, ou seja, pelos municípios de Salinas das Margaridas, Saubara, Santo Amaro e Jaguaribe (Figura 1.1).

Tabela 1.1
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA-2008

Município	Fund.	Área (km ²)	População ²	IDH	PIB 2005 R\$
Salvador	1549	706,799	2.948.733	0,805	22.145.303.279
Lauro de Freitas	1962	59,905	153.016	0,771	1.701.789.902
São Francisco do Conde	1693	266,631	31.219	0,714	6.362.615.466
Camaçari	1758	759,802	227.955	0,734	10.340.459.810
Simões Filho	1961	192,163	114.649	0,730	2.237.629.729
Madre de Deus	1989	11,141	16.354	0,740	124.735.178
Candeias	1958	264,487	81.306	0,723	1.698.526.384
Dias d'Ávila	1985	207,504	56.600	0,732	984.983.534
Itaparica	1831	115,922	20.641	0,712	69.766.898
Vera Cruz	1962	252,759	36.843	0,704	126.685.743
São Sebastião do Passe	1931	549,425	41.624	0,693	220.221.542
Mata de São João	1846	670,380	38.962	0,671	234.125.959
TOTAL		4.056,918	3.767.902	0,794	46.246.843.424

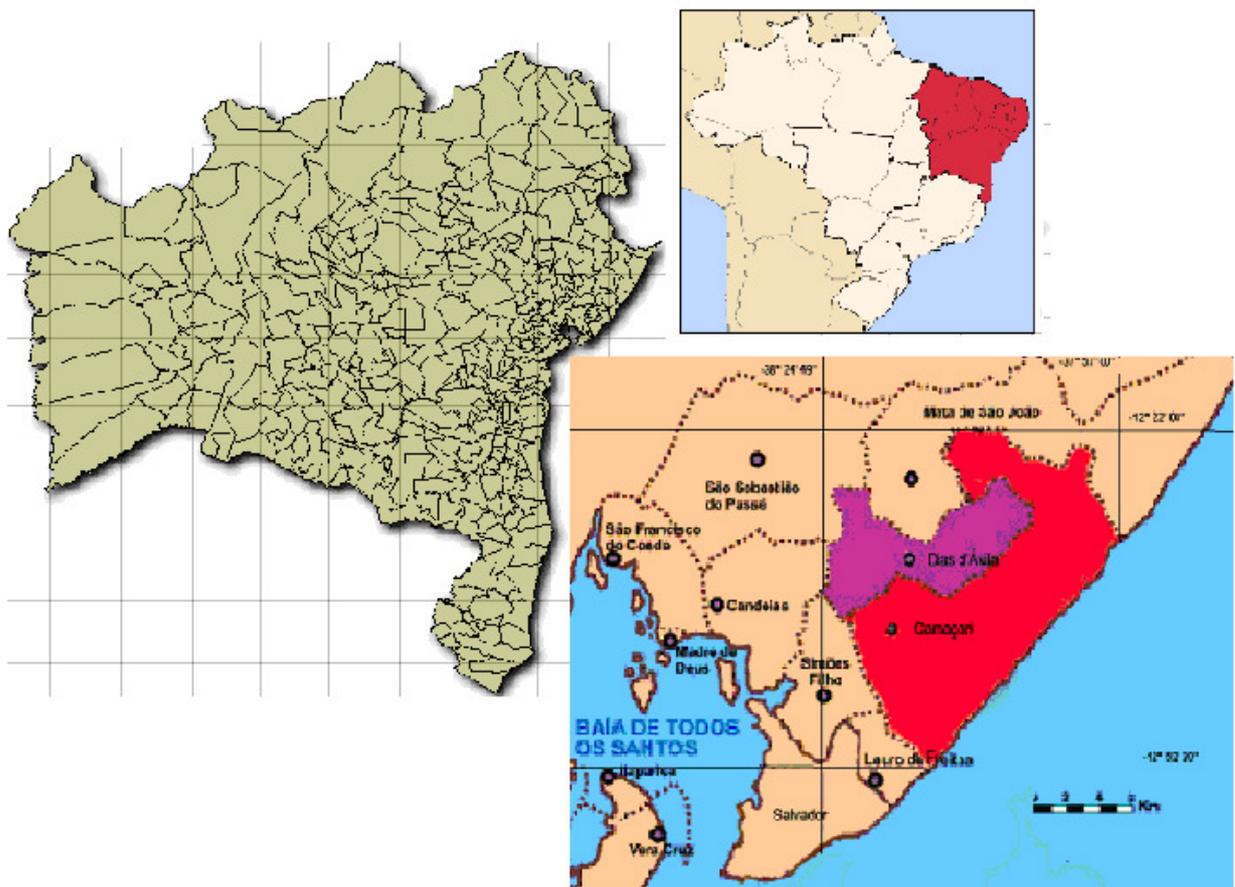
Fonte: Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade, com base em IBGE Cidade, SIDRA

Dividido em uma porção insular (os municípios de Itaparica e Vera Cruz) e uma porção continental com um robusto parque industrial aglutinando serviços diversificados, a RMS é um conjunto heterogêneo de municípios. Enquanto Salvador – sede e metrópole regional, *locus* das decisões políticas e econômicas de todo o estado – especializa-se na prestação de serviços (comércio, lazer e cultura) e se apresenta como “cidade-dormitório”, Lauro de Freitas, Simões Filho, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Dias d'Ávila, São Sebastião do Passe abrigam investimentos industriais, 90 % dos quais concentrados em Camaçari e Candeias. Entretanto, a arrecadação em ICMS de Salvador supera a marca de R\$ 1 bilhão, o triplo da arrecadação de Camaçari.

² Estimativa para 01/07/2008, IBGE.

A Região Metropolitana de Salvador com 0,7 da superfície estadual, concentra 26,12% da população baiana, estimada em 14.076.212 habitantes. Assim a população relativa da Região, 928,8 hab/ km² é 37 vezes superior que a do estado da Bahia (24,13 hab/ km²) (IBGE, 2008). O crescimento de sua população é maior nas áreas periféricas que nas zonas centrais com importantes repercussões quanto ao provimento de infraestrutura urbana e atendimento das necessidades sociais tais como: educação, saúde, segurança, transporte, emprego etc (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2004).

Figura 1.1
CAMACARI E DIAS D'ÁVILA: LOCALIZAÇÃO



Fonte: Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

A divisão política administrativa da RMS é dinâmica e alterou-se com o tempo, sendo que todos os seus municípios desmembraram-se do que

originalmente era Salvador: São Francisco do Conde (Carta Régia, 1693), Camaçari (Alvará Régio, 1758), Itaparica (Decreto Imperial, 1831), Mata de São João (1846). Durante a República emanciparam-se: Candeias (1958), Simões Filho (1961), Lauro de Freitas (1962) e Madre de Deus (1989) a partir de Salvador, Vera Cruz (1962) desmembrado de Itaparica, e Dias d'Ávila (1985) de Camaçari. Finalmente, São Sebastião do Passé (1931) originou-se de São Francisco do Conde.

Em suma, quando da inauguração da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) em setembro de 1950 (SILVA,2002) a RMS contava com quatro municípios. Durante a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), que entrou operação em 1968, já contava com 5 municípios e com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) (1978-operação), 8 municípios, a ampliação da RLAM e a Implantação do Complexo Automotivo Ford (CAF) encontram-se na região 10 municípios já estabelecidos. Atualmente, conta com doze.

Desde a década de 1950 a área que é hoje denominada Região Metropolitana de Salvador tem atraído investimentos industriais com elevada intensidade de capital e inovações tecnológicas que provocaram a reestruturação produtiva e espacial.

O processo de industrialização estadual caracterizou-se por surtos espasmódicos de crescimento econômico marcados por decisões exógenas na década de 1950 com a implantação da Refinaria Landulfo Alves, na localidade de Mataripe, (RLAM) e do Terminal Marítimo de Madre de Deus (TEMADRE) para embarque e desembarque de petróleo e derivados. Na década de 1960 ocorreu a implantação do CIA e na década seguinte, a do COPEC e da Caraíba Metais (1982). Focados em produtos intermediários direcionados ao Centro-Sul do país e ao mercado externo, tais empreendimentos substituíram a base produtiva agro-exportadora e atrasada por uma base produtiva industrial e moderna, dinamizando a economia baiana devido às intensas transformações socioespaciais, centradas em Dias d'Ávila e Camaçari e que ultrapassam os limites da RMS.

No final dos anos 1990, ocorre um novo surto de investimentos estrangeiros impulsionados por benefícios e incentivos oferecidos pelo poder público (federal, estadual e municipal) resultando na reestruturação produtiva da economia baiana mediante a agregação de outros setores industriais. Tal fato diversificou as atividades industriais redirecionando-as para bens de consumo final com maior valor agregado. Isso se deveu à implantação de diversas indústrias no município de Camaçari, dentre as quais se destaca a automobilística com uma estratégia

caracterizada pela flexibilização do sistema produtivo. Denominada de Pólo Industrial de Camaçari (PIC), esta nova estrutura caracteriza-se por uma nova dinâmica espacial comandada por sujeitos econômicos e seus agentes que reestruturaram os espaços refuncionalizando-os conforme seus próprios interesses.

Mudanças e decisões mundiais afetam os fenômenos na escala local provocando a reestruturação econômica e espacial, e mudanças comportamentais das populações. A implantação de novos empreendimentos em Camaçari diversificou o seu parque industrial cujo teor de inovações tecnológicas tem provocado a reestruturação territorial, alterando a dinâmica sócio-econômica e se diferenciando de seu vizinho, Dias d'Ávila, e influenciando outros espaços do estado da Bahia.

São transformações que ocorrem no contexto de um espaço periférico subdesenvolvido, durante o período técnico-científico-informacional quando a adaptação ao modelo capitalista internacional aponta para ocorrência de uma modernização industrial fundada em incentivos e atraentes aos novos investimentos, a fim de promover a exportação e proteger o grande capital (SANTOS, 2003). Tais fatos evidenciam a necessidade de uma reflexão que permita desvendar as lógicas que embasam tais mudanças e os contextos nos quais as mesmas estão inseridas.

O período técnico-científico-informacional revela a extrema necessidade de se desenvolver uma visão crítica que possibilite uma tomada de consciência, pois a reflexão é imprescindível para a resistência, para a conquista da própria autonomia, para a sobrevivência.

No momento em que o município de Camaçari comemora 250 anos de emancipação política e que seu pólo industrial ao completar três décadas é reconhecido por sua relevância no desenvolvimento econômico estadual, marcado por desigualdades e desequilíbrios econômicos, é oportuno que se faça uma reflexão acerca dos processos territoriais neles envolvidos para responder aos seguintes questionamentos: Quais as dinâmicas presentes nos processos de reestruturação espacial? Por quem o território tem sido usado? Como se constituem as relações de poder ali envolvidos?

Localizada na Região Metropolitana de Salvador, o objeto do estudo de caso desta pesquisa abrange os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila. Esta área foi, desde os anos 1970, palco de profundas transformações sócio-espaciais ocasionadas pela implantação de atividades industriais no segmento petroquímico e

metais não-ferrosos, ou seja, produtos intermediários direcionados ao Centro-Sul e à exportação. Recentemente, a introdução de outros segmentos industriais direcionados a produção de bens finais configurou o Pólo Industrial de Camaçari (PIC) que, associados aos empreendimentos imobiliários, vêm alterando a estrutura produtiva da região e de todo o estado da Bahia.

O objetivo desta pesquisa é identificar e compreender as lógicas e as dinâmicas inerentes à reestruturação produtiva que configura o PIC provocando alterações socioespaciais evidenciadas nas estruturas espaciais e urbanas. Tal fato refuncionalizou os municípios de Camaçari e de Dias d'Ávila no contexto do capitalismo globalizado caracterizada pela implantação de grandes redes de empresas transnacionais que obedecem à lógica da especialização flexível.

Nesta pesquisa, tem-se por pressuposto que os aportes financeiros e tecnológicos naqueles municípios e materializados no Pólo Industrial e na área litorânea de Camaçari são responsáveis pelas alterações sociais, econômicas e territoriais ocorridos nos referidos municípios.

O roteiro metodológico para a consecução dos objetivos propostos para esta pesquisa enfatiza as mudanças socioespaciais nos municípios ocasionadas pela modernização e diversificação do parque industrial daqueles municípios, focando-se o PIC, e além dos recentes empreendimentos imobiliários na faixa litorânea camaçariense.

Os procedimentos metodológicos para execução desta pesquisa constam de três etapas. Primeiramente, durante o levantamento de dados procurou-se caracterizar e precisar o problema investigado, identificando lacunas sobre o tema, além de elaborar-se o referencial teórico metodológico que fundamentasse e sustentasse ao processo investigativo. Esta etapa baseou-se em pesquisa bibliográfica em livros, teses e dissertações, periódicos (revistas científicas, jornais) e internet.

Para enquadrar os processos de desenvolvimento econômico regional ocorrido durante o período 60-80 foram usadas as teorias de localização industrial, especialmente com os conceitos de pólo de crescimento e de desenvolvimento que fundamentaram as políticas públicas daquele período.

Para os mecanismos que caracterizam o período de industrialização recente, isto é, o período marcado por uma maior inserção dos municípios (a partir dos anos 1990) construiu-se uma fundamentação teórico-conceitual pautada nos conceitos de

“horizontalidade”, “verticalidade”, “espaços luminosos” e “espaços opacos”. A fundamentação contou também com categoria “território usado” que foi priorizada por permitir o desvendamento dos problemas multiescalares presentes no espaço. Tais problemas se evidenciam pelas interações entre os atores econômicos hegemônicos e Governo mediante relações de poder, decidindo as formas pelas quais o território, enquanto espaço compartilhado por todos, deve ser usado.

A segunda etapa, a pesquisa documental, caracterizou-se pelo levantamento de informações concernentes aos municípios de Camaçari e Dias d’Ávila, disponíveis em órgãos e instituições tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estatística Economia e Sociais da Bahia (SEI), Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (CONDER), Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Centro de Recursos Ambientais (CRA), Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), prefeituras dos municípios, sindicatos, sociedade civil organizada etc.

Na busca de informações foram realizadas quatro trabalhos de campo em diversos momentos da pesquisa. A primeira delas logo no início da pesquisa consistiu em uma observação assistemática objetivando um reconhecimento preliminar do objeto de estudo. Na segunda saída, acontecida no meio da pesquisa, procurou-se reconhecer *in loco* o Pólo Industrial de Camaçari. Na parte final da pesquisa foram realizadas duas saídas: uma delas teve como objetivo estudar a área litorânea do município e da cidade de Camaçari onde foram entrevistadas algumas autoridades municipais (Secretaria de Turismo e a Secretaria da Indústria e Comércio) quanto ao Plano Diretor Desenvolvimento Urbano (PDDU) para obter informações acerca dos investimentos no setor turístico e industrial, especialmente aquelas não disponibilizadas nas fontes bibliográficas consultadas. A quarta saída de campo referiu-se ao reconhecimento da área urbana de Dias d’Ávila na tentativa de se complementar informações inexistentes em outras fontes.

Depois de selecionadas, as informações foram classificadas conforme aspectos geoecológicos, político, econômico, social e depois plotadas em forma de tabelas, gráficos e cartogramas para ensejar a caracterização da área estudada.

Finalmente, as considerações finais e apresentar sugestões que sejam incorporados aos projetos de intervenção.

O texto está dividido em quatro capítulos, além da introdução. O próximo procede à revisão bibliográfica teórico-conceitual fundamentada nas categorias “espaço geográfico” e “território usado” e nos conceitos de verticalidade e horizontalidade. A segunda parte do capítulo aborda brevemente as teorias locacionais para se entender o processo de planejamento na década de 1960.

No terceiro capítulo caracteriza-se os municípios estudados, descrevendo-se o meio natural e a evolução político-administrativa na área objeto e caracteriza-se cada um dos municípios para, a partir daí, proceder-se à uma comparação sobre as implicações socioespaciais decorrentes da industrialização ocorrida na área estudada. Devido à exigüidade de informações, maior destaque foi dado ao município de Camaçari.

No capítulo seguinte descreve-se a evolução do uso e ocupação do espaço em Camaçari e Dias d'Ávila. Para isso, faz-se uma retrospectiva contextualizando o federalismo regional que resultou na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e no uso de incentivos fiscais que impulsionaram a industrialização baiana. Descreve-se também a transição do Estado provedor para o Estado que remove os obstáculos entregando os recursos territoriais ao privado, com base na “guerra dos lugares” possibilitando a implantação da indústria automobilística na Bahia, promovendo a reestruturação produtiva com a criação do Pólo Industrial de Camaçari. Neste contexto aborda-se perifericamente o advento de investimentos voltados para o turismo e de segunda residência no litoral camaçariense, a despeito de este não ser o foco da pesquisa.

Nas considerações finais procura-se tecer uma síntese das idéias e os dados discutidos e especificar os processos territoriais, construindo-se uma periodização na qual são identificadas duas fases. Além disso, arrolam-se as questões e lacunas que demandam novas investigações, elencam-se as principais ações e problemas sócio-espaciais identificados no espaço em questão. Finalmente são sugeridas possíveis contribuições para a elaboração de ações de intervenção a serem aplicadas na elaboração de política públicas para tais espaços elaboradas pelos diferentes atores sociais no sentido de se criar uma sociedade mais justa, equânime e cidadã.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O referencial teórico conceitual desta pesquisa é o tema deste capítulo que se divide em duas partes.

Primeiramente, apresenta-se os conceitos fundantes da abordagem para o objeto deste estudo centralizando-se na categoria território usado, enquanto “sinônimo de espaço geográfico [...] que aponta para a necessidade de um esforço para analisar sistematicamente a constituição do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.20), além de possibilitar o entendimento das dinâmicas e problemas que ocorrem no espaço. A segunda parte focaliza a influencia das teorias locacionais nos processos de tomadas de decisão inerentes ao planejamento e organização dos elementos que compõem a Região Metropolitana de Salvador e os municípios de Camaçari e Dias d’Ávila.

2.1 CATEGORIAS ANALÍTICAS E PERIODIZAÇÃO

O espaço é um conceito compartilhado por diversas disciplinas da Ciências Humanas. A investigação dos fenômenos que nele ocorrem envolve múltiplas noções e realidades demandando o trabalho coletivo de diversas especialidades (SANTOS; SOUZA, 1985/ SANTOS, 1996, 2003). Tais estudos, que levam em conta diversas especialidades, estão intrinsecamente associados às categorias analíticas internas ao espaço cuja investigação deve considerar a relevância das técnicas e reconhecer a existência de uma psicosfera que ligada ao reino das idéias, crenças e paixões, interage com uma tecnosfera, que é o palco onde se desenrola a racionalidade.

A escala é a categoria que se refere a uma parcela do espaço articulada a um todo mais amplo. Ela facilita a experiência integrada do espaço, o que apenas é possível por meio da articulação multiescalar (local, regional, nacional, supranacional, global) em redes que conectam diferentes pontos ou áreas, pois os eventos ocorrem em um conjunto sistêmico integrado (SANTOS, 1996). A escala

limita o conteúdo constantemente mutável do espaço, devido às dinâmicas que decidem os acontecimentos regionais, locais, globais ou nacionais, bem como a organização dos objetos no espaço, o seu funcionamento, o controle e regulação.

A estrutura é aquilo revelado por meio da análise interna de uma totalidade, ou seja, seus elementos, as partes, suas inter-relações, sua disposição, o seu modo de organização da construção etc. O processo é a categoria que se refere à ação contínua direcionada a um resultado qualquer, o que implica em uma sucessão de estados ou mudanças. A constante mudança da combinação entre fins e meios, objetivos finais e objetivos intermediários acontece na superfície sobre a qual eles incidem na área onde ocorrem no contexto e na sua extensão. A função é a tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, firma, instituição, ou objeto. A forma refere-se ao aspecto visível de um objeto, os limites da matéria que constitui um corpo conferindo-lhe uma feição, um feitio, uma configuração particular. Ou seja, é o “arranjo ordenado dos objetos”.

Dotadas de intencionalidades, as formas-conteúdo são criadas em determinados momentos históricos no âmbito de um processo civilizatório que lhes garante continuidade histórica e do qual se formam representações ao adquirirem significados. Quando inseridas em uma dada formação socioeconômica, as formas-conteúdo alienígenas induzem novos relacionamentos, comportamentos e modificações estruturais que podem melhorar as condições existentes da população (SANTOS, 2003).

Entretanto, no processo civilizatório, elas são usadas deliberada e estrategicamente para aumentar a dependência e a vulnerabilidade dos países pobres aos países centrais, distorcendo os processos econômicos, extinguindo tradições, empobrecendo a população, enfraquecendo a soberania dos Estados nacionais, frustrando os projetos nacionais que tornam hegemônico o processo civilizatório e a estrutura capitalista global. Ao elaborar técnicas efetivas e um sistema de normas e regras o capitalismo globalizado reorganiza a sociedade contemporânea (SANTOS, 1996 a).

Os objetos, as inovações e as formas geográficas são formas-conteúdo que, devido aos resultados imperceptíveis no curto prazo, estrategicamente usadas pelo capitalismo globalizado para solapar a estrutura sócio-econômica dos países subdesenvolvidos. Isso decorre da introdução e a difusão do capital tecnológico estrangeiro que reforça os processos de superacumulação e de superexploração,

ocasionada pela criação de novas formas, pela substituição de funções, pela implantação de projetos integrados e pseudo-isolados e pela modernização acelerada (SANTOS, 2003).

As transformações ambientais são determinadas pela realidade tecnológica dos objetos que associados a uma totalidade social, metamorfoseiam-se em formas-conteúdo. Tais formas-conteúdo unem psicosfera e tecnosfera provocando descontinuidades na circulação espacial, aumentam as restrições infraestruturais tais como a organização espacial e a localização seletiva e excludente (do capital, das instituições e das pessoas). Concomitantemente, ao reduzem a fluidez freneticamente perseguida pelo capitalismo globalizado.

Finalmente, a categoria tempo – a medida que permite a distribuição dos progressos (fases) do movimento que se sucedem uns aos outros (JOLIVET, 1982) – é indissociável da idéia de técnicas, objetos e de valor. É por intermédio das técnicas que o homem tenta unificar o tempo e o espaço, pois os objetos passam a existir geograficamente e ter um valor em um determinado lugar e a partir do momento em que nele se instala. Afinal, tempo e espaço são realidades históricas.

Os conceitos de escassez e necessidade estão ligados à luta da espécie humana em se adaptar ao meio. Recurso é toda e qualquer matéria que, oriunda da natureza, potencialmente supre uma determinada necessidade humana (RAFFESTIN, 1993). O desenvolvimento tecnológico e econômico de uma sociedade implica o surgimento de novas necessidades e a descoberta de novas maneiras de se utilizar os recursos que podem ser classificados como ecológicos aqueles que são fisicamente possíveis; etnológicos, aqueles perceptíveis e adotáveis; ou econômicos aqueles aproveitáveis. As insaciáveis necessidades humanas são supridas pela produção, isto é, o processo que transforma os recursos em produtos agregando valor através de certa quantidade de trabalho que é a energia que constitui o “valor de uso” ou o “valor de troca” (MARX, 1975).

O atendimento das necessidades e expectativas de uma sociedade depende dos objetos e formas por ela criadas e construídas a partir dos recursos obtidos no meio natural mediante o trabalho, ou seja, da técnica que ao surgir em um dado momento passa a caracterizar um período. Pelo fato de que o tempo e o espaço serem realidades históricas, a periodização é um instrumento adequado para tratar o espaço em termos temporais (SANTOS, 1996).

2.1.1 A construção de uma periodização

As categorias geográficas presentes na elaboração de uma periodização devem ser capazes de identificar seções temporais nas quais um determinado conjunto de variáveis mantenedoras de certo equilíbrio e um certo conjunto de relações existentes . Ela deve ser capaz de explicar por exemplo, a história e as formas de colonização, a distribuição espacial dos colonizadores, a dispersão das raças e das línguas, a distribuição dos tipos de cultivo e das formas de organização agrícola, os sistemas demográficos e as formas de urbanização e formas de articulação do espaço, os graus de desenvolvimento e de dependência que, por intermédio das técnicas, permitiram à sociedade brasileira construir o seu território nacional (SANTOS, 1985).

A elaboração de uma periodização implica o conceito de modernização que para Beck (2001)

[...]se refiere a los impulsos tecnológicos de racionalización y la transformación del trabajo y de la organización, pero incluye muchas cosas más: el cambio de los caracteres sociales y de las biografías normales, de los estilos de vida y de las formas de amar, de las estructuras de influencia y de poder, de las formas políticas de opresión y de participación de las concepciones de la realidad y de las normas cognoscitivas [...] el arado, la locomotora de vapor y el microchip son indicadores visibles de um proceso que llega mucho más abajo y que abarca y transforma toda la estructura social, en el qual se transforma em última instancia las fuentes de la certeza de que se nutre la vida³ (BECK, 2001, p.30).

As sucessivas modernizações e os sistemas temporais delas decorrentes coincidem com os períodos históricos que representam conjuntos coerentes da ação e influência dos países centrais sobre os países periféricos cujos espaços assumem

³ “se refere aos impulsos tecnológicos de racionalização e a transformação do trabalho e da organização,mas inclui muitas coisas mais: a mudança das características sociais e das biografias normais, dos estilos de vida e das formas de amar, das estruturas de influência e de poder, das formas políticas de opressão e de participação das concepções da realidade e de normas cognotivas [...] o arado, a locomotiva a vapor e o microchip são indicadores visíveis de um processo muito mais profundo e que abrange e transforma toda a estrutura social, na qual se transforma, em última instância, as fontes da certeza de que a vida se nutre”.

aspectos similares. Fundamentado nas influências sociais e territoriais exercidas pelas inovações técnicas, Santos (1996) elabora uma periodização que envolve a interação sociedade-natureza mediada pela modernização técnica.

Durante os períodos pré-técnicos os objetos naturais adquiriam conteúdo social ao serem usados pelo homem. Uma das principais características destes períodos é a diminuta influência das inovações (transferidas ou induzidas), que se restringiam às poucas áreas e a poucos indivíduos, pois emanavam dos pólos e se espalhavam até atingir toda a sociedade e os espaços subdesenvolvidos.

Iniciado com a Revolução Industrial (sec. XVIII e XIX) o período técnico caracterizou-se pelos objetos técnicos e culturais configuravam o meio técnico e se caracterizou pelo desenvolvimento industrial, e pelo capitalismo corporativo fundamentado na rápida difusão dos meios de comunicação e da tecnologia das informações, o que ensejou o surgimento e a acelerada difusão de inovações. Em ambos os períodos a difusão das inovações dependia da contiguidade espacial ocasionando o desenvolvimento desigual do espaço, pois as vantagens comerciais compensavam as diferenças tecnológicas entre os países, configurando uma competição fundamentada na política comercial.

A década de 1950 enseja a emergência do período técnico-científico que coincide com uma nova fase do processo civilizatório capitalista (SOUZA, 1996). As ideologias do consumismo e do crescimento econômico fizeram com que o planejamento se transformasse em um instrumento para direcionar a reconstrução dos espaços nacionais, evidenciando a urgente necessidade do ordenamento territorial para equipar os territórios nacionais com recursos modernos.

A adaptação brasileira ao modelo capitalista internacional evidencia uma modernização a qualquer custo buscando o domínio industrial. Esse período perdurou até as crises do petróleo (1973 e 1979) quando a redução das atividades econômicas ameaçou o modelo então vigente. Era de vital importância a retomada, dirigida pelo Governo, das atividades mediante a injeção de investimentos a fim de promover a exportação e proteger o grande capital (SANTOS, 2003).

Surgido no último quartel do século XX e ainda em marcha, o período técnico-científico-informacional caracteriza-se pela globalização hegemônica e competitiva, pela tecno-ciência, pelo desenvolvimento industrial e pelo capitalismo corporativo. Baseia-se na expansão das tecnologias de informação e comunicação e na difusão das inovações, que não dependem da localização geográfica, o que tem

impulsionado as transformações políticas, sociais e culturais nos lugares (SANTOS, 1985).

2.1.2 Globalização e inclusão incompleta

A globalização é uma forma avançada e complexa de internacionalização do capital, com uma significativa interação funcional entre inumeráveis atividades dispersas nas quais o planejamento da produção e o consumo de bens e serviços se baseiam em estratégias globais direcionadas para o mercado mundial. A globalização econômica é complementada pela globalização cultural que enfraquece manifestações culturais nacionais e regionais.

Processo inacabado, contraditório e de efeitos seletivos sobre diferentes territórios, a globalização é comandada por forças transnacionais, mas depende de condições políticas e das decisões nacionais e locais, pois consiste no ilusório empoderamento das filias das empresas transnacionais permitindo-lhes tomar algumas decisões que na verdade já foram previamente decididas nas sedes corporativas. Os gestores dessas filiais devem ser capazes de perceber as especificidades locais e aplicar os modelos de gestão e de produção mais adequados, objetivando-se melhorar o posicionamento competitivo dessas empresas no âmbito de uma economia metropolitana, regional ou nacional. Impulsionado pela globalização, o mundo contemporâneo se organiza em subespaços.

Os subespaços mais interessantes ao capital são articulados por meio das redes técnicas que, ao agirem seletivamente, incorporam e modernizam grandes parcelas do território a fim de atender interesses e necessidades exógenos e, muitas vezes, remotos (SANTOS, 1988).

A especialização das áreas produtivas nos países, decorre da necessidade de se propiciar maior rentabilidade do capital por meio do aumento dos capitais fixos e dos fluxos. A principal característica do capitalismo mercantil foi a expansão das áreas de especialização da produção e o crescimento das necessidades de circulação, os quais provocaram o surgimento de cidades e das redes urbanas. Por outro lado, o imperialismo – política externa voltada à dominação de outros povos mediante o uso do poder econômico ou militar e considerado por Lênin como o último estágio do capitalismo – foi marcado pela superposição dos progressos

mecânicos aos elementos naturais, resultando na diferenciação entre os espaços de produção e os de consumo (CERVO, BUENO, 1986).

A globalização é perversa porque incrementa a exclusão social. Essa perversidade apenas pode ser contraposta pela força do lugar que comporta um conteúdo diferenciador do espaço geográfico mediante o processo denominado fragmentação sócio-econômica e sócio-espacial (SANTOS; ARROYO, 1997; SANTOS e SILVEIRA, 2001; SANTOS 2004; SOUZA, 1996). Por outro lado, Giddens (1991) aponta o uso impróprio do conceito de “exclusão social”, uma vez que ninguém está fora da sociedade. Assim, propõe o uso do conceito “inclusão social incompleta”.

A presença dos circuitos superior e inferior nas economias desenvolvidas, os movimentos migratórios intercontinentais e transcontinentais e o acelerado processo de urbanização são evidências da tendência dos “homens lentos” (“os de baixo”) se tornarem os principais atores do processo histórico de transformação. Isso caracterizaria a emergência do período “popular” da História. Trata-se de um período marcado pelo conhecimento emancipatório fundado nos valores e práticas da convivência, da solidariedade, cooperação, da reciprocidade e da alteridade. Um período caracterizado pela valorização do tempo, do lugar, da co-presença, dos contatos face-a-face, das rugosidades, da contigüidade, do senso comum, da ética, do compartilhamento da escassez e da emoção. Enfim, no reconhecimento, ressignificação e respeito pelo outro (SANTOS, 1996; 2000; 2005).

2.2 ESPAÇO GEOGRÁFICO E ESPACIALIDADE

O espaço geográfico é o resultado da superposição de uma rede auxiliar formada pelo espaço natural, por uma outra rede constituída por linhas de relações terrestres, marítimas e aéreas cujos pontos singulares de encontro e de irradiação ressaltam a significação das cidades, indispensáveis à sua estrutura (SORRE, 1957 *apud* ANDRADE 1967).

O lugar em que vive o homem e onde se desenvolvem as relações sociais, culturais econômicas e políticas, o espaço geográfico é o “palco” onde acontecem as práticas sociais que são orquestradas e executadas pelos atores sociais. É a instância social imprescindível para o desenvolvimento da sociedade humana que, ao modificá-lo humanizam-no em diferentes intensidades (SILVA, 2008).

Como a natureza é modificada pelo homem através do seu trabalho (da técnica), o espaço geográfico evidencia o equilíbrio entre os fatores de dispersão e de concentração em um determinado momento na história do espaço, sendo o resultado da interação entre sistemas de objetos (o conjunto das forças produtivas) e o sistema de ações (o conjunto de relações sociais de produção) (SANTOS, 1978; 1985; 1996). Trata-se da expressão da produção material do homem como resultado do seu trabalho social que evidencia as características da sociedade que o criou (CORRÊA, 1986). Logo, há uma reciprocidade: as ações humanas organizam o espaço e são condicionadas por ele.

Enquanto “materialidade do processo de trabalho, a relação homem-meio na sua expressão historicamente concreta” (MOREIRA, 1985), o espaço geográfico é constituído por subespaços resultantes das interações entre os fixos e os fluxos. Os fixos correspondem aos objetos, instrumentos de trabalho e fatores produtivos localizados que, agregados à natureza são responsáveis pelo processo imediato do trabalho que conforme características técnicas e organizacionais permitem a produção de uma massa. Os fluxos, por sua vez, se referem à capacidade proporcionada pelo poder econômico, político e social das firmas, instituições e pessoas para movimentar, distribuir e circular a massa produzida.

O espaço geográfico é uma noção híbrida que permite conceber o território mediante a imbricação de múltiplas relações de poder: do material (relações econômico-políticas) ao simbólico (cultural).

O “arranjo espacial econômico” é o resultado da articulação que ocorre na instância econômica entre as forças produtivas e as relações de produção. A determinação das relações de produção sobre a conformação do “arranjo” se evidencia no nível de desenvolvimento das forças produtivas do qual decorre o grau de socialização da natureza e na direção da forma de arranjo espacial, ou seja, de sua estrutura e organização.

Território e espacialidade designam genericamente certo tipo de organização espacial, o processo de produção e apropriação do espaço que se caracteriza de uma determinada sociedade originando o espaço social, a natureza transformada pelo trabalho que origina um produto social (áreas cultivadas, estradas, edifícios etc.). Para Souza (1996), as principais características da espacialidade capitalista são:

- a) rapidez com que as formas espaciais são construídas e destruídas para substituir outras, difundindo o processo de valorização do espaço;
- b) propriedade privada da terra e dos meios de produção;
- c) generalizada mercantilização do espaço.

A coexistência de diversos territórios no mundo contemporâneo depende dos fundamentos relacionados ao controle e à apropriação do espaço (territórios políticos, econômicos e culturais) com suas respectivas dinâmicas.

Para Ratzel (1990) o território é o solo, a base, o fundamento apropriado e moldado pelo Estado-nação. Sua existência implica na existência de um estado que dele se apropria e exerce seu poder de domínio. Enquanto totalidade dinâmica, o território é objeto e também ação, muitas vezes se identificando com o espaço humano e habitado. Trata-se de um conceito privilegiado para a análise geográfica, uma vez que revela a estrutura global da sociedade e a complexidade do seu uso econômico, sendo um legado da modernidade ainda incompleta. (SANTOS, 2004).

A sociedade exercita sua soberania ao usar o território ao desenvolver nele e através dele ações mediadas pelos sistemas técnicos hegemônicos que fundamentam a vida social e definem os momentos históricos através das formas específicas e da divisão territorial do trabalho que hierarquiza os lugares. (SANTOS, 1988; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Os antigos cimentos que sustentavam o território garantindo-lhes a coesão foram deliberadamente substituídos pelas informações, local e externamente definidas, são vinculadas a conteúdos técnicos-políticos, segundo uma dialética firmada mediante o controle local da técnica da produção e o controle remoto na parcela política da produção. O comando local do território depende de sua densidade técnica e/ou densidade funcional ou informacional, enquanto que o controle da escala política é remoto e global, dissociado do local. Tal fato acirra os conflitos entre o espaço vivido e compartilhado por todos os vizinhos e o espaço global racionalizador, ou seja, o espaço em rede.

Enquanto totalidade dinâmica, o território é o espaço banal, o espaço contido no trabalho de todos os atores sociais. Ao se diferenciar, o espaço banal se distingue de suas parcelas ou pontos que constituem o espaço das redes, portanto, vinculado às formas e às normas que estão a serviço das classes hegemônicas. A despeito de serem os mesmos lugares que constituem as redes e os que constituem

o espaço banal, contém simultaneamente funcionalidades diferenciadas, divergentes ou, até mesmo, opostas (SANTOS, 1996; 1994).

A evolução da sociedade e a transformação da economia no processo civilizatório de evolução capitalista alteram o mundo natural. Esse relacionamento recíproco sociedade-natureza se articula e se expressa concretamente por meio do ordenamento territorial que é “a projeção no espaço das políticas econômicas, social, cultural e ambiental de uma sociedade” (GOMES OREA, 2002, p.30). Ao serem incorporadas aos territórios, as técnicas diferenciam os lugares e definem a competitividade dos mesmos mediante o desenvolvimento da informação que, alterando os padrões concorrenciais, subordinam todos os países e se impõem aos padrões socioespaciais (SANTOS, 2004).

A distribuição das atividades humanas no espaço ocorre de maneira heterogênea. Especializando-se em uma dada atividade, a unidade territorial se diferencia das demais no processo de divisão internacional do trabalho que é uma forma avançada de divisão social do trabalho viabilizada pelos processos técnicos produtivos e logísticos oriundos da evolução do capitalismo. Este, ao se expandir alcançou uma dimensão planetária cuja finalidade é otimizar os lucros e valorizar diferenciadamente as potencialidades do espaço (CORRÊA, 1989).

A globalização na economia metropolitana estabelece uma nova organização territorial que é simultaneamente causa e efeito do desenvolvimento geral. A industrialização, a economia global e as diferentes estruturas disponibilizam uma rede internacional que é apropriada pelas grandes empresas (BENKO, 1999).

Evidenciado nos problemas sócio-espaciais, o conceito de território é usado a partir de lógicas formuladas e planejadas pelo mercado e comandadas pelas grandes firmas transnacionais, que ampliam seu poder político quando favorecidas pelo Estado.

2.2.1 Território e espacialidade

Empregada por diferentes disciplinas para revelar ou escamotear os problemas e contradições presentes nos espaços nacionais, a categoria território se relaciona com o conceito de espacialidade humana, que se refere à experiência total (integrada) do espaço capaz de conjugar em um mesmo lugar os diversos componentes da vida social. Trata-se de um espaço delimitado e identificável que

seja legível na relação funcional e simbólica, no extenso material, ou seja, é um conjunto de idealidades partilhadas (HAESBAERT, 2006).

Por outro lado, conforme aponta Haesbaert (2006), as questões ambientais referentes ao controle e à gestão do espaço estimulam o debate acerca do conceito de território e da elaboração de políticas de ordenamento territorial que considere:

- a) o caráter político do território;
- b) a interação entre macro-poderes políticos institucionalizados e os micro-poderes simbólicos produzidos e vividos no cotidiano das populações;
- c) o caráter integrador que evidencia a relevância da gestão efetuada pelo Estado.

Segundo Haesbaert (2006), nos níveis individual e coletivo torna-se necessário partilhar o espaço que integre múltiplas dimensões (econômica, política, social, cultural e ambiental) segundo três perspectivas:

- a concepção multiescalar e não exclusivista de território, os territórios múltiplos, que assume os territórios enquanto espaços híbridos constituídos pelo mundo material-ideal, sociedade-natureza, política-economia-cultura em uma complexa interação tempo-espaço, movimento (fluxos e circulação) e iconografias (resistências ao movimento) (GOTTMAN, 1952 ap. SAQUET, 2007). o território enquanto área de tensões e/ou de relações de poder relativamente homogêneas onde formas de territorialização e de controle de acesso a uma área são condições fundamentais para o usufruto dos seus recursos e para o controle de fluxos (pessoas, bens, informações);
- os territórios-rede centrados no movimento e na conexão;
- o território enquanto área de tensões e/ou de relações de poder relativamente homogêneas onde formas de territorialização e de controle de acesso a uma área são condições fundamentais para o usufruto dos seus recursos e para o controle de fluxos (pessoas, bens, informações).

No período técnico-científico-informacional prevalecem os territórios-rede que, a despeito de sua descontinuidade espacial são intensamente articulados entre si.

População, recursos e territórios são trunfos do poder cuja dimensão simbólica é privilegiada por organizações buscando a extrema simplicidade valorizam os símbolos presentes nos trunfos (RAFFESTIN, 1993). Ao jogar com os símbolos, o poder faz com que o trunfo real, o referente, se aparte e se distancie do trunfo imaginário, o símbolo.

É no território que os grupos sociais se reproduzem, uma vez que as relações sociais são mediadas espacial e historicamente. Ao se definir o território toma como referência as relações sociais e se identifica a categoria espaço geográfico. Daí a necessidade de contextualização do território a ser investigado.

As ações dos sistemas políticos e econômicos realizam-se pelo uso e pela organização do território que permite o desvendamento do movimento da sociedade, é possibilitado por meio do uso do território pelos homens e agentes econômicos que reorganizando a produção do território evidenciam a disputa de diferentes grupos (CATAIA, 2003)

Expressando um complexo e dinâmico conjunto de relações sócio-econômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, os territórios procuram valorizar suas vantagens comparativas através de formas organizacionais que, institucionalmente territorializadas, inserem-se competitivamente no mercado global (SILVA; SILVA e COELHO, 2008). O território condiciona as localizações e as ações dos atores, submetendo-se às regulações políticas e mercadológicas que diferenciam e hierarquizam os espaços.

Segundo Santos (1996, p. 177), os espaços de “fazer”, ou espaços “lentos”, “opacos” e “burros” são aqueles espaços que não apresentam nenhum interesse ao capital. Contrariamente, os espaços de “mandar”, também conhecidos como espaços “da rapidez”, “luminosos” ou “inteligentes” oferecem maiores quantidades de relações nas vidas das pessoas, resultado das atividades econômicas ou sócio-culturais e que, por acumularem densidades técnicas e info-comunicacionais, são mais atraentes às atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Os espaços luminosos são reacionários, pois obedecem às lógicas e aos interesses das grandes empresas e dotados de uma racionalidade que separa os lugares e os centros de comando. Tais centros elaboram e impõem normas utilitárias e hierarquias no âmbito de um processo de alienação do território que é facilitado por redes técnicas resultando em uma construção alienante sustentada por sujeitos alienados (CATAIA, 2008).

Constituindo apenas uma pequena parcela do espaço geográfico, as redes técnicas expressam o movimento da verticalidade e estão a serviço da globalização, possibilitando a internacionalização de conhecimentos em diversos pontos do ecúmeno. Expressam, legitimam as verticalidades, constituindo uma realidade nova

que restringe o vivido territorial ao assumir múltiplas formas e determinações. O território é o suporte das redes.

Haesbaert (2006) qualifica a desterritorialização como um mito que escamoteia as reais dinâmicas inerentes ao atual momento do capitalismo globalizado. Trata-se de uma parte de um processo mais amplo, o de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, pois ao se desterritorializar um elemento espacial de um lugar ele automaticamente se re-territorializa em outro lugar.

2.2.2 Território e poder

A investigação dos fenômenos territoriais deve observar a perspectiva político-cultural e os processos econômicos, especialmente aqueles que se referem à dinâmica capitalista presente no atual meio “técnico-científico-informacional” que ao se relacionar com o processo de urbanização enseja a emergência de conflitos bem como de descontinuidades espaciais nas cidades brasileiras.

O território responde pelas relações de domínio e de apropriação no espaço, com o espaço e através do espaço. Os elementos-chave por tais relações se diferenciam temporalmente, pois não existe vida destituída de atividade econômica, de poder político e de criação de significados e de cultura (HAESBAERT, 2006).

A valorização analítica do território acontece enquanto fator e condição para o exercício do poder, um conceito que está presente na maioria das definições sobre o território, pois este é o resultado das ações conduzidas por diversos atores.

Weber define poder como a “possibilidade de impor a própria vontade sobre o comportamento do outros ou a habilidade de uma ou mais pessoas de realizarem sua própria vontade num ato comum contra a vontade de outros que participam do mesmo ato” (1954 apud KRAUSZ, 1991). É a capacidade potencial de influenciar as ações de indivíduos ou grupos no sentido de atuarem de uma determinada maneira. É uma faculdade inerente aos seres humanos, pois necessita da ocorrência de um relacionamento direto ou indireto entre quem o exercita ao impor sua vontade (o influenciador) e quem é o alvo (influenciado) que nem sempre as acata.

Exercido a partir de relações desiguais e mutáveis, o poder emana ascendentemente a partir de diversos pontos. Suas ações são intencionais, subjetivas e implicam a ocorrência de resistências (FOUCAULT, 1977).

Manifestando-se em situações relacionais assimétricas, o poder deve ser contextualizado temporal, espacial e socialmente. É a mescla de três tipos ideais: o despótico, que se baseia no uso da força e da violência; o autoritário, exercido como se fosse uma concessão; finalmente, o político que se fundamenta na coerção (CASTRO, 2005).

As principais características do poder são inevitabilidade e intencionalidade pois ele se manifesta nas relações existenciais e produtivas e na interação intencional entre atores modificando suas relações com a natureza e as relações sociais. Assim, o território é o espaço onde se projetou o trabalho baseado nas relações de poder. É um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p.158-159). Trata-se de um todo dinâmico que possibilita a visão não-fragmentada e unificada dos diversos processos sociais, econômicos e políticos.

O território é o espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder (SOUZA, 2005). Seus limites e fronteiras são mutáveis mesmo sem a ação da força e da violência. Para Ratzel (1990), a durabilidade desses limites gera identidade sócio espacial entre os atores e o espaço físico concreto, o território e o poder que o controla, fixado no referencial político do Estado a quem caberia proteger o território contra a violação externa.

Em suas diversas escalas e dimensões o território é a arena de oposição entre a sociedade e o mercado (SANTOS, 1994).

O discurso hegemônico se manifesta mediante um discurso ideológico alinhado aos princípios do mercado que define as ações do Governo que, enfraquecendo os laços internos, debilita o território e torna-o frente aos interesses das corporações transnacionais (TOLEDO JUNIOR, 2005).

2.2.3 Território usado

Entretanto, o que caracteriza o território são as suas formas de uso, (SANTOS, 1994).

O território usado é o

resultado do processo histórico e base material das ações humanas, é sinônimo de espaço geográfico, espaço banal, espaço de todos, todo o espaço que é compartilhado pela totalidade dos atores, todas as pessoas, todas as instituições, de todas as empresas [.....] É o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social [...] um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares. É um campo privilegiado para análise, pois revela a estrutura global da sociedade e a própria complexidade de seu uso (BERNARDES *et alli*, 2000 p.2)

Os atores hegemônicos usam o território como recurso (dotado de “valor de troca”), ou seja, como mercadoria que garante a realização de seus interesses particulares, os hegemônizados, os imperfeitamente incluídos, usam-no como abrigo e refúgio (dotados de “valor de uso”) no intuito de se adaptarem ao meio geográfico local, criando e recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. Ao serem usados pelos hegemônizados, os territórios configuram os lugares e as formas de vida cotidiana.

Não se deve ignorar o caráter híbrido e mutável do território que, assim como a sociedade, participa relacionalmente como “ator” da ação e como “agido”, ou seja, objeto da ação. Neste contexto, o elemento permanente é o quadro vida que faz dele o objeto da análise social, pois

Enquanto objeto das ações o território usado é sinônimo de espaço humano, de espaço habitado, espaço que resulta das práticas de todos os atores, envolvendo todas as ações e todos os interesses sociais e pode se apresentar tanto como um território-zona, uma superfície claramente delimitada, quanto território-rede, uma superfície descontínua e ampla cujos limites não são facilmente identificáveis (SANTOS, 1994, p.16)

A categoria território usado permite investigar as manifestações do trabalho, da política e da natureza a partir do uso que dele se faz. Em outras palavras, o território usado revela a estrutura global da sociedade e concilia a geografia com a política, pois é mediante o uso do território que a sociedade supera seus constrangimentos naturais e sociais ao desenvolver ações conjugadas nos sistemas políticos e econômicos. Tais ações configuram três formas de aconteceres solidários: os homólogos, os complementares e os hierárquicos.

Os aconteceres homólogos ocorrem nas áreas de produção agrícola ou urbana modernizadas mediante uma informação especializada que condiciona os

comportamentos dos atores a uma racionalidade comandada por ela que, ao criar atividades similares, gera contiguidades funcionais configurando os contornos da área definida. “Os aconteceres complementares referem-se às relações campo-cidade e cidades-cidades devido às necessidades modernas de produção e do intercâmbio geograficamente próximo” (SANTOS, 1996, p.132).

Nos aconteceres homólogos e complementares, isto é, nas áreas de produção homóloga no campo ou na cidade, o território é marcado por um cotidiano que é compartilhado mediante regras formuladas e reformuladas localmente, pois o uso da informação tende a se generalizar sob o domínio das forças localmente centrípetas associadas às técnicas que produzem as formas utilizadas.

Por outro lado, os aconteceres hierárquicos resultam da tendência à racionalização das atividades sob um mesmo comando e organização. Sua tendencial concentração leva à necessidade de se refletir acerca da produção desse comando que contribui para a produção de um único sentido que se imprime na vida dos homens e na vida do espaço. Imposto exogenamente, o cotidiano é presidido por uma informação privilegiada que se constitui em uma forma de poder. Assim prevalecem as normas e a política que se manifestam sob a ação de forças centrífugas prevalecem.

Ao ganhar relevância, a informação torna-se crescentemente um poderoso instrumento de união entre as diversas partes de um território.

Os diversos aconteceres definem as estratégias usadas pelos atores territorializados e definem os recortes espaciais que são indispensáveis ao entendimento das estratégias territoriais empregadas pelos atores hegemônicos no mundo contemporâneo.

Fundamentada na contigüidade espacial a horizontalidade, corresponde às atividades e ações estruturadas pela vida social que resultam no espaço banal, o espaço da vida, do cotidiano que é compartilhado por todos. É o reino que permite todas as expressões e emoções, e a coexistência de diversas temporalidades.

A verticalidade demarca uma lógica associada aos interesses das grandes empresas que constituem uma pequena parcela da população. A verticalidade cresce proporcionalmente em relação à concentração, sendo o resultado de uma interdependência hierárquica inerente ao processo de globalização econômica. Ela resulta no espaço dos fluxos que, domínio da racionalidade e do cálculo, gera

informações seletivas e privilegiadas sob o domínio das grandes empresas que impõem um tempo globalmente unificado.

Em função de seus próprios objetivos, as horizontalidades e as verticalidades são realidades coexistentes e interpenetrantes temporal e espacialmente. Os objetos são distribuídos intencional e deliberadamente pela horizontalidade enquanto que as verticalidades os conectam. Tais operações caracterizam as ações geográficas.

2.3 DO FORDISMO PERIFÉRICO À PRODUÇÃO FLEXÍVEL

A confluência entre a crise econômica mundial, a nova divisão internacional do trabalho e as estratégias utilizadas pelas firmas multinacionais marcou as relações de dominação e de dependência entre países centrais e periféricos e oportunizou a emergência dos novos países industrializados graças à mundialização de um sistema complexo de produção e de consumo, o fordismo periférico (LIPIETZ, 1988).

As crises do petróleo, as mudanças comportamentais dos consumidores crescentemente exigentes e sofisticados, o acirramento da competição ocasionado pela crescente quantidade de novas firmas foram os principais sinais que anunciavam o ocaso do modelo de produção fordista e a sinalização para o advento de uma nova fase no capitalismo, a produção flexível que tem como principais características: a flexibilidade dos equipamentos de produção e dos trabalhadores; do enfraquecimento das coações jurídicas reguladoras das relações trabalhistas; da flexibilização dos salários em relação à situação econômica e fiscal.

A emergência deste novo regime de acumulação cria novos espaços que, ao reorganizar o sistema produtivo, repercute sobre a organização do território, implica em um sítio que permite a localização das firmas ao redor da planta terminal (BENKO, 1999). Isso evidencia a tendencial aglomeração e a reorganização do trabalho que envolve toda a fábrica. A instalação do capital em um determinado local é capaz de reconfigurar os fatores de produção e reprodução do trabalho.

A industrialização, a economia global e a nova divisão internacional do trabalho são processos simultâneos operados em países diferentes que transacionam entre si, disponibilizando uma rede internacional apropriada por empresas transnacionais, o que aumenta a relevância das condições essenciais

para o processo produtivo: a infra-estrutura logística e infocomunicacional e a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados.

A especialização das áreas produtivas nos países decorre da necessidade de maior rentabilidade do capital e ao aumento dos fixos e fluxos (SANTOS, 1985). Por outro lado, a incorporação ideológica dos princípios do mercado enfraquece os laços regionais internos, tornando o território cada vez mais vulnerável frente aos interesses das grandes empresas fazendo com que parcelas territoriais atendam aos interesses exógenos.

Há momentos na história que são marcados por perceptíveis distorções na marcha do tempo cujos ritmos aceleram-se devido aos acontecimentos cada vez mais dispersos, simultâneos e interativos provocando contrações tempo-espço (SANTOS, 1996; HARVEY, 1996).

A teoria weberiana da localização industrial e a teoria perrouxiana dos pólos de crescimento foram muito aplicadas pelos planejadores brasileiros na elaboração das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional no Nordeste, nas décadas de 1960 e 1970, tendo grande repercussão na Bahia (SILVA, 1976).

A Bahia notabiliza-se pelo desenvolvimento desequilibrado evidenciado na replicação espacial da hierarquia urbana que é um processo de dominação econômica entre cidades e regiões, resultado na existência de regiões centrais e regiões dominadas. O próximo capítulo procura caracterizar o espaço estudado, ou seja, os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA

Impondo-se como o novo e adquirindo crescente relevância local, o conteúdo territorial centraliza a atenção e as ações dos atores públicos, cujos resultados distribuem-se de maneira espacialmente desigual. Os seus benefícios são direcionados e apropriados por uma pequena parcela dos atores econômicos localizados remotamente: órgãos de financiamento, bancos, elite política, acionistas das empresas. Por outro lado, os atores locais são excluídos e ultra-explorados. Essa modernização aparente permite às elites se aproveitarem politicamente da renovação territorial ao desviar a atenção da sociedade para se manterem no poder.

Apoiando-se na legitimidade aparente dos projetos de modernização e desenvolvimento, o poder público volta-se para as ações privadas e promove o uso corporativo do território, ou seja, usam os recursos públicos que deveriam resolver a problemática social direcionando-os para atender os interesses empresariais.

Desde a década de 1970, intensas transformações ocorridas na Região Metropolitana de Salvador influenciaram fortemente os municípios de Camaçari e de Dias d'Ávila. O alvo do presente capítulo é proceder à caracterização do objeto de estudo no sentido de identificar as lógicas que presidem a dinâmica territorial.

3.1 MEIO NATURAL E SEU USO

A extensão hoje ocupada pelos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila apresenta grande diversidade ecossistêmica com a predominância das seguintes formações vegetais: gramíneo-lenhosa, contato cerrado-restinga, formações pioneiras com influência marinha (restingas) arbórea, floresta ombrófila densa, contato cerrado-floresta ombrófila, formações pioneiras influência fluviomarinha (mangue) arbórea (BAHIA, 1994).

Na faixa costeira observa-se vegetação típica de litoral, integrada a cultura do coco e da manga, além de culturas diversificadas de subsistência (em Monte Gordo e Barra do Jacuípe). O referido revestimento vegetal é um substituto da mata tropical atlântica que sobrevive sob a forma de agrupamentos isolados na estreita faixa junto

à costa e nas áreas alagadiças. Na zona dos tabuleiros, compartilhada pelos dois municípios, compreendida entre os rios Jacuípe e Capivara Grande, a vegetação é rasteira. Nas depressões dos tabuleiros são encontrados grupos de árvores arbustivas, sem valor paisagístico ou econômico.

A parcela da área ainda recoberta por vegetação de aspecto natural ou primário é residual devido à evolução da ocupação humana na região soteropolitana, sujeita, desde a ocupação portuguesa à degradação progressiva pela exploração indiscriminada dos recursos florestais e pelo uso intensivo do solo, para fins agrícolas ou residenciais (CAMAÇARI, 1985).

Porosidade, permeabilidade, coeficiente de recarga, espessura, continuidade e extensão de camadas, são fatores que condicionam a existência dos aquíferos São Sebastião e Marizal que apresentam elevada capacidade de armazenamento e produção e, portanto, de extrema importância regional. Os poços artesianos de abastecimento de água são selados na espessura da formação Marizal para evitar a captação de água vulnerável à contaminação devido à proximidade das atividades industriais e os seus múltiplos usos: abastecimento público integral de diversas cidades (Camaçari, Dias D'Ávila, Pojuca, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Catu, Alagoinhas) e de povoados, suprimento para os processos industriais (petroquímicos, metalúrgicos, automobilísticos, bebidas e termoelétricas).

3.2. EVOLUÇÃO POLITICO-ADMINISTRATIVA

Durante a República Nova todos os municípios passaram a ser designados conforme os nomes de suas respectivas sedes, automaticamente elevadas à categoria de cidade, independentemente dos aspectos urbanos e do tamanho da população (Decreto-lei estadual nº. 10.724, 30/03/1938). O município de Camaçari passa a ser constituído por três distritos – Camaçari (sede), Abrantes e Monte Gordo e duas localidades: Parafuso e Dias d'Ávila.

Na década de 1950 Dias d'Ávila tornou-se um dos distritos de Camaçari (Lei Estadual 628, 30/12/1953) e contando com 4300 habitantes, passa a se destacar como estância hidromineral e local de veraneio.

O Decreto Estadual 22.146/1970 declarava como área de utilidade pública a superfície de 273 km² com o propósito de instalar um “distrito industrial de

dimensões limitadas” no município de Camaçari. Englobando os núcleos urbanos de Camaçari e Dias d'Ávila.

Grandes transformações socioespaciais começaram a ocorrer em Camaçari quando, por decisão do Governo Militar, o município de Camaçari foi considerado como área de interesse e de segurança nacional, conforme Decreto-lei 1.225 (22/07/1972). Simultaneamente o governo estadual constituiu, por meio do Decreto-lei 23.104 (07/08/1972) uma comissão para acompanhar o projeto e a implantação do Complexo Básico, iniciada em 1972 com a construção do primeiro estágio da Central de Utilidades da Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), o que resultaria no Complexo Petroquímico de Camaçari que entraria em plena operação em 1978.

A implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) acelerou o ritmo de crescimento populacional no município, intensificou a ocupação e o uso do território e deflagrou uma forte campanha pela reforma urbana que seria uma das primeiras manifestações que evidenciava a preocupação com o espaço urbano de Camaçari que até então apresentava características rurais (pequenos sítios e fazendas com pequena produção agropecuária) e de balneário.

O Plano Diretor do COPEC, elaborado em 1974, visava assegurar as melhores condições de produção às atividades industriais petroquímicas implantadas no município por meio de diretrizes para o ordenamento territorial que definiam a infraestrutura e os serviços requeridos para o funcionamento eficiente do complexo industrial.

A despeito de não priorizar as questões ambientais, o documento garantia à proteção do meio ambiente e a preservação da qualidade de vida por meio de “medidas adequadas” e projetava as possíveis repercussões do COPEC na Região Metropolitana de Salvador, sugeria estudos específicos referentes à preservação ambiental, apontava para os efeitos indesejáveis da indústria petroquímica quanto à contaminação atmosférica, aos mananciais superficiais e subterrâneos e, finalmente, estabelecia os parâmetros para emissões visando-se a manutenção da qualidade do ar, a proteção dos recursos hídricos etc. No seu zoneamento o plano estabelecia elementos destinados a inibir o uso do solo forçando os atores econômicos a obedecerem as diretrizes recomendadas.

Em 1975 a Prefeitura Municipal de Camaçari elaborou o seu primeiro planejamento local, o Plano Piloto para promover uma ação integrada alinhada às diretrizes traçadas pelo Governo federal e estadual nos planos para a implantação

do COPEC. Tratava-se, portanto, de um prolongamento do Plano Diretor e seria atualizado em 1980.

Mediante convênio celebrado entre o Governo da Bahia e as prefeituras municipais de Camaçari e Lauro de Freitas, elaborou-se o Plano Piloto da Orla Marítima (PPOM, 1978). Seu objetivo era ordenar a ocupação e o uso da faixa litorânea efetuados por empreendimentos legais ou desordenados (loteamentos clandestinos e sem a infraestrutura) que exigiam imediata regulamentação legal a fim de evitar que os incorporadores dos empreendimentos repassassem para o poder público os custos gerados pela urbanização acelerada e irregular.

Devido à necessidade de estabilização do universo social constituído pelo complexo urbano-industrial decorrente da implantação do COPEC elaborou-se em 1979, o II Plano Municipal de Desenvolvimento (II PMD), como continuidade e revisão do planejamento municipal.

Iniciado em 1982, um forte movimento passou a pleitear o desmembramento do Distrito de Dias d'Ávila de Camaçari, o que culminaria com a criação do município de Dias d'Ávila (Lei Estadual nº. 4404, 25/12/1985).

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 151, que restringe a competência da União para instituir impostos e incentivos que privilegiem estados ou municípios negligenciando outros. Ao mesmo tempo, a Carta Magna estabelece, nos artigos 182 e 183, a necessidade de se elaborar políticas urbanas e o cuidado e atenção para com o meio ambiente.

Na segunda metade dos anos 1990 foi assolada pela baixa competitividade de seus produtos exportados e sem política industrial federal, iniciam-se algumas obras no Complexo Petroquímico (construção da Eteno II e o *upgrade* tecnológico Eteno I, na COPENE) a fim de atender requisitos de qualidade impostos pelo mercado externo, além de uma onda de privatizações. Isso culminou com o advento de novos empreendimentos (Monsanto, Complexo Automobilístico da Ford, Pólo Borracheiro etc.) que passaram a se agregar ao complexo petroquímico diversificando e alterando a estrutura produtiva transformada agora em Pólo Industrial de Camaçari.

O Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257, de 10/07/2001) estabelece as diretrizes gerais da política urbana, mediante normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Este dispositivo legal

estabelece a obrigatoriedade do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal (PDDM) para todos os municípios: a) cuja população supere 20 mil habitantes, b) integrantes de regiões metropolitanas, c) possuidoras de áreas com especial interesse turístico, d) que tenham áreas sujeitas à influência de impactos ambientais. Tal regulamentação contemplava, na ocasião, 1.683 municípios, dentre os quais Camaçari.

Atendendo às exigências do Estatuto da Cidade o município de Camaçari elaborou o seu PDDM, aprovado em 28/12/2007. O Plano define as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, além de estabelecer as áreas de expansão da cidade e os locais mais adequados para a construção de equipamentos públicos.

O Decreto estadual 10.035 (26/06/2006) viria atualizar o Plano Diretor do Pólo Industrial de Camaçari declarando como utilidade pública para fins de desapropriação a área de 235 km² localizada no entorno do Complexo Industrial para a implantação de unidades industriais. Excluem-se as áreas das unidades industriais em operação ou em fase de implantação e aquelas inclusas nas áreas urbanas as quais, se necessário, poderão ser desapropriadas.

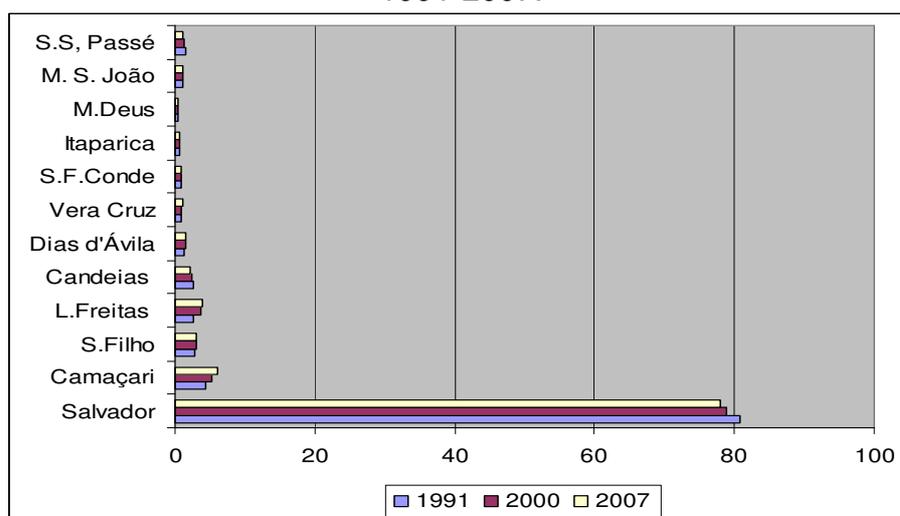
Os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila localizam-se na RMS. Seus territórios dispõem de uma rede rodoviária que interliga a RMS com as demais regiões brasileiras por meio da BR-324 que cruza a BR-101 e se conecta com a BR-316. Na área estudada há duas rodovias estaduais que são relevantes para o escoamento da produção: a BA-093 que alcança até Alagoinhas e a BA-099 (Linha Verde) que acompanham o litoral ligando as capitais, baiana e sergipana, integrando todos os municípios da Costa dos Coqueiros. Outras rodovias importantes são a BA-512 e a BA-522.

3.3 PROCESSO MIGRATÓRIO

Mais de 80% da população da RMS concentra-se na capital baiana. Entretanto, desde 1991 nota-se um pequeno decréscimo na participação do município de Salvador no que se refere à população total da RMS. Por outro lado, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho apresentam uma leve tendência de crescimento na participação da população total, conforme figura 3.1.

Historicamente a região Nordeste foi marcada por fluxos migratórios em direção ao Sudeste, especialmente nos anos 1960 e 1970, motivados por problemas estruturais tais como a seca e a incapacidade dos governantes em adotarem medidas para que a população pudesse conviver adequadamente com ela.

Figura 3.1
RMS: PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA POPULAÇÃO TOTAL (%) – 1991-2007.



Fonte: IBGE@cidade, 2008. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Dados do PNAD sugerem que a despeito de continuar as mesmas condições estruturais no período 1996-2006 há um fluxo migratório no sentido inverso aquele observado historicamente, ou seja, do Nordeste para o Sudeste. Uma primeira explicação para o fenômeno refere-se às ações empreendidas pelo Governo federal como os programas sociais de distribuição de renda (como o “Bolsa-família”) e a concessão de investimentos e benefícios que incrementaram as atividades industriais na região Nordeste. Tais fatos teriam aumentado a atratividade da região para os trabalhadores que haviam deixado a região e que estariam agora retornando.

Por outro lado, pode-se argumentar que o retorno desses migrantes nada a tem a ver com a atratividade do Nordeste, mas com o fato de que a região Sudeste esteja se tornando crescentemente excludente, levando à desilusão dos seus imigrantes quanto ao desemprego, o custo de vida e à violência.

Pela primeira vez em muitos anos reverteu-se a tendência de fluxos migratórios no estado da Bahia, que em 2007 apresentou um saldo positivo de 33 mil pessoas, entre quantidade de emigrantes e imigrantes. Isso se deve, talvez, ao

advento de novos empreendimentos em diversas áreas do território baiano, a maioria dos quais concentrados na RMS. Tais atividades, além de atrair migrantes de outros municípios baianos e também de fora do estado, acabaram retardando a saída de jovens para outros rincões ao apresentar oportunidades de trabalho e melhorar as possibilidades de estudo em nível mais elevado.

A conformação espacial da Região Metropolitana de Salvador decorre, sobretudo, dos incrementos industriais recebidos por essa área, a partir da década de 1960. Enquanto “transbordamento” de Salvador, esta região constitui-se o maior pólo concentrado de investimentos e infraestrutura do estado, funcionando como um foco atrativo de fluxos migratórios.

As maiores contribuições dos imigrantes mais qualificados de Salvador (54,8%) e Lauro de Freitas (49,3%) se associam, dentre outros fatores, ao peso do mercado de trabalho no COPEC e CIA e empresas do centro comercial e financeiro de Salvador que substituem permanentemente seus quadros de executivos e técnicos por pessoas de outros estados.

Ao final da década de 1990 a implantação do CAF e de outras empresas em Camaçari marcou o advento de técnicos e executivos com níveis de escolaridade mais elevados procedentes de outros estados e países para Salvador e Lauro de Freitas decorreu, também da inserção de indivíduos nos quadros discentes, docentes e administrativo das universidades e faculdades que operam na capital e nos municípios vizinhos (PINHO, 2007).

A implantação COPEC com deslocamento de elevados investimentos para a produção de bens intermediários, fez com que o referido município fosse, desde então, procurado pela elevada quantidade de pessoas, de dentro e de fora do estado. Nos anos de 1990, entre os baianos o destaque foi para os residentes da própria RMS, que se deslocavam a procura de oportunidade de emprego, encontrados especialmente na indústria, serviços e comércio (PINHO, 2007).

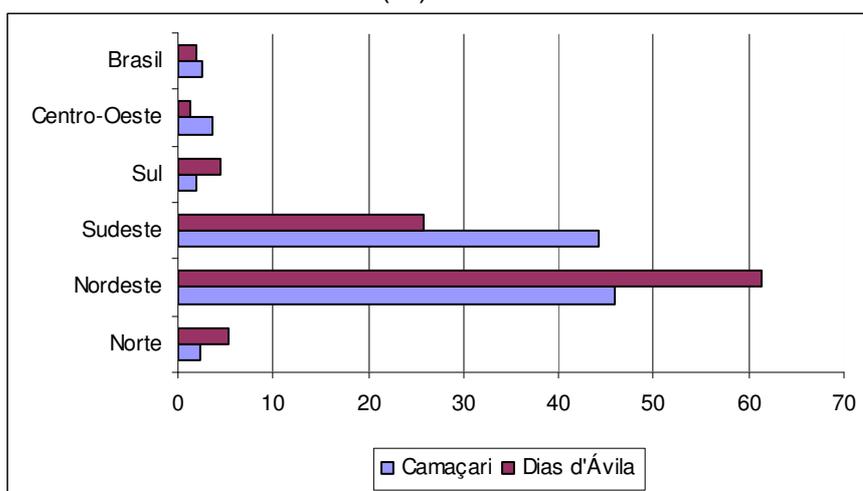
Por ter recebido investimentos para implantação de indústrias alimentícias e de bebidas, Dias d’Ávila é o município que atraiu pessoas notadamente dos estados nordestinos, além de outros imigrantes oriundos de outros municípios da RMS. Os habitantes interestaduais foram absorvidos principalmente pelas indústrias (53,3%) enquanto que os intra-estaduais encontraram espaço no setor de serviços e só depois na área industriais. Tal fato evidencia que o baixo nível de escolaridade de

tais imigrantes não lhes permitiu ocupar espaços surgidos com os investimentos direcionados ao desenvolvimento na economia local.

A análise dos dados censitários de 1995-2000 entre os dois municípios revela que 15,7% da população de Camaçari é constituída por imigrantes, enquanto que a quantidade de imigrantes em Dias d'Ávila é de 20,1%.

Quanto aos imigrantes interestaduais, pode-se afirmar que em ambos os municípios a maioria dos imigrantes tem entre 15 e 59 anos, 76% em Camaçari e 71,4 % em Dias d'Ávila. Cerca de um quinto dos imigrantes de ambos os municípios tem idade entre 5 a 14 anos. Em Camaçari 45,8% provém de outros estados do Nordeste enquanto que 44,1% procedem do Sudeste ao passo que em Dias d'Ávila 61,4 % procedem do Nordeste enquanto que 25,7% originam-se na região Sudeste (Figura 3.2)

Figura 3.2
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: IMIGRANTES INTERESTADUAIS POR REGIÕES DE ORIGEM (%) – 1995-2000.



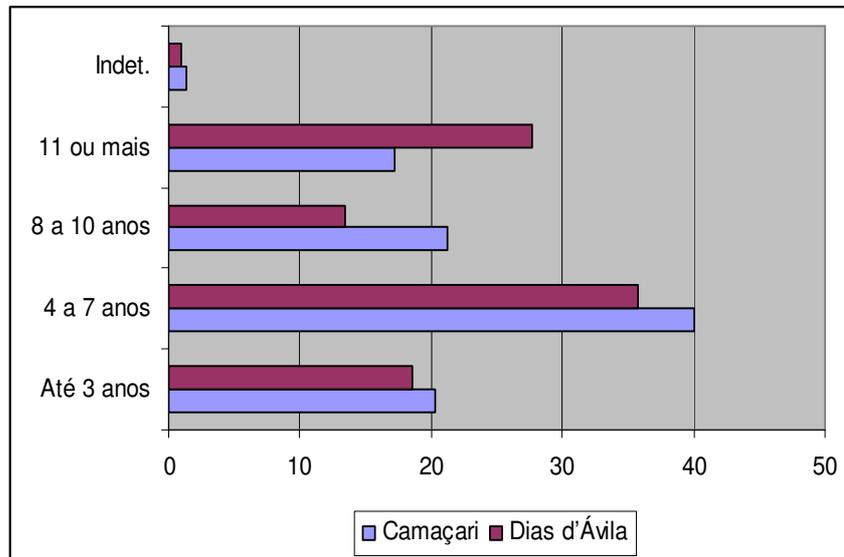
Fonte: PINHO, 2002. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Conforme se observa na Figura 3.3, em Camaçari 60,3% dos imigrantes não completaram o ensino fundamental, enquanto que em Dias d'Ávila apenas 54%. Entretanto, a quantidade relativa de pessoas com escolaridade superior a 11 anos é maior em Dias d'Ávila (27,7%) que em Camaçari (17,2%). Entretanto, deve-se considerar a população absoluta avaliada em Camaçari (2810) que é quatro vezes maior que Dias d'Ávila (621).

Quanto aos imigrantes intra-estaduais pode-se afirmar que em Camaçari, 47,6% procedem de outros municípios da RMS, 11% da micro-região Litoral Norte,

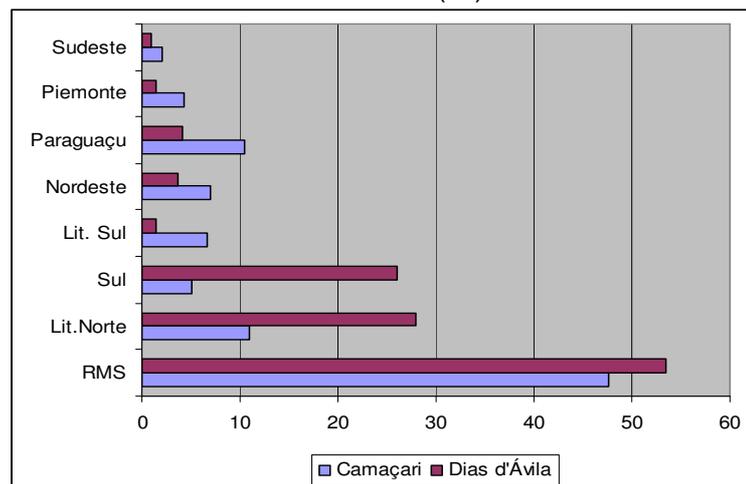
10,8% de Paraguaçu, enquanto que Dias d'Ávila conta com migrantes procedentes da RMS 53,5%, Litoral Norte (28%), Região Sul da Bahia, 26% (Figura 3.4).

Figura 3.3
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: IMIGRANTES INTERESTADUAIS ANOS DE ESTUDO (%) – 1995-2000.



Fonte: Pinho, 2002. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Figura 3.4
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: IMIGRANTES INTRA-ESTADUAIS POR MICRO-REGIÕES DE ORIGEM (%) – 1995-2000.

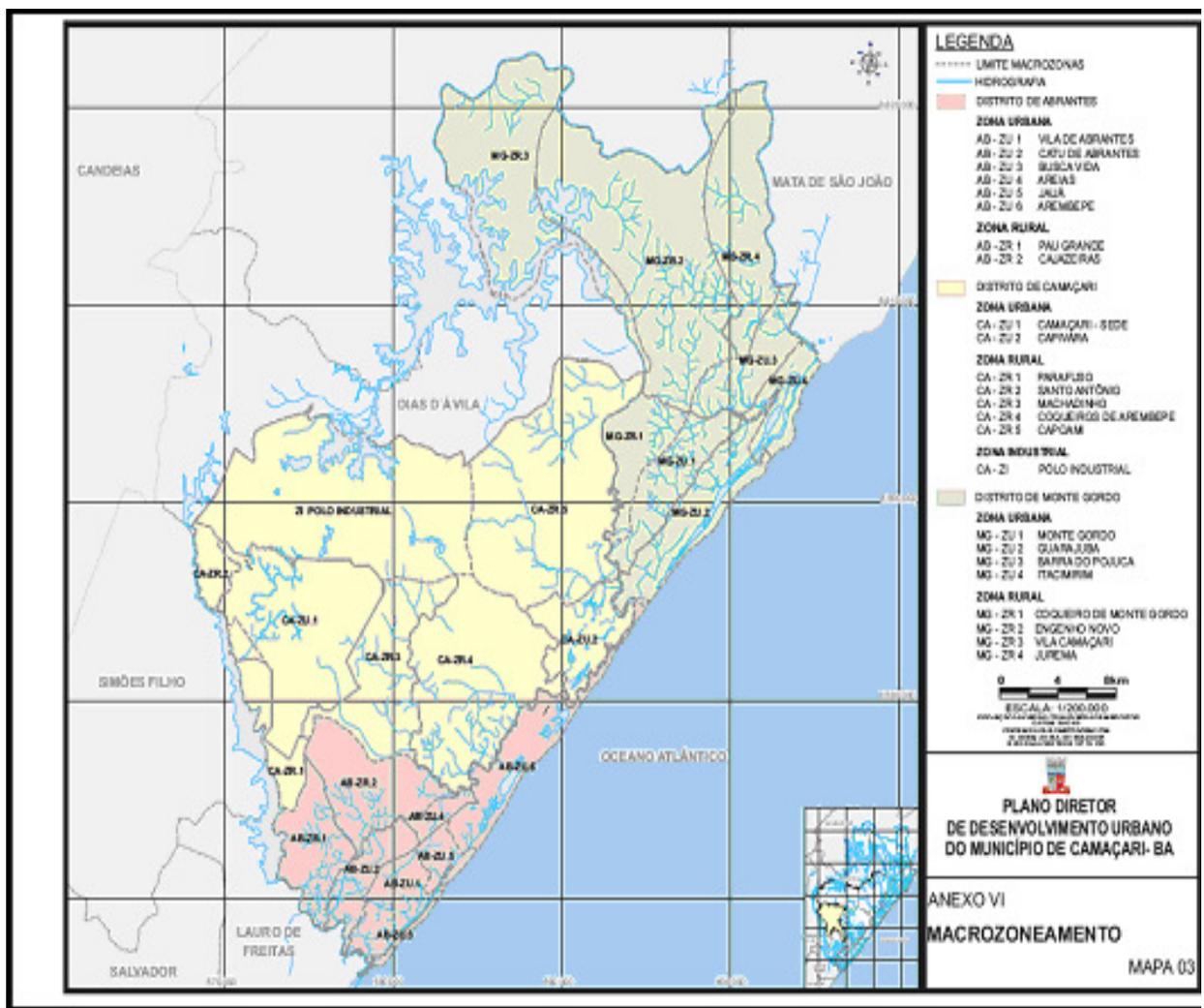


Fonte: Pinho, 2002. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

3.4 CAMAÇARI

Apontado como um dos 25 melhores municípios para se investir (PEGN, 2008) e o mais extenso (759,6 km²) da Região Metropolitana de Salvador, Camaçari localiza-se ao norte de Lauro de Freitas compreende uma faixa litorânea e uma parte que adentra para o interior com relevo relativamente plano com altitude média de 36 m (ponto culminante: 60 metros) sobre o qual se distribui uma população de 220.495 habitantes (290,13 hab/ km²) (IBGE, 2007).

Figura 3.5
CAMAÇARI: MACRO-ZONEAMENTO MUNICIPAL



Fonte. Camaçari, PDDU, 2007.

Conforme o seu PDDU (2007), o município de Camaçari está segmentado em três distritos subdivididos em zonas urbana, rural e industrial (Figura 3.5). Na porção meridional localiza-se o distrito de Abrantes cuja zona urbana é composta por Vila

de Abrantes, Catu de Abrantes, Busca-Vida, Areias, Jauá e Arembepe, todos na área litorânea. A zona rural contempla as localidades de Pau Grande e Cajazeira.

Na porção setentrional localiza-se o distrito de Monte Gordo constituído pelas zonas urbanas de Monte Gordo, Guarajuba, Barra do Pojuca e Itacimirim localizados na orla litorânea. Sua zona rural é constituída por Coqueiros de Monte Gordo, Engenho Novo, Vila Camaçari e Jurema. Esta área encontra-se sob a influência do rio Pojuca.

Sob a influência das bacias hidrográficas dos rios Joanes e Capivara, a porção central do município localiza-se o distrito de Camaçari, cuja zona rural é composta pelas localidades de Parafuso, Santo Antonio, Coqueiros de Arembepe, Capuame e Machadinho. A zona urbana é constituída pela localidade de Capivara, próxima ao litoral, e pela sede do Município que se localiza ao sul da zona industrial, o Pólo Industrial de Camaçari.

Experimentando um recente surto de crescimento econômico iniciado na segunda metade dos anos 1990 e a reestruturação produtiva, Camaçari é um município onde grandes inversões financeiras coexistem com formas precárias de sobrevivência, gerando grandes desigualdades sociais, pois a demanda por serviços não é adequadamente atendida pelas políticas públicas. As mudanças tecnológicas e organizacionais que ocorrem em nível mundial repercutem na escala local, nos espaços urbanos.

Tal surto de crescimento decorre do advento de investimentos direcionados aos empreendimentos industriais e aos empreendimentos hoteleiros de elevado padrão localizados na faixa litorânea fato que teria atraído imigrantes, estimulado o retorno de antigos moradores que outrora haviam se deslocado para o Sudeste em busca de melhores condições de vida e estancado o processo de emigração juvenil oferecendo novas oportunidades de trabalho e de educação com nível mais elevado.

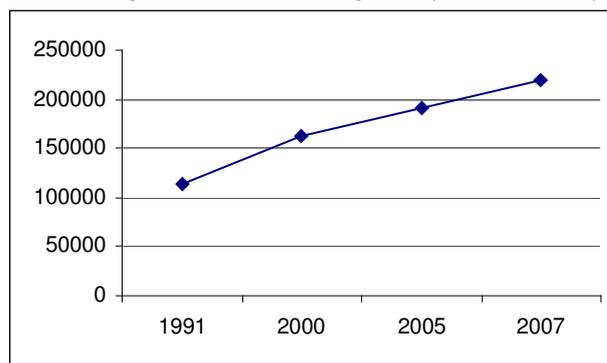
Tabela 3.1
CAMAÇARI: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO - PERÍODO 1991/2007.

Ano	Camaçari	Crescimento (%) populacional
1991	113.639	
1996	133.929	17,9
2000	161.727	20,8
2007	220.495	13,6

Fonte: IBGE. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

No período 1991-2005 a população do município cresceu 94% (de 113 mil para 220 mil), dos quais uma parte considerável forma um contingente de trabalhadores de baixa qualificação que trabalharam na construção das fábricas desigualdades espaciais, econômicas e sociais (Tabela 3.1 e Figura 3.6).

Figura 3.6
CAMAÇARI: POPULAÇÃO (1991-2007)



Fonte: IBGE@CIDADE. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

O município de Camaçari conta com três unidades de conservação localizadas na orla marítima. A Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoas de Guarajuba (Decreto Estadual 387/91, 230 ha.), abrange o território delimitado pela Linha Verde e o Oceano Atlântico, o rio Pojuca e o rio Jacuípe. Seus principais recursos são as áreas estuarinas, o complexo lacustre/lagunar, restinga arbórea e arbustiva, terraços marinhos e brejos. As atividades econômicas ali desenvolvidas (comércio, serviços, turismo e lazer, pesca artesanal e artesanato) geram os seguintes conflitos: ocupação imobiliária irregular, desmatamento de manguezal, ocupação de áreas de preservação permanente, pesca e caça predatórias, lançamento de esgoto e lixo domésticos.

Mais ao sul, a APA Rio Capivara (Decreto Estadual nº. 2.219/03, 1800 ha.), delimitada pela Linha Verde, Oceano Atlântico, rio Jacuípe e abrange as bacias hidrográficas e os estuários dos rios Jacuípe, Capivara Grande e Capivara Pequeno.

A despeito de sua institucionalização (Decreto Municipal 116/77; 700 ha.), o Parque Municipal das Dunas de Abrantes não registra ações para efetivar seu funcionamento, razão pela qual encontra-se tomado pelas invasões (“Corre Nu” e “Estiva”) e condomínios residenciais (“Parque das Dunas” e “Mundo Verde”).

Na parcela interiorana do município destacam-se a APA Joanes-Ipitanga (Decreto Estadual 7.596/99, 64.472 ha.) que abrange diversos municípios (Camaçari,

Dias d'Ávila, dentre outros) que protege os mananciais que abastecem parcialmente a Região Metropolitana de Salvador e o Pólo Industrial de Camaçari, o que engendra conflitos com a ocupação urbana com a ocorrência de núcleos urbanos na APA do Joanes/Ipitanga, e o Cinturão Verde (Decreto Estadual 22.146/70, 2.707 ha.) que circunda o Complexo Básico do Pólo Industrial de Camaçari. Trata-se de uma faixa florestal (10 km de comprimento e 0,7 km largura) cujo objetivo é proteger as bacias hidrográficas dos rios Joanes e Jacuípe das interferências ocasionadas pelas atividades industriais, além de impedir a expansão das áreas urbanas em direção à zona industrial. Considerado pelo PDDU como Zona de Importância Ambiental e Paisagística (ZIAP), o Anel Florestal contempla a Área de Preservação Permanente (APP) da nascente do rio Camaçari, afluente do rio Joanes, que atravessa a sede do município recolhendo os esgotos não tratados da cidade. Entretanto, os objetivos especificados têm sido ameaçados pela ocupação por favelas como a do morro da Manteiga, cujos moradores foram expulsos e acusados de “crime ambiental”. (Figuras 3.7 e 3.8).

Figura 3.7
MORRO DA MANTEIGA, BAIRRO DE NOVA VITÓRIA, AO SUL DO
CINTURÃO VERDE: EXPULSÃO DE MORADORES.



Fonte: Camaçari Fatos & Notícias

O advento dos novos investimentos dinamizou a economia do município repercutindo diretamente no ordenamento espacial do município provocando alterações socioespaciais em decorrência da necessidade de requalificar e modernizar alguns dos seus espaços e equipamentos públicos. Tal fato reestruturou a economia do município e alterou a paisagem urbana da sede municipal que se localiza na parcela meridional PIC e no interior da perimetral do mesmo.

Figura 3.8
OCUPAÇÃO IRREGULAR (“MORADIAS SUB-NORMAIS”) DO CINTURÃO VERDE.



Fonte: Camaçari Fatos & Notícias.

A praça central adquiriu novo “status” e nova funcionalidade assim como o antigo mercado municipal, um espaço que garantia o acesso a toda a população, que foi substituído, em 2002, pelo Centro Comercial Nova Feira que um equipamento moderno que abriga 813 estabelecimentos (barracas, lojas e boxes) cujas mercadorias (calçados, confecções e alimentos) em sua maioria (3/4) procedem de outros estados e apenas uma fração (1/4) é de procedência local ou regional. O rendimento bruto da maioria dos feirantes (73%) não ultrapassa R\$ 600,00/semana, sendo que apenas 12% auferem renda superior a R\$ 1 mil/semana (SEBRAE, 2004a).

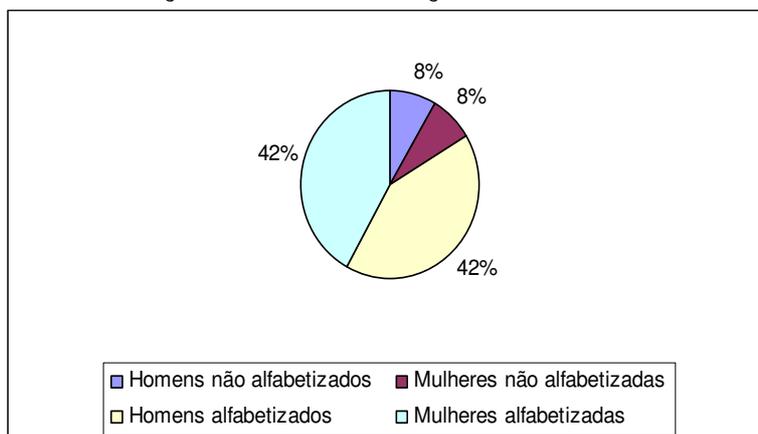
Com o objetivo disciplinar o comércio informal, o novo equipamento restringe o acesso de parcelas da população, notadamente os pequenos produtores rurais que, não tendo como pagar pelo uso, são impedidos de comercializar seus produtos. Assim, a Nova Feira é uma forma-conteúdo que ao alterar as relações campo-cidade desestrutura as antigas interações até então presentes segundo uma verticalidade que despoja o território de sua autonomia (SANTOS, 2003).

O “camelódromo” é um espaço ocioso devido à resistência dos vendedores ambulantes que se recusam em pagar as taxas à municipalidade preferindo comercializar clandestinamente os seus produtos nas ruas.

Atualmente está sendo instalado na cidade o sistema de vigilância eletrônica com recursos (R\$ 562 mil) do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e o saneamento básico que hoje abrange 3% das residências, com recursos (R\$ 64 milhões) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A distribuição da população por gênero é equilibrada, evidenciando-se um equilíbrio entre a quantidade relativa de homens e mulheres alfabetizados (Fig. 3.9).

Figura 3.9
CAMAÇARI: ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO – 1991-2007.



Fonte: IBGE, 2008. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

O número de discentes matriculados no Ensino Fundamental em Camaçari é quatro vezes maior que os estudantes matriculados no Ensino Médio. O município conta com 2217 estudantes de nível superior que estudam no município ou em outros municípios tais como Lauro de Freitas e Salvador.

A quantidade de estabelecimentos escolares voltados para o Ensino Fundamental é maior que aquele direcionado ao ensino Pré-escolar que, por sua vez, supera aqueles usados pelo Ensino Médio.

Até 2002 o ensino profissionalizante no município restringia-se àquele oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) que oferecia cursos de idiomas, hotelaria e turismo. Os empreendimentos industriais aumentaram a demanda por recursos humanos qualificados, o que refletiu no aumento de escolas técnicas e de ensino superior que até então eram oferecidos por Salvador e Simões Filho. Tal realidade começou a mudar em 2003 com a inauguração do Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEBA) subordinado à Secretaria de Educação do Estado (SEC), através do Plano Estadual de Educação Profissional (PEP). Conta com 10 salas e laboratórios para capacitação e formação técnica oferecendo cursos de eletrônica, informática, mecânica, química, mecânica automotiva, mecatrônica, processos industriais e turismo ecológico.

Inaugurado em 2002, o Senai Cimantec I qualifica recursos humanos para o PIC ampliando em 2007 as suas instalações, totalizando 33 laboratórios (investimento: R\$ 34 milhões). Por outro lado, desde junho de 2008 a unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-BA) passou a usar provisoriamente o Laboratório Técnico Automotivo (LTA), oferecendo cursos técnicos e de extensão, de tecnologia da informação e eletrotécnica, em duas modalidades: integrada (anual), destinado aos estudantes oriundos que completaram o ensino fundamental, e a modalidade subsequente (semestral) direcionada aos estudantes que já concluíram o Ensino Médio.

O Município abriga duas instituições de ensino superior. Operando desde 1998, a unidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) atende 822 matriculados nos cursos de Ciências Contábeis, Pedagogia, Direito e pós-graduação em Psicopedagogia e Psicomotricidade. A Faculdade Metropolitana de Camaçari (FAMEC) é uma entidade particular inaugurada em 1998, oferece cursos de Pedagogia, Letras, Administração, Engenharia de Automação, Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção, Direito, Psicologia, Ciências Biológicas, Fisioterapia, Enfermagem, Física, Matemática e Química.

Outra modalidade é o ensino à distância (EAD) que é oferecida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Universidade Federal da

Paraíba (UFPB) e a Universidade Aberta do Brasil, cujo pólo de apoio presencial funciona na Cidade do Saber, mantido pela prefeitura municipal.

As repercussões sócio-ambientais ultrapassam a área do PIC e influenciam os municípios vizinhos, principalmente Salvador e Lauro de Freitas onde os empreendimentos imobiliários em implantação, constituem um vetor de crescimento, pois empresários, executivos e os que fazem parte dos recursos humanos qualificados preferem morar em áreas com menos poluição e engarrafamentos.

O advento de trabalhadores qualificados (originários de outras regiões e estrangeiros) dos grandes empreendimentos industriais aumenta a tendência de fixação dos mesmos em condomínios residenciais na faixa litorânea e a demanda por novos tipos de serviços e melhor qualidade nas infraestruturas sociais de educação, lazer, transporte, segurança etc.

A despeito de possuir um dos maiores PIB da região Nordeste, o município de Camaçari convive com grandes desigualdades econômicas e sociais decorrentes da desigual distribuição da renda, fato evidenciado pela coexistência (nem sempre pacífica) entre as grandes inversões financeiras ao lado das formas tradicionais e precárias de sobrevivência humana. Isso provoca o acirramento das desigualdades sócio-espaciais evidenciadas pelos processos de favelização e pauperização das parcelas mais carentes da população relegada para as áreas periféricas, da cidade de Camaçari.

A população local convive com a precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos cuja demanda não é adequadamente atendida pela prefeitura e com a ausência de perspectivas para se aumentar a oferta de empregos e renda fora do ambiente industrial.

Além de fortalecer o comércio local, a fixação da população na sede municipal gera maiores oportunidades de emprego e renda para toda a população. Entretanto, a fixação da população na sede é dificultada pela proximidade com Salvador e pela deficiência na infraestrutura social que envolve deficiência nas oportunidades de educação com qualidade, de lazer, de segurança bem como a poluição e riscos de relativo a acidentes com cargas perigosas que ameaçam constantemente a população intranquilizando-a.

Ao priorizar a concepção de mudança mediante crescimento econômico, os atores municipais negligenciam a qualidade de vida da sua população. Governantes e elites municipais adotam idéias de modernização, dinamização e desenvolvimento

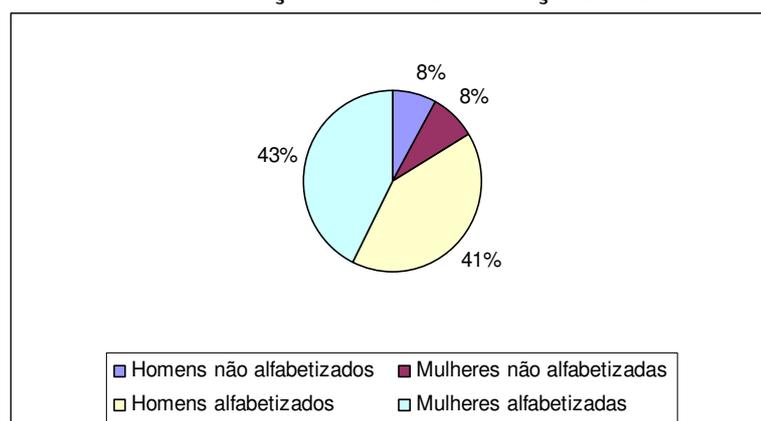
da economia e do território de forma acrítica, sem questionamento ideológico, político e ecológico pelos governantes municipais. Isso onera o território, pois se baseia na entrega dos recursos territoriais, onde o território é mercadoria comercializada nas feiras internacionais onde parcelas são vendidas ou doadas para que empreendimentos se instalem no território na esperança de criarem postos de trabalho.

3.5 DIAS D'ÁVILA

Dias d'Ávila é o município interiorano desmembrado de Camaçari em 1985. Conta com uma área de 208 km² sobre a qual se distribui sua população de 53.821 habitantes, o que representa uma densidade relativa de 259,4 hab/ km². Seu PIB é de R\$ 984 bilhões em 2007. A parcela da população feminina no município é levemente superior à masculina, a porcentagem de não alfabetizados é igual para ambos os sexos (Figura 3.10).

Seus principais núcleos urbanos são as localidades de Emboacica, Biribeira, Santa Helena, Jardim Futurama, Leandrinho e Camboatá.

Figura 3.10
DIAS D'ÁVILA: ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POR GÊNERO – 2005.



Fonte: IBGE, 2008. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

No período 199-2007 a população cresceu 72,2 %, todavia em ritmos decrescentes (Tabela 3.2, Figura 3. 11).

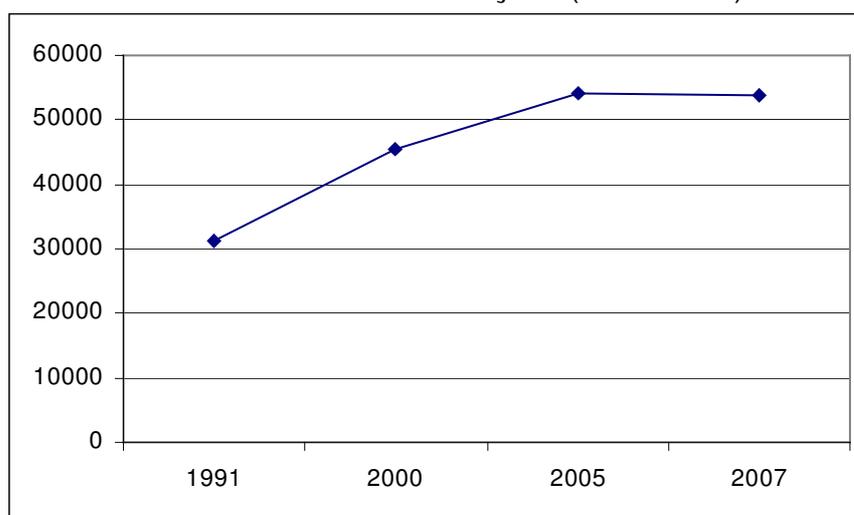
Tabela 3. 2

DIAS D'ÁVILA: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 1991-2007

Ano	População	Varição (%)
1991	31.260	
1996	37.773	20,8
2000	45.333	20,0
2007	53.821	18,7

Fonte: IBGE, Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Figura 3.11
DIAS D'ÁVILA: POPULAÇÃO (1991-2007)



Fonte: IBGE@CIDADE. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Pelo fato de se localizar na transição entre a Bacia Sedimentar do Recôncavo, onde se destaca o aquífero São Sebastião, e a formação cristalina, o município abrange uma área de ressurgência que propicia o elevado artesianismo⁴ com o surgimento de diversas fontes de água mineral e nascentes de diversos cursos d'água das bacias hidrográficas dos rios Jacuípe, Joanes, Jacumirim e Imbassay. Por conta disso seu modelado é mais recortado que Camaçari.

Dias d'Ávila aproveitou-se durante as décadas de 1960 e 1970 do status de estância hidromineral em decorrência das benesses advindas pela exploração de dos efeitos "curativos" de suas águas e das características climáticas atraindo turistas oriundos de Salvador e de outras regiões que buscavam conforto, tranquilidade e uma opção para o lazer de fim de semana.

Isso levou à expansão da vila inicial com o surgimento de novas habitações e mediante a industrialização e comercialização dos recursos hídricos por

⁴ O fenômeno de, nos poços artesianos, a água se elevar por si mesma em função do equilíbrio hidrostático do lençol subterrâneo.

engarrafadoras de água mineral (Dias d'Ávila, Indaiá, Fratelli Vita, Maiorca), cervejarias (Cerveja d'Ávila Beer) e fábricas de refrigerantes (CBB Indústria de Bebidas).

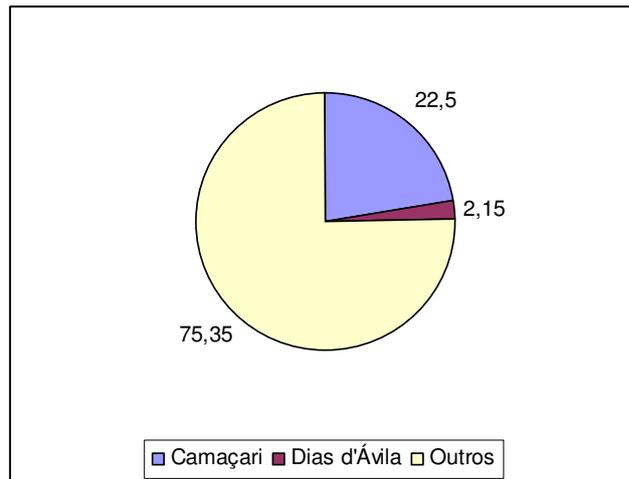
Atualmente o município renuncia à sua aptidão turística e passa a assumir a industrialização como indutor do desenvolvimento econômico do município justamente no momento político no qual o estado da Bahia assume o turismo como um dos principais eixos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social. Isso se deve ao fato de que o município, especialmente sua sede, se localiza na porção setentrional do PIC, estando constantemente ameaçada pela poluição emanada pela indústria petroquímica e pelo risco de contaminação do aquífero que abastece todo o município. A isso se soma a influência exercida pela proximidade ao PIC à presença da Caraíba Metais e da Pelzer (um dos sistemistas externos do CAF) que operam em seu município.

O município conta com o Pólo Empresarial Governador César Borges, constituído por micro e pequenas empresas prestadoras de serviços (manutenção industrial). Outras atividades menos relevantes referem-se ao comércio local, agricultura de subsistência (fruticultura, mandioca, batata doce, coco e milho), extrativismo mineral de areia e de caulim com o qual são produzidos produtos cerâmicos.

3.6 CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS

A análise dos resultados relativos ao PIB (2005), conforme Figura 3.12 denotam que a participação do município de Camaçari em relação ao PIB do estado da Bahia é quase dez vezes maior que a do município de Dias d'Ávila.

Figura 3.12
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: PARTICIPAÇÃO DO PIB NA RMS (%) – 2005.

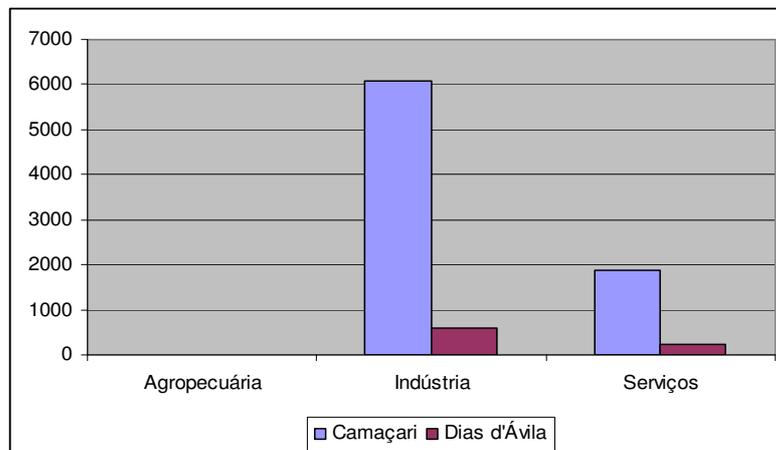


Fonte: IBGE@idades. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade

A estrutura produtiva nos municípios encontra-se focalizada no setor industrial, sendo que em Camaçari a produção neste setor é doze vezes maior que o de Dias d'Ávila. (Figura 3.13).

Figura 3.13

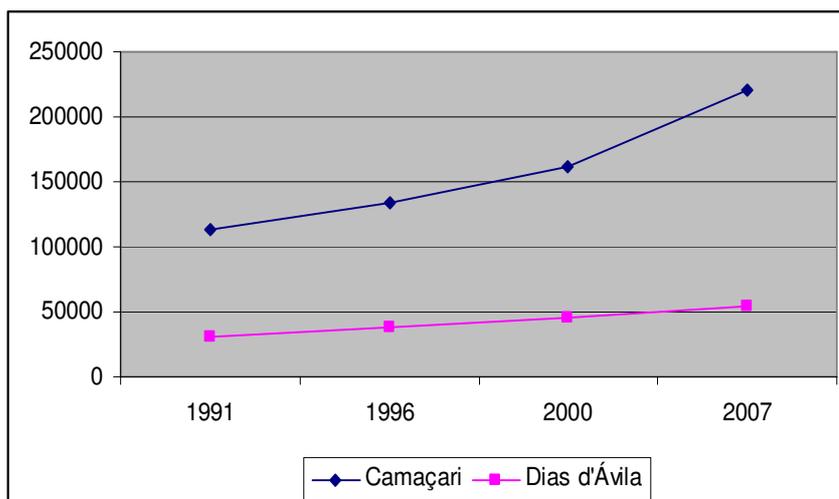
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: SETORES PRODUTIVOS (Milhões R\$) – 2007.



Fonte: IBGE@cidade, 2008. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Figura 3.14

CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: POPULAÇÃO – 1991-2007.



Fonte: IBGE@idades, 2008. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

O ímpeto de crescimento populacional variou entre os dois municípios na última década como se vê na figura 3.14. As taxas de crescimento tem se reduzido no município de Dias d'Ávila. Entretanto, em Camaçari o processo é diferente. No período que antecede a construção do CAF houve um aumento na tendência de crescimento populacional que se reduziu a partir do momento que a CAF começou a operar. Isso não quer dizer que a população diminuiu, mas que a tendência de crescimento se arrefeceu.

Embora apresente uma situação financeira privilegiada detendo a segunda maior receita de ICMS do estado da Bahia graças às atividades industriais e turísticas, o município de Camaçari apresenta indicadores sociais deploráveis fazendo com que ocupe a 2.319ª posição no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁵ (IDH-M).

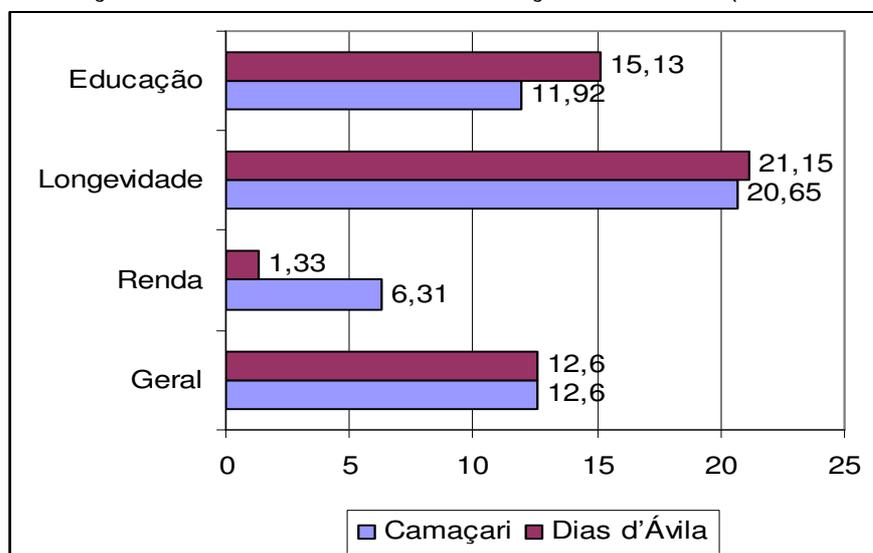
Tabela 3.3
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: IDH MUNICIPAL (1991-2000)

Ano	Camaçari			Dias d'Ávila		
	1991	2000	Variação (%)	1991	2000	Variação (%)
Geral	0,651	0,734	12,60	0,65	0,732	12,60
Renda	0,586	0,623	6,31	0,598	0,606	1,33
Longevidade	0,586	0,707	20,65	0,591	0,716	21,15
Educação	0,780	0,873	11,92	0,760	0,875	15,13

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano, desenvolvido por Mahbud ul Hag, em 1990, e que passou a ser utilizado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano das Organizações das Nações Unidas é um índice internacionalmente reconhecido como indicador sintético e relevante das desigualdades sociais. Ele compreende três variáveis: o PIB per capita corrigido pelo poder de compra de cada país, a expectativa de vida ao nascer, as taxas de analfabetismo e de matrícula em todos os níveis de ensino (SILVA; SILVA; COELHO, 2008)

Fonte: PNUD. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

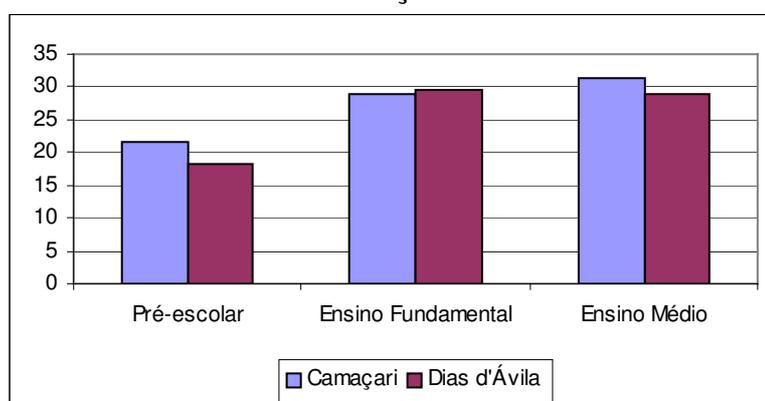
Figura 3.15
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA: VARIACÃO DO IDH (1991-2000)



Fonte: PNUD. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

A análise dos dados expostos na Tabela 3.3 indicam uma variação positiva de 12,6% no IDH Geral de ambos os municípios, no período de 1991-2000, conforme indicado na Figura 3.15. Essa melhoria deveu-se principalmente à melhoria nos IDHs Longevidade e Educação que cresceram 21,15% e 15,11%, respectivamente, em Dias d'Ávila suplantando Camaçari (20,65% e 11,63%). Entretanto, o IDH Renda de Camaçari (6,31%) foi o quántuplo daquele apresentado por Dias d'Ávila (1,33%).

Figura 3.16
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA - RELAÇÃO DISCENTES/DOCENTE (2007)



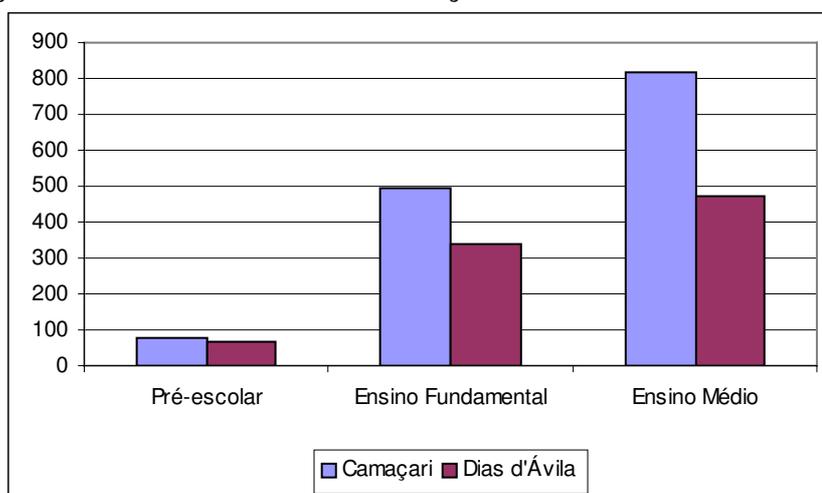
Fonte: IBGE@CIDADE. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Há uma grande semelhança na relação estudantes/docentes entre os dois municípios. Em Camaçari cada docente na pré-escola é responsável por 22

estudantes, enquanto que em Dias d'Ávila são apenas 18. No ensino fundamental a taxa é a mesma para ambos os municípios: 29 discentes/professor. No ensino médio, 31 estudantes/professor em Camaçari e 29 em Dias D'Ávila, como se vê na Figura 3.16.

Por outro lado há uma grande variação entre a relação entre a quantidade de estudantes e estabelecimentos de ensino. Na Pré-Escola 75 estudantes são atendidos por cada estabelecimento de ensino em Camaçari enquanto que o número para Dias d'Ávila é de 65. A proporção aumenta quando se avalia o Ensino Fundamental, 495 alunos/escola em Camaçari contra 338 em Dias d'Ávila. Entretanto, a maior variação encontra-se no Ensino Médio onde Camaçari apresenta a proporção de 814 alunos/escola enquanto que em Dias d'Ávila a proporção é de 474 estudantes/escola. Isso demonstra um melhor aproveitamento dos equipamentos escolares em Camaçari.

Figura3.17
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA - RELAÇÃO DISCENTES/ESCOLA (2007)

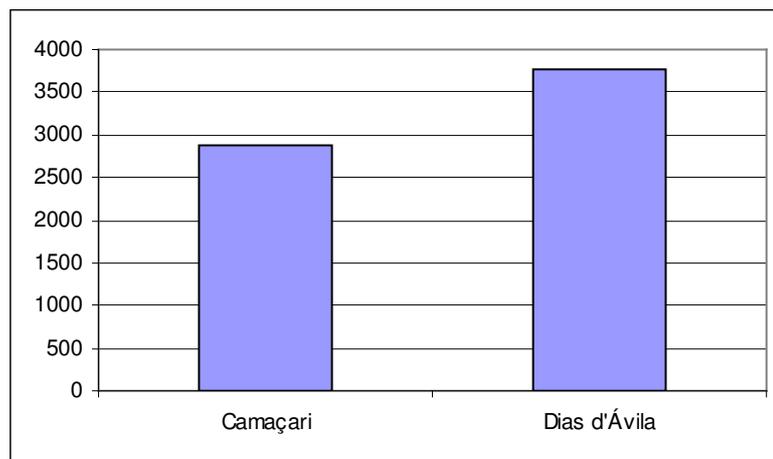


Fonte: IBGE@CIDADE. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Camaçari dispõe de 79 estabelecimentos de saúde em contraposição, a Dias d'Ávila que conta com apenas 15. A comparação entre os mesmos mostra que a proporção habitantes/estabelecimentos de saúde é maior em Dias d'Ávila (3773) que em Camaçari (2886) conforme Figura 3.18

Figura.3.18

CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA – RELAÇÃO POPULAÇÃO/ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (2007)



Fonte: IBGE@CIDADE. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

A fim de avaliar o desenvolvimento dos municípios a SEI desenvolveu uma metodologia para viabilizar dois índices: o de desenvolvimento econômico e o de desenvolvimento social. O índice de desenvolvimento econômico resulta dos níveis de infraestrutura e qualificação dos recursos humanos existentes e da renda gerada localmente. O seu cálculo considera três índices:

- infraestrutura que contempla um conjunto de informações quantitativas sobre a infraestrutura do município (terminais telefônicos em serviço, consumo de energia elétrica e quantidade de estabelecimentos bancários, comerciais e de serviços);
- qualificação dos recursos humanos, que avalia o nível de escolaridade dos trabalhadores ocupados no setor formal; e
- produto municipal que considera o nível aproximado de geração de renda do município em todos os setores da atividade econômica.

Por outro lado, fundamentando-se no conceito “desenvolvimento social” que pressupõe o atendimento da população dos municípios por serviços de educação e saúde, o acesso aos serviços de água tratada e energia elétrica e que os chefes de família recebem uma remuneração mensal, o índice de desenvolvimento social é calculado a partir dos seguintes índices:

- nível de saúde que é construído a partir de enfermidades cuja notificação obrigatória e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos (este último entendido como indicativo de deficiência do atendimento médico) pressupondo-se que a assistência adequada na área de saúde e saneamento

à população reduz os níveis de ocorrência das doenças redutíveis por imunização e saneamento básico, além do nível de atendimento da população calculado com base na quantidade de profissionais de saúde, estabelecimentos de saúde, vacinações e leitos;

- nível educacional, mensurado a partir de medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação, na forma de matrículas do ensino básico regular ao superior;
- serviços básicos, expresso por meio do consumo de serviços essenciais básicos (água tratada e de energia elétrica residencial); e, finalmente,
- renda média dos chefes de família, que expressa o rendimento médio auferido mensalmente pelos chefes de todas as unidades familiares.

Da mesma forma os índices de desenvolvimento entre os dois municípios são muito semelhantes, notadamente no que se refere ao desenvolvimento social. Por outro lado, os índices de desenvolvimento sócio-econômico e econômico de Camaçari superam levemente os de Dias d'Ávila (Figura 3.19, Tabela 3.4).

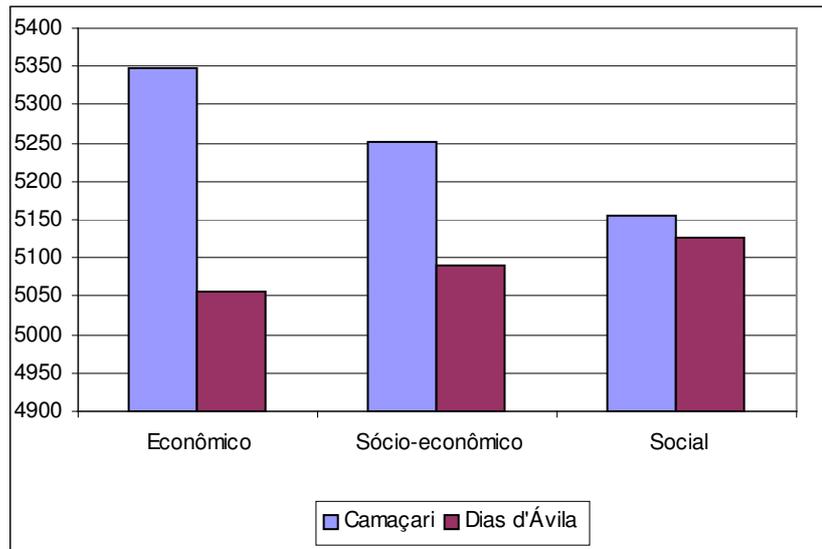
Tabela 3.4
ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS - 2000.

Índices de desenvolvimento	Camaçari	Posição	Dias d'Ávila	Posição
Desenvolvimento econômico	5347,4	2 ^a	5055,1	15 ^a
Desenvolvimento sócio-econômico	5250,56		5090,19	
Desenvolvimento social	5155,48	10 ^a	5125,52	22 ^a
Infraestrutura	5333,24	2 ^a	5035,68	17 ^a
Produto municipal	5641,32	2 ^a	5096,46	11 ^a
Qualidade dos recursos humanos	5082,24	4 ^a	5033,42	9 ^a
Renda média dos chefes de família	5256,09	14 ^a	5309,32	7 ^a
Nível de Educação	5030,41	85 ^a	5020,42	105 ^a
Nível de Saúde	5062,45	34 ^a	4990,09	232 ^a
Serviços básicos	5277,74	6 ^a	5188,78	13 ^a

Fonte: SIDRA, 2007. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

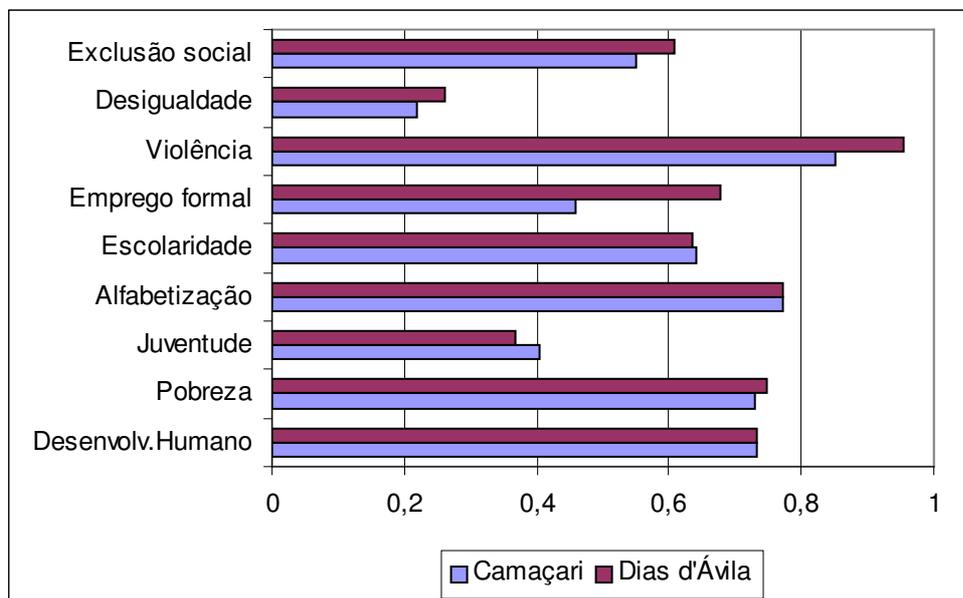
Entretanto, ambos os municípios assemelham-se quanto aos índices que avalia asgilidades entre os mesmos. Primeiramente, ambos coincidem quando se refere ao índice de alfabetização.

Figura 3.19
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(2005)



Fonte: SIDRA. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Figura 3.20
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FRAGILIDADES (1991-2000)



Fonte: IBGE@CIDADE. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Quanto aos índices de desenvolvimento humano, juventude e escolaridade há uma pequena prevalência para o município de Camaçari. Por outro lado, os índices de pobreza, violência, desigualdade e exclusão social, além do emprego formal revelam um maior destaque Dias d'Ávila. (Figuras 3.19 e 3.20, Tabela 3.5).

Tabela 3.5

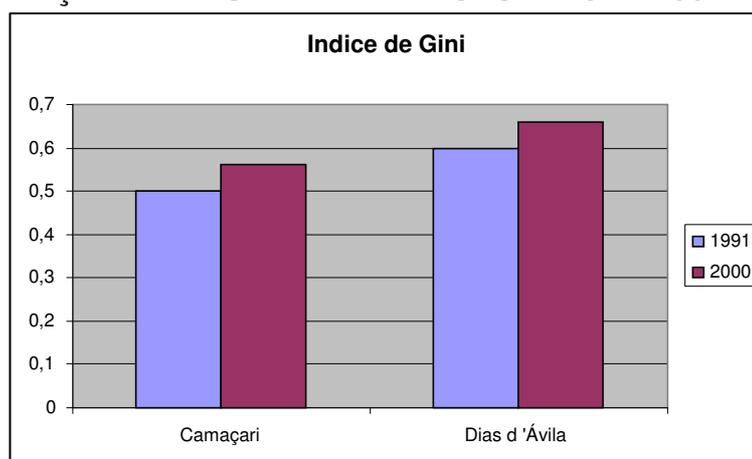
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Indicadores	Camaçari	Dias d'Ávila
Desenvolvimento humano	0,734	0,732
Pobreza	0,728	0,747
Juventude	0,403	0,367
Alfabetização	0,771	0,773
Escolaridade	0,642	0,636
Emprego formal	0,458	0,679
Violência	0,852	0,953
Desigualdade	0,218	0,261
Exclusão	0,551	0,608

Fonte: SIDRA, 2007. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

No período 1991-2000 o índice de Gini⁶ de Dias d'Ávila é levemente superior ao de Camaçari. Além disso, os índices cresceram durante o período avaliado, o que sugere uma forte concentração de renda e o conseqüente aumento da desigualdade social, como se vê na Figura 3.21.

Figura 3.21
CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA INDICES DE GINI 1991-2000.



Fonte: SIDRA, 2007, Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila são diretamente influenciados pelos processos de inovações tecnológicas ocorridas no setor industrial e no setor de serviços modificando o comportamento da população e dos demais atores sociais, especialmente as firmas, resultando em alterações socioespaciais, o que é provocado por alterações decorrentes dos diversos usos que se faz do território. Este é o tema do próximo capítulo.

⁶ Como ressaltam Silva, Silva e Coelho (2008) o Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 situação em que não há desigualdade até 1 situação de plena desigualdade.

4. USO DO TERRITÓRIO

A compreensão das dinâmicas metropolitanas frente à reestruturação produtiva e suas implicações socioespaciais devem considerar a lógica da aglomeração e a lógica da dispersão sob uma perspectiva multiescalar.

As metrópoles apresentam uma dinâmica que opera em um espaço globalizado onde as relações ocorrem por intermédio de redes inumeráveis e complexas. Por esta razão, as regiões metropolitanas apresentam uma tendencial dispersão do tecido urbano que ultrapassa os seus limites administrativos. Isso se deve ao crescente e intenso movimento das indústrias com capital intensivo enquanto que as empresas com recursos humanos intensiva deslocam-se para as localidades mais distantes (JUNCAL, 2008).

Tal processo é evidenciado na RMS que, a partir de 1960, tornou-se palco de acelerado processo modernizador no âmbito de uma política de desconcentração industrial que, por sua vez contemplava os interesses do capital nacional e internacional. Nos últimos dez anos tal processo agudizou-se com a busca da crescente competitividade resultando em uma verdadeira “guerra dos lugares”.

O presente capítulo procura esclarecer como ocorreu a evolução do uso do território em Camaçari e Dias d’Ávila a partir do processo de industrialização induzida por políticas públicas de desenvolvimento regional implementadas pelas

autoridades governamentais visando atrair investimentos industriais estrangeiros e nacionais que resultaram na implantação do COPEC e mais recentemente pela guerra fiscal que configurou o PIC afetando os municípios de Camaçari e Dias d'Ávila.

O texto é dividido em duas partes. Na primeira, focam-se as ações governamentais impulsionadas por incentivos fiscais no sentido de induzir a desconcentração industrial historicamente estabelecidas em São Paulo e, por meio de incentivos fiscais promover a implantação de indústria de transformação intensiva em capital e focalizada em bens intermediários em algumas áreas metropolitanas resultando no papel secundário ocupado pela região Nordeste na divisão regional da produção brasileira (BRITO, 2008).

A segunda parte enfatiza a guerra dos lugares que passou a eclodir a partir dos anos 1990 evidenciando a refuncionalização do papel do Estado e da sua crescente subserviência ao capital privado promovendo para remoção das barreiras e empecilhos a fluidez de capital. Enquanto que na primeira fase prevalecia o conceito de região, nesta última fortalece-se a categoria território usado, que assume maior relevância enquanto categoria capaz de revelar os problemas inerentes à realidade nacional.

4.1 FEDERALISMO REGIONAL, SUDENE E INCENTIVOS FISCAIS.

Inspirada na *Tennessee Valley Agency (TVA)*, a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), ao final da 2ª Guerra, foi uma iniciativa isolada do Governo federal no sentido de promover o desenvolvimento econômico do Nordeste. Ela anunciava o fortalecimento no Brasil da idéia do federalismo regional cooperativo que se caracteriza pela ampliação da participação do Governo central no planejamento e execução de políticas públicas direcionadas aos estados no intuito de combater as desigualdades econômicas e sociais regionalizadas, melhorar a distribuição das atividades econômicas e propiciar maior equilíbrio político.

Eggler e Mattos (2003) definem federalismo como uma forma de distribuição das competências no âmbito da ordem jurídica do Estado. Trata-se de um arranjo complexo caracterizado pela existência de mais de um poder sobre um mesmo

território, o que exige a cooperação constante para evitar o conflito de competências e a supremacia de um poder sobre os demais.

Por outro lado, o federalismo regional não era um consenso. Para alguns de seus opositores, ela fortaleceria para as iniciativas privadas local e as oligarquias estaduais um poder que apenas seria quebrantada por meio do unitarismo autoritário, no qual caberia ao Governo central elaborar o planejamento e tomar decisões de cima para baixo para promover uma modernização econômica.

Entretanto, as duas correntes apresentavam um ponto em comum: a necessidade de se reduzir as desigualdades regionais mediante o desenvolvimento, como queriam os federalistas, ou por meio da modernização, defendida pelos unitaristas.

As ligas camponesas foram um alerta para as elites políticas que se viram ameaçadas pela emergência de movimentos sociais rurais nordestinos e o surgimento de novas lideranças populistas que constituíam um campo propício à fermentação de ideologias radicais potencialmente ameaçadoras do poder político do Governo central na região Nordeste. Assim, o Nordeste passou a ser considerado uma questão de segurança nacional, de integração social e de estratégia política. A “crise nordestina” ultrapassava a dimensão econômica que gerava um desequilíbrio que provocava tensões políticas e sociais e que ameaçavam a sobrevivência do sistema social e econômico nacional.

No contexto político e social conturbado, Celso Furtado, um dos principais mentores do federalismo regional e participante do governo Juscelino Kubitschek, cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que elaboraria o primeiro estudo sistemático sobre a região Nordeste contextualizando-a no cenário econômico nacional. Tal estudo originaria a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, criada em 1959 pela lei 3.692, seria o principal instrumento para a implantação de uma política nacional desenvolvimentista fundamentada no conceito de região.

Inclusa no Plano de Metas elaborado no âmbito de um Governo desenvolvimentista industrializador, política de desconcentração industrial que tinha como objetivo reduzir as desigualdades regionais e impulsionar a industrialização planejada apoiada por empresas estatais como o Banco do Nordeste (1954) e a construção de Brasília (1955-1960). Além disso, se fortaleceria com criação de instituições regionais federais de fomento para promover o desenvolvimento das

regiões Norte, com a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Centro-Oeste, com a Superintendencia para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Nordeste (SUDENE).

Enquanto órgão de planejamento e de desenvolvimento econômico, a SUDENE seria a solução parcial de um problema essencialmente político e social, uma resposta historicamente adequada e coerentemente articulada às diretrizes políticas do Governo central e um elo entre este e os governos estaduais. A SUDENE tinha como principal objetivo efetivar a política do Governo federal de descentralização dos investimentos industriais fortemente concentrados nas regiões Sudeste e Sul direcionando-os para áreas mais carentes e estagnadas, a fim de promover o desenvolvimento econômico regional foram subdividido em:

- criar condições para uma reestruturação sócio-econômica e intensificar investimentos industriais no Nordeste a fim de reduzir progressivamente as desigualdades entre esta e outras regiões mais dinâmicas;
- modernizar a agricultura regional com ações no semi-árido e na zona da mata;
- articular os interesses dos Governos nordestinos a fim de alcançar a coesão regional;
- continuar as investigações sobre a realidade nordestina iniciadas pelo GTDN.

Os problemas decorrentes dos debates sobre a SUDENE envolviam a oposição velada dos políticos nordestinos, que encobriando interesses particulares e classistas, além de desentendimentos entre os governadores e os políticos locais.

A estratégia do Governo federal para retomar o controle político sobre a região Nordeste e forma de descentralização política que conciliava os interesses dos latifundiários e da burguesia industrial, a SUDENE logrou compatibilizar política regional com a nacional demonstrando que os problemas sociais poderiam, em escala nacional, ser solucionados via dimensão econômica. Além disso, permitiu a criação de um novo padrão cooperativo, a cooperação horizontal-vertical insulada, e de uma nova consciência de solidariedade na região Nordeste.

Um dos objetivos para efetuar a descentralização industrial do eixo São Paulo – Rio de Janeiro era promover o deslocamento de algumas atividades para regiões mais carentes e estagnadas como o Nordeste. Para alcançar tal objetivo, a SUDENE

empregou os incentivos fiscais e financeiros, mecanismos instituídos pela Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de 17/01/55, que no intuito de promover facilidades para a instalação de empresas estrangeiras, autorizava a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) a emitir licenças de importação de máquinas e equipamentos sem a devida cobertura cambial para o Brasil na forma de investimento direto estrangeiro para equipamentos a serem instalados no país.

A instituição dessa medida de política cambial na industrialização, no desenvolvimento e na internacionalização da economia brasileira foi de considerável importância no momento em que se aprofundava a industrialização brasileira, importante período para o desenvolvimento econômico do país (CAPUTO, 2008).

Propostos por Celso Furtado inspirado na experiência do *Mezzogiorno* italiano, como instrumentos das políticas públicas de desenvolvimento nos anos 1950, os incentivos fiscais contribuíram para a desconcentração industrial e produtiva e o desenvolvimento setorial e regional alcançado, principalmente no nordeste brasileiro durante as décadas de 1960 e 1970.

Dentre os estados nordestinos, a Bahia foi aquele que mais se beneficiou com os incentivos fiscais e financeiros oferecidos às empresas pela SUDENE, e pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Somados às infraestruturas, e o apoio do Governo estadual, eram os principais trunfos para atração de investimentos estrangeiros para a Bahia.

Devido aos escândalos de corrupção e denúncias de ineficiência, a SUDENE foi extinta pelo governo Fernando Henrique Cardoso (2001) e posteriormente recriada como Agência do Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), mediante Decreto nº. 4.126/2002, durante o governo Lula. A nova SUDENE visa promover o desenvolvimento “inclusivo e sustentável do Nordeste e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional”. Entretanto, a ADENE, hoje extinta, não conseguiu subsistir usando os mesmos moldes adotados por sua antecessora, pois no contexto atual, marcado pela crescente competitividade e fragmentação, prevalece o conceito de território (SILVA, 2008).

O maior beneficiário das decisões e da política de incentivos fiscais (renúncia fiscal federal) promovida pela SUDENE foi o capitalismo monopolista do Centro-Sul. A integração do Nordeste com as regiões dinâmicas que, mediante compra/venda de insumos/produtos industrializados, permitiu que as empresas do Sudeste recebessem os retornos decorrentes dos benefícios fiscais aplicados na região.

SILVA (2002, p. 50) aponta que “o enfraquecimento das formas tradicionais de ação regional do Estado (Governo federal) através de políticos programas e projetos” com as ondas de privatizações e a extinção de órgãos de planejamento como a SUDENE, SUDECO e SUDAM que foram transformados em agências de desenvolvimento sem expressão e autonomia, o enfraquecimento do DNOCS e da CODEVASF. Tais fatos expressariam a redução dos processos de controle, a falta de prioridade institucional e o progressivo afastamento do Estado em relação aos interesses da sociedade.

4.2 INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

A partir dos anos de 1950 os municípios hoje inseridos na RMS tornaram-se palco do acelerado processo de industrialização marcado por surtos de crescimento econômico baseado em decisões exógenas que afetaram todo o território do estado da Bahia cuja economia deixou de ser agro-exportadora atrasada e apresentou significativas transformações econômicas e sociais, constituindo nos anos 1990 uma classe média importante e uma classe operária moderna em formação (TEIXEIRA, GUERRA, 2000).

As lideranças políticas e econômicas baianas empreenderam ações conjuntas no sentido de atrair investimentos e empreendimentos capazes de dinamizar a economia regional. Dentre tais lideranças destaca-se Rômulo Almeida, um entusiasta do federalismo regional, quando este ocupou na década de 1950 o cargo de assessor econômico do governo Getúlio Vargas formulando o projeto original da Petrobras e Eletrobras, e ajudando a criar o BNB. No comando da Secretaria de Planejamento da Bahia, implantou algumas empresas com a participação total ou parcial de recursos públicos – a Alimba, a Mafrisa e a Friusa, Mirca – na RMS. Posteriormente, no comando da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), elaborou o Plano de Turismo do Recôncavo, os Termos de Referência que definiu o modelo petroquímico tripartite que referenciaria o complexo petroquímico, resultando na implantação do Centro Industrial de Aratu (1968), na ampliação da RLAM, além de alguns investimentos industriais realizados em menor escala no interior do estado (TEIXEIRA, GUERRA, 2000).

4.2.1 RLAM, TEMADRE e CIA

A industrialização que provocaria drásticas mudanças socioespaciais na Região Metropolitana de Salvador iniciou-se com as atividades relacionadas à exploração e refino do petróleo mediante a implantação RLAM, no município de São Francisco do Conde, e do TEMADRE, em Madre de Deus, especializado no embarque-desembarque de petróleo e derivados (BRITO, 2008).

Com um volume de investimentos sem paralelo na história econômica do estado da Bahia, a Petrobras elevou o emprego industrial, a massa salarial e o montante da renda, além de estimular o surgimento de indústrias complementares à empresa, a construção civil, o comércio e os serviços. Desencadeando um significativo crescimento em Salvador e nas franjas da cidade constituindo a sua região metropolitana (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2004).

Os anos 1960 foram marcados pela implantação do CIA (Lei Federal 2.321, 11/04/1966), um distrito industrial cuja área (196 km²) abrange parcelas dos municípios de Simões Filho, Candeias e Salvador.

Planejado para ordenar espacialmente mais de duzentas empresas de diversos segmentos industriais, especialmente o metal mecânico, o objetivo daquele arranjo espacial era fazer com que a Bahia se destacasse como um estado moderno, industrializado e desenvolvido. Entretanto, tal expectativa foi frustrada em decorrência da sua irrelevante contribuição para o desenvolvimento industrial e dos efeitos indesejados produzidos pela política de localização industrial e pela negligência quanto aos aspectos ambientais. Objetivando a extração da mais-valia, as empresas ali instaladas estavam focadas na obtenção dos incentivos fiscais e se deslocavam para outros locais mais atraentes assim que se encerrava a concessão dos mesmos incentivos (SPINOLA, 2003; OLIVEIRA, 2006). Ou seja, as empresas buscavam a “competitividade espúria” (FANZILBER, 1989).

4.2.2 COPEC

O ritmo acelerado de industrialização brasileira acentuou, nos anos 1970, a necessidade de o Brasil expandir a produção de petroquímicos no âmbito de uma política de substituição de importações.

Fruto da política nacional desenvolvimentista determinada por fatores macroeconômicos ligados à desconcentração industrial concernentes à ativação da

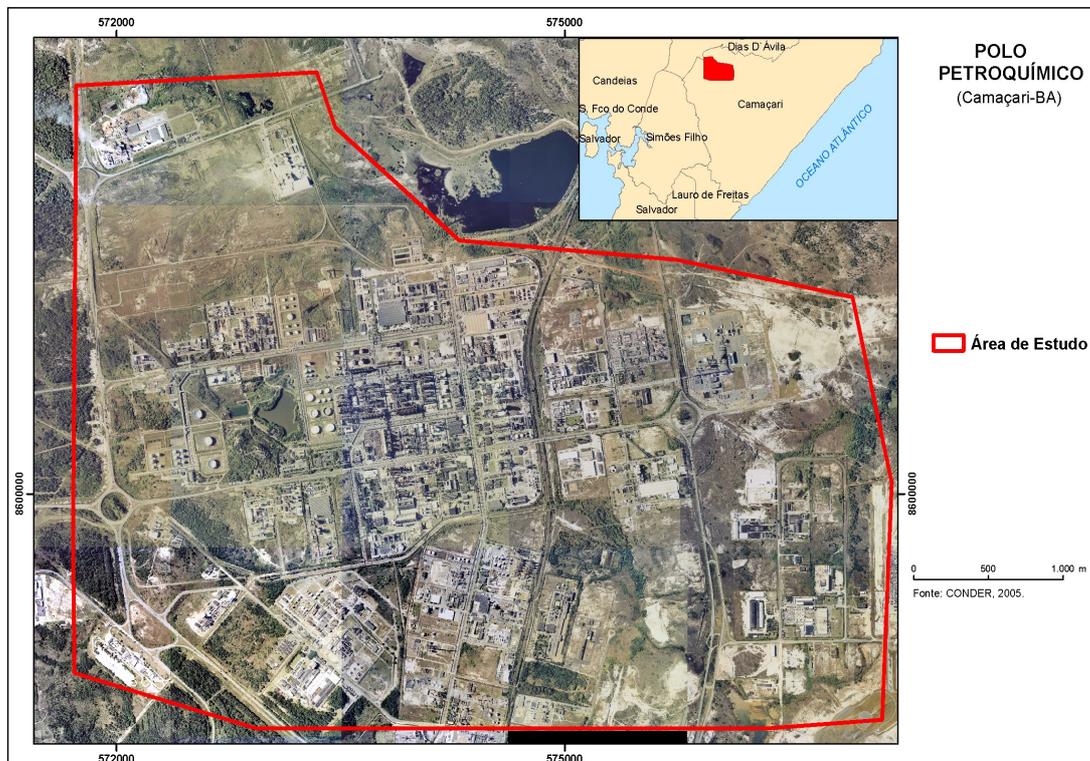
economia nordestina e que buscava “corrigir” as distorções e desigualdades presentes no desenvolvimento regional brasileiro, o COPEC constituiu no principal instrumento utilizado pelo setor público brasileiro para a recuperação e alavancagem da economia nordestina.

Dentre as considerações microeconômicas e setoriais referentes à localização distinguiam-se:

- proximidade das fontes de insumos, pois a Bahia era o maior produtor de petróleo do país e contava com a RLAM,
- concessão de incentivos fiscais para compensar a distância em relação dinâmico centro industrial (Sudeste e Sul) e mercado consumidor

O COPEC se baseia no conceito de pólo petroquímico compreendendo a agregação em uma micro-localização de várias unidades de produção (petroquímicas, utilidades, manutenção, tratamento de efluentes) integrados verticalmente constituindo a indústria de primeira e de segunda gerações.

Figura 4.1
POLO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI.



Fonte: CONDER. Elaboração: Nilton Santana e Maria da Conceição Borges Andrade.

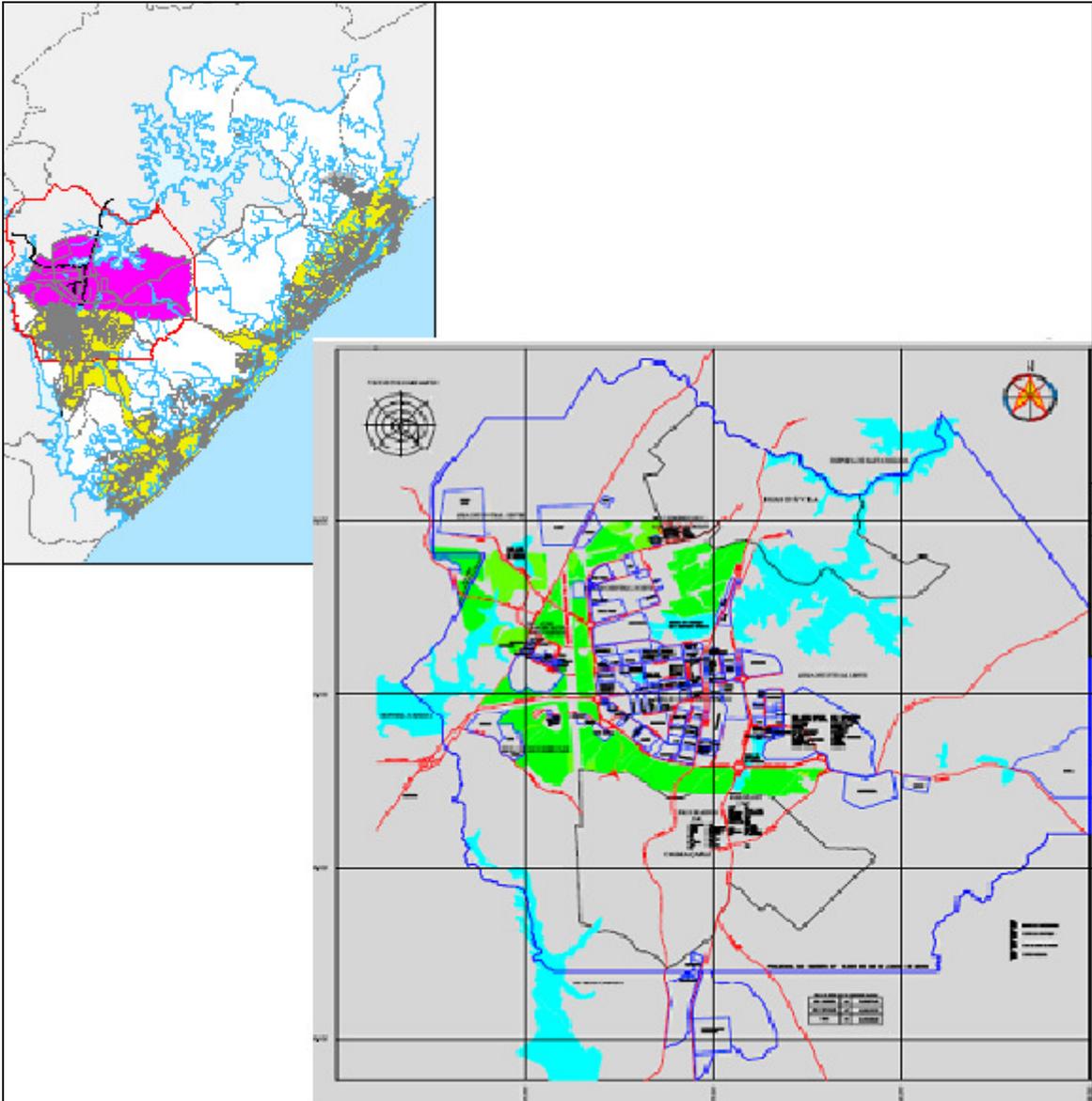
A maioria dos seus clientes, a indústria de terceira geração, concentra-se nas regiões Sul e Sudeste devido ao crescimento industrial e disponibilidade de insumos (OLIVEIRA, 2006).

O planejamento da infraestrutura e dos serviços necessários à implantação do COPEC fundamentou-se no modelo industrial baseado em centrais de uso comum (matérias-primas e utilidades) em torno das quais se aglomeravam as unidades produtoras direcionadas para o compartilhamento de sistemas interligados de serviços e de sistemas de controle ambiental. Tal estrutura visava atrair, para o estado da Bahia, investimentos diretos estrangeiros na forma de indústrias de transformação que seriam os “motores” do desenvolvimento regional, promovendo o crescimento da receita municipal e estadual, mesmo à custa dos problemas sociais e ambientais.

Considerado, na época, como o maior complexo industrial do hemisfério Sul, o COPEC foi planejado com base no modelo acionário tripartite (capital nacional, estrangeiro e estatal) concebido pela tecno-burocracia da indústria petrolífera (OLIVEIRA, 2006). Segundo este modelo a presença da Petroquisa, estatal articuladora do projeto, asseguraria o apoio governamental federal e permitia a participação de sócios da iniciativa privada que haviam adquirido experiência com a construção do Pólo Petroquímico de Cubatão (SP). Assim assegurava-se o controle privado e nacional para os empreendimentos.

Figura 4.2

LOCALIZAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI



Fonte: SUDIC, Camaçari – PDDU, 2007.

O planejamento e implantação do COPEC consumiram, durante período 1972/78, US\$ 141 milhões em recursos estaduais, 45% dos quais aplicados na construção da rede viária e 32% no sistema de controle ambiental em uma época destituída de instrumentos legais capazes de efetuar o adequado ordenamento espacial que obedecesse a política ambiental brasileira.

O COPEC é um enclave localizado entre as sedes dos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila entre as represas Joanes II e Santa Helena sobre o divisor de águas das bacias hidrográfica do rio Joanes e do rio Jacuípe (Figuras 4.2 e 4.3). Conta com uma rede rodoviária e a rede dutoviária que liga as empresas petroquímicas à Empresa de Proteção Ambiental (CETREL) e daí em direção ao Oceano por meio do emissário submarino.

Figura 4.3.
O PIC E OS CENTROS URBANOS



Fonte: CETREL.

A deficiência quanto à qualificação e inexperiência das pessoas responsáveis pelas análises dos projetos apresentados pelas poucas empresas multinacionais dispostas a participar dos investimentos no país fez com que o processo seletivo das tecnologias negligenciasse os critérios técnicos e sociais, privilegiando apenas os aspectos político-econômicos (TEIXEIRA, 1985; SILVA FILHO, 2000).

Por meio de uma dutovia que liga sua Unidade de Insumos Básicos à RLAM, os derivados de petróleo (principalmente a nafta petroquímica), a Braskem processa tais insumos transformando-os em diversos produtos petroquímicos básicos de primeira geração como as olefinas (eteno, propeno, butadieno) e aromáticos (benzeno, tolueno, xilenos, solventes etc). Além disso, produz de utilidades (energia elétrica, vapor, água e ar comprimido) que são fornecidas às unidades produtivas da

própria empresa e de outras que produzem petroquímicos intermediários (segunda geração), as resinas termoplásticas tais como polietileno (de alta densidade, de baixa densidade, de baixa densidade linear), polipropileno, PET/PTA; PVC, poliestireno/estireno e alguns produtos finais.

As principais linhas de aplicação dos produtos petroquímicos e químicos são os plásticos, as fibras têxteis sintéticas, as borrachas sintéticas, as resinas e pigmentos.

Depois de transformados, os produtos químicos e petroquímicos resultam em embalagens, utilidades domésticas, mobiliário, materiais de construção, vestuário, calçados, componentes industriais (indústria eletrônica, de informática, automobilística e aeronáutica), tintas, produtos de limpeza (detergentes), corantes, medicamentos, defensivos agrícolas e fertilizantes.

O fluxo de produtos ocorre por meio de uma intrincada rede de dutovias, como o etenoduto que liga a Braskem às suas unidades de produção (cloro-soda e PVC) localizadas no Pólo Cloroquímico em Alagoas, distante 400 quilômetros. Estruturado para funcionar de maneira integrada, o COPEC conta com serviços especializados de uma empresa em manutenção industrial, a Asea Brown-Boveri (ABB). Uma outra empresa que presta serviços ao COPEC é a Empresa de Proteção Ambiental (CETREL) que, inaugurada em 1978 com o objetivo de tratar os efluentes líquidos gerados pelas empresas do Complexo, ampliou suas atividades abrangendo a prestação serviços de gestão ambiental que incluem: monitoramento ambiental (ar, águas subterrâneas e superficiais), coleta, tratamento, incineração e disposição final dos resíduos sólidos industriais tóxicos e perigosos que são depositados no aterro sanitário e dos efluentes líquidos que são descartados, por meio do emissário submarino, no oceano.

Assim como em diversas empresas do PIC, na CETREL há um grande acúmulo de resíduos perigosos, passivos ambientais gerados no passado, aguardando soluções de destinação menos custosas, estocados inadequadamente devido ao longo tempo de permanência em pátios e silos, com características de estocagem provisória (FONSECA, 2003).

A incineração de resíduos contaminados é uma prática abolida nos países desenvolvidos, sendo considerada nociva e poluidora é fartamente usada cujo incinerador da CETREL reduz os resíduos sólidos perigosos (capacidade: 4.000 t/ano) em cinzas que, depois acondicionadas temporariamente (capacidade: 80.000 m³/ano)

são descartadas, após tratamento adequado, no oceano por meio do emissário submarino (capacidade: 260 mil m³/dia) (OLIVEIRA, 2006).

Na década de 1970 os países desenvolvidos passaram a criar normas ambientais mais rigorosas limitando suas atividades industriais. Isso levou as empresas a transferirem a parcela “suja” do seu processo de produção para os países subdesenvolvidos que além de terem seus recursos ambientais e humanos superexplorados tornam-se depósito dos resíduos indesejáveis produzidos pelos países localizados no centro do sistema capitalista.

Assim, como a incineração, a fabricação de pneus é uma tecnologia banida nos países desenvolvidos cuja legislação impede a operação de empresas industriais poluidoras em seus territórios. Tais empresas transferem suas operações indesejáveis para os países subdesenvolvidos cuja frouxidão nas regulações políticas e ambientais é justificada pela promessa de geração de empregos.

Na escala nacional, isso é evidenciado pelo fato de que os estados do Sudeste usam o território baiano para incinerar e fazer a disposição final dos seus resíduos industriais. No Brasil, este mercado que movimenta, atualmente, R\$ 200 milhões anuais.

Interesses políticos e econômicos transformam lixo em mercadoria. Empresas do estado de São Paulo, onde as normas ambientais são mais rigorosas, livram-se do seu resíduo químico, tóxico e perigoso, enviando-o para o estado da Bahia, prática comum denunciada pela Associação de Consciência à Prevenção Ocupacional (ACPO, 2004) que entraram com uma representação ao Ministério Público Federal informando que 3,8 mil toneladas de solo contaminado com resíduos químicos perigosos produzidos em Cubatão-SP pela unidade de produção da Rhodia S/A foram enviados para Camaçari, a fim de serem incinerados, pela CETREL, descumprindo o embargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Segundo Seixas (2008), na madrugada de 22/06/2006, um caminhão-tanque despejou aproximadamente 15 m³ de substâncias químicas no Parque Real Serra Verde, em Camaçari. O odor provocado pelo material descartado e a possibilidade de contaminação causaram pânico na comunidade. Ao comparecer ao local seguindo a convocação da Prefeitura Municipal e do CRA, a CETREL emitiu laudos classificando os resíduos como pesticidas (Endosulfan), mecaptanas (composto à base de enxofre) e solventes, resultando em 15 substâncias diferentes. Com base

nos referidos laudos, foram removidos 1,3 toneladas de solo contaminado. Quarenta e duas famílias perderam gado (vacas, ovelhas e galinhas) e a sua única fonte de sobrevivência que baseia na agricultura de subsistência além de herdarem problemas e doenças decorrentes da contaminação da área pela presença de substâncias químicas. Exames hematológicos, realizados após 40 dias, revelaram a contaminação dos moradores por pesticidas e inseticidas.

A implantação do COPEC alterou a dinâmica econômica baiana e por manter a centralidade de seu dinamismo na Bahia contribuiu singularmente para o crescimento econômico da indústria petroquímica brasileira, cuja relevância se deve:

- à criação de condições políticas para o crescimento do modelo empresarial e industrial no país;
- à formação de grupos empresariais nacionais capacitados ao atendimento das necessidades de investimentos industriais;
- à criação de soluções inovadoras orientadas às demandas de eficiência da indústria petroquímica e da proteção ambiental;
- ao estabelecimento de um modelo integrado de atendimento às necessidades infra estruturais físicas e sociais exigida pela indústria;
- à criação de um mercado de trabalho crescentemente exigente de recursos humanos qualificados, gerando uma elite técnica e um operariado moderno (OLIVEIRA, 1994).

Acompanhando o crescimento econômico nacional, o COPEC tornou-se um dos mais relevantes conjuntos industriais brasileiros, devido à sua contribuição ao crescimento econômico do país. Para alguns, trata-se de uma experiência exitosa quanto à difusão do desenvolvimento em áreas externas aos centros nacionais de produção, demonstrando que programas de distribuição regional de renda, quando planejados em bases sólidas e bem executados respondem adequadamente aos esforços de investimentos realizados.

Quanto às contribuições ao crescimento econômico nacional pode-se afirmar que o COPEC contribuiu para o crescimento da renda nacional; permitiu que o país se tornasse exportador de produtos intermediários; promoveu a integração nacional ao usar seus eixos e modais de transporte; propiciou a fixação na região de recursos humanos altamente qualificados, o que provocou a modernização regional.

A implantação do COPEC incrementou o crescimento populacional da RMS que deixou de ser uma região eminentemente rural e estagnada para se tornar um dos espaços mais dinâmicos na economia baiana ao renovar os fluxos materiais devido a presença de novos atores econômicos que usam o território em novas circunstâncias e contexto temporais e espaciais. A atividade industrial baiana passou a suplantar a agro-exportadora em decorrência da alteração do perfil das suas bases produtivas. Assim, o estado da Bahia tornou-se um produtor de bens intermediários (LOURENÇO, 2003).

Outrossim, uma das maiores inquietações concernentes ao COPEC refere-se à sua proximidade com os centros urbanos e as constantes ameaças provocadas pelos riscos ambientais e problemas ambientais configurados que, ultrapassando os limites das unidades industriais, atingem outras áreas, configurando um cenário que é constantemente ameaçado por agravos socioambientais. O desconhecimento e incerteza constantes intranquilizam as populações locais e do entorno de tais áreas.

Aprovados em 1991, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Meio Ambiente (RIMA) para a ampliação do COPEC afirmam que os problemas ambientais configurados na área do COPEC remontam à época do seu planejamento e se referem aos riscos relacionados à qualidade do ar, à contaminação de mananciais e dos solos, desequilíbrio da fauna e flora, o transporte, armazenamento e possíveis acidentes com cargas de produtos perigosos (explosão, incêndio, vazamento, escapamento, tombamento de carga etc.).

Cinco das empresas que operam no COPEC produzem resíduos industriais perigosos que, devido à elevada toxidez e transportabilidade, são extremamente danosos à saúde humana, além de ser uma constante ameaça ao meio ambiente, caso seu gerenciamento (armazenagem, acondicionamento, transporte, segurança e disposição final) sejam negligenciados.

O acúmulo de resíduos perigosos deve-se à deficiência dos processos de gestão ambiental empreendidos pelas empresas do PIC, lentidão ou desinteresse na busca de inovações e soluções visando a melhoria e eficiência dos seus processos de produção e minimização dos riscos.

Atualmente, Dias d'Ávila, antiga estância hidromineral, já não se presta à atividades turísticas de veraneio devido à poluição atmosférica e pelos riscos de contaminação do aquífero São Sebastião, sobre o qual estão instaladas, as plantas do COPEC e das novas indústrias (BRANDÃO, 2007). O referido manancial é de

extrema importância regional devido aos seus múltiplos usos: abastecimento das cidades de Camaçari e Dias d'Ávila e povoados, no suprimento de processos industriais (petroquímicos, metalúrgicos, automobilístico, bebidas) e geração de energia termo-elétrica.

A bacia hidrográfica do Rio Jacuípe é constantemente ameaçada por acidentes envolvendo os reservatórios de armazenagem de cloro da Braskem. Por outro lado, a bacia hidráulica Joanes II corre risco de contaminação devido aos oleodutos que transportam insumos (nafta) da RLAM para o PIC e devido à proximidade com a BA-091 onde há o risco de acidentes com carretas transportadoras de produtos petroquímicos para Candeias e para o Porto de Aratu, a 30 quilômetros de distância.

Operando no setor de metalurgia de não-ferrosos, a Caraíba Metais iniciou, em 1977, a construção de sua nova planta que entrou em funcionamento pleno em 1982 processando 650 mil ton/ano de concentrados de cobre (teor: 32% Cu, 26% Fe, 29% S) procedentes do Chile e desembarcados no Porto de Aratu que conta com uma unidade de recebimento e armazenamento. Tais insumos são transportados por caminhões para a fábrica, enquanto que a movimentação do concentrado de cobre extraído na mina em Jaguarari (BA) é feito por transporte ferroviário. Os contratos de compra de insumos são de longo prazo e negociados anualmente conforme normas estabelecidas pelo mercado mundial. Adquirida em 1996 pelo Grupo Paranapanema, a empresa mais importante do município de Dias d'Ávila produzindo 220 mil toneladas/ano de cobre eletrolítico.

Com o aperfeiçoamento e o controle do processo de produção, a Caraíba Metais logrou aumentar sua eficiência ao desenvolver novas aplicações para os seus resíduos que adquiriram maior valor comercial, o que ajudou a empresa a reduzir o impacto ambiental decorrente de suas atividades. A escória granulada (*copper slag*), resultante do processo de fundição do cobre substitui a areia usada no processo de jateamento e limpeza de cascos de navios e superfícies metálicas, além de conferir maior consistência à argamassa de cimento usada na construção civil. Depois de processados seus efluentes convertem-se em 5 mil ton/mês de ácido sulfúrico (concentração 45%) que é um insumo usado pela indústria de mineração. Finalmente, a racionalização do uso de energia permite reutilizar o calor dos seus fornos.

4.3 DO ESTADO PROVIDOR À “GUERRA DOS LUGARES”

As crises do petróleo que marcaram o fim dos “anos dourados” e o declínio do modelo fordista, isso ensejou à emergência de uma nova fase do capitalismo, a produção flexível. A produção flexível é caracterizada pela flexibilidade dos equipamentos de produção e dos trabalhadores, pelo enfraquecimento das coações jurídicas que regulam as relações trabalhistas e pela flexibilização dos salários em relação à situação econômica, fiscal e social (BENKO, 1999).

No intuito de acelerar o processo de descentralização fiscal, a Constituição de 1988 ampliou a autonomia financeira das unidades federativas e dos municípios permitindo-lhes criar e arrecadar tributos e realizar seus próprios orçamentos. Tal fato contribuiu para a melhoria da receita estadual e levou à prática generalizada entre estados e municípios da concessão de benefícios fiscais.

Embora no seu artigo 151 a Constituição Federal proíba à União instituir tributo que não seja uniformemente aplicado em todo o território nacional ou que implique a preferência de uma unidade federativa ou município em detrimento de outro, tolera a prática da concessão de incentivos fiscais destinados à promoção do equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do país (MARTINS, 2006).

Na década 1990 os mecanismos dos incentivos fiscais passaram a ser visto de uma maneira mais crítica. Primeiramente, eles comprometem a capacidade do estado de dinamizar a economia, pois os incentivos fiscais, na escala nacional, induzem à realocação dos investimentos, não geram renda nem empregos. Além disso, minimiza a importância de características locais para a localização de projetos (economias de aglomeração, qualidade dos recursos humanos, infraestrutura local etc.). Para alcançar um crescimento econômico os estados e os municípios passaram a entregar ao capital privado os seus recursos territoriais.

Distorções, erros políticos, empreguismo oficial, falta de controle e a deficiente manutenção da máquina administrativa governamental foram fatores que levaram o Governo federal a revisar a sua política de incentivos e o combate à renúncia fiscal com a redução da política de apoio tributário e a extinção de políticas regionais, relegando as unidades federativas à sua própria sorte.

Sentindo-se abandonados pela União, os estados e municípios empenharam-se em uma encarniçada disputa para atrair investimentos externos, empresas e empregos, mediante a ampliação de diversos programas de atração baseados no regime de incentivos, renúncia de tributos, concessão de financiamentos privilegiados, via receita, em detrimento de um projeto local genuíno e socialmente compartilhado.

A abertura do mercado nacional expôs as deficiências competitivas da indústria local provocando o fechamento de diversas fábricas e a redução do mercado de exportação, o que reduziu a produção e aumentou o desemprego em alguns estados.

A estagnação econômica levou à reestruturação do capitalismo, nas décadas de 1980 e 1990, fundamentando-se na aceleração dos ritmos de circulação do capital em escala mundial fazendo com que a reestruturação produtiva brasileira resultasse em perniciosas transformações sócio-econômicas quando as autoridades governamentais passaram a negligenciar sistematicamente as questões sociais centrando suas atenções no atendimento dos grupos econômicos privados, principalmente do mercado financeiro, pois a minimização e enfraquecimento do Estado limitava as ações do poder público.

Moldado sob os princípios do Consenso de Washington impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, a partir de 1990, o projeto neoliberal previa a desregulamentação (econômica, dos direitos sociais e dos investimentos produtivos), a descentralização das políticas sociais, privatizações e mudanças referentes ao papel desempenhado pelo Estado. As novas estratégias locais dos empreendimentos e as diretrizes do projeto neoliberal levaram à ilusão de que o crescimento econômico e o desenvolvimento social são responsabilidades dos Governos e dos atores sociais locais que passaram a ser responsabilizados pela elaboração de estratégias concernentes ao seu próprio desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008).

A noção de desenvolvimento e práticas políticas do poder público permitem que os atores econômicos usem o território mediante práticas que são legitimadas pela sociedade local.

A reestruturação neoliberal brasileira, ocorrida a partir dos anos 1990, beneficiou a burguesia industrial baiana permitindo que o estado da Bahia pudesse participar do grupo de subespaços capazes de produzir bens finais conforme sua

competência do Governo para mobilizar recursos políticos e econômicos no sentido de atrair e fixar empresas produtoras de bens finais (BRITO, 2008).

A despeito dos enormes investimentos públicos, a indústria petroquímica baseada no modelo tripartite e no conceito de pólo petroquímico se esvaiu nos anos 1990. Assim como a RLAM, o COPEC foi obrigado a se adaptar à abertura do mercado passando a competir com empresas internacionais.

A necessidade de obter competitividade no nível internacional levou à reestruturação que resultou em mudanças fundamentais baseadas em inovações tecnológicas e na automação dos seus processos, mas que não aumentou o tamanho das plantas industriais nem a quantidade de postos de trabalho. Ao contrário o nível de empregos reduziu. Por fim uma onda de privatizações acirrou a concentração do setor petroquímico e de outros segmentos do COPEC.

Na segunda metade dos anos 1990, após uma década de estagnação econômica, o estado da Bahia procurou diversificar e interiorizar a matriz industrial local e passou a competir com outras unidades federativas periféricas por meio de benefícios para atrair investimentos econômicos direcionados aos empreendimentos industriais e turísticos em setores diversificados. Tais benefícios, que incluíam subsídios fiscais, financiamento e oferta de terreno e infraestrutura para instalação dos empreendimentos, atendiam aos anseios do grande capital cuja reprodução exige ambientes que ofereçam condições para a crescente otimização da produção em escala a fim de suplantar a tendencial taxa de lucros decrescentes (BRITO, 2008).

O Governo da Bahia tem sido competente em atrair grandes investimentos com base na guerra fiscal, com diversas iniciativas dentre as quais podem ser destacadas o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (DESENVOLVE) criado em 2002 para promover a desconcentração espacial e formação de adensamentos industriais nas regiões com menor desenvolvimento econômico e social. Contudo, o planejamento estadual e as ações empreendidas pelas empresas no âmbito do mercado mundial podem engendrar um processo de “desenvolvimento industrial provisório” vinculado à necessidade de interiorização e de articulação funcional resultando em uma fragmentação espacial produtiva (BRITO, 2008).

4.3.1 A indústria automobilística e a guerra fiscal

O primeiro passo do estado da Bahia no cenário da guerra fiscal foi a implementação das políticas de estabilização iniciadas com o governo Antonio Carlos Magalhães com o lançamento, em 31/10/1991, do Programa de Promoção do desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA), uma estratégia para a “retomada do desenvolvimento” no qual o Governo renunciava temporariamente (seis anos) aos tributos para estimular o crescimento econômico. Seu mecanismo financeiro, o Fundo de Promoção do Desenvolvimento Industrial (PROIND) gerido pelo DESENBANCO, financiava a parcela do ICMS a ser gerado pelas empresas em implantação, recuperação e/ou ampliação no estado da Bahia (na RMS, 50%, fora da RMS, até 75%).

O surto de expansão econômica na RMS, iniciado em fins da década de 1990, baseia-se na atração de novos empreendimentos para a Bahia com a ampliação da RLAM e a implantação, no entorno do COPEC, de diversos empreendimentos regionalmente inéditos tais como: indústria automobilística e indústria borracheira. Estes, somadas à petroquímica, configuraram o PIC.

A inserção deste complexo industrial no circuito econômico ocorre pela intensificação de trocas e a possibilidade de uma produção globalizada voltada para atender a demanda crescentemente especializada em múltiplas escalas: local, regional, nacional e mundial. Isso se deve à reestruturação, flexibilização e diversificação do sistema produtivo da economia baiana que passou a oferecer produtos mais elaborados e com maior valor agregado, configurando a opção do Governo pela política de desconcentração difusa cuja tendência é o crescimento econômico centrado na RMS e no seu entorno (SILVA, 2003).

Instalada no Brasil desde os anos 1950, a indústria automobilística passou a sofrer desde os anos 1980 inúmeras transformações tecnológicas e organizacionais orientadas ao esforço para a remodelagem setorial tendo em vista: enfrentar as oscilações das vendas em decorrência da instabilidade econômica brasileira; compensar a estagnação e o atraso tecnológicos; enfrentar a concorrência originada pela implantação de novas montadoras no país.

A recente estratégia da indústria automobilística brasileira caracteriza-se pela desconcentração industrial deslocando-se das regiões Sudeste e Sul para relocalizar suas plantas industriais e redirecionar seus investimentos para outras regiões,

preferencialmente distantes da Região Metropolitana paulista, ou seja, longe dos movimentos sindicais organizados.

A implantação do CAF, também conhecido como “arranjo produtivo local automotivo”, foi uma iniciativa articulada ao novo contexto caracterizado por investimentos diretos estrangeiros referentes ao setor automobilístico e com a maciça participação do Estado, ao mesmo tempo em que trazia a perspectiva de geração de renda, emprego, adensamento e diversificação da indústria local mediante a atração de empresas de transformação plástica, fundição, estampagem, usinagem e ferramentaria.

A aprovação, em março de 1997, do Regime Especial Automotivo para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste autorizava a concessão de um pacote com os seguintes benefícios: a) isenção de imposto sobre Produto Industrializado (IPI), b) financiamento intermediado pelo BNDES de R\$ 1,5 bilhão, c) redução de 75% no imposto de renda, d) redução de 50% no imposto de importação e) redução de 50% no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Apenas em impostos federais a renúncia foi de R\$180 milhões anuais. Além da isenção, durante dez anos, de impostos municipais (IPTU e ISS) e de estaduais (ICMS), o Governo estadual se comprometeu em garantir a diferença em relação aos incentivos fiscais que, porventura, deixassem de ser recebidos.

No Rio Grande do Sul o Governo de Antonio Britto (PSDB) apresentara em 1998 um déficit orçamentário de R\$ 3,4 bilhões, coberto com os recursos advindos das privatizações.

Ao tomar posse, em janeiro de 1999, o governador petista Olívio Dutra defrontou-se com o desafio de reduzir o déficit para R\$ 1,6 bilhão e anunciou que os protocolos contratuais celebrados pelo seu antecessor com a iniciativa privada seriam revisados. Um desses protocolos referia-se ao Projeto *Amazon* proposto pela Ford que previa um desembolso imediato de R\$ 870 milhões pelo Governo do estado, além de diversos benefícios.

A proposta apresentada pelo novo Governo envolvia a manutenção de todos os benefícios fiscais previamente acertados e a redução do desembolso para R\$ 320 milhões (R\$ 175 milhões em obras e R\$ 145 milhões em financiamentos) devido à impossibilidade financeira do estado para bancar o montante dos recursos envolvidos.

As negociações entre a empresa e o governo Olívio Dutra foram prejudicadas pela interferência do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) enquanto que o Partido dos Trabalhadores, principal força de oposição, assumia ineditamente a gestão de um estado com uma significativa relevância industrial e centralidade política. Isso levou o Governo federal a articular-se com o Governo baiano para transferir o Projeto Amazon do Rio Grande do Sul para o estado da Bahia, fato que seria evidenciado quando da assinatura do contrato no Palácio do Planalto que contou com a presença do Presidente da República, do senador baiano Antônio Carlos Magalhães e presidente da Ford (MORAES, 2007).

Os contatos entre Governo baiano com a Ford para a transferência do projeto para a Bahia se iniciaram antes de finalizadas as negociações entre o Governo gaúcho e a equipe de negociadores da empresa que alegavam não ter autorização para negociar, conversar sobre o contrato ou sobre a possibilidade de realizar modificações.

Os fatores locais atrativos ao empreendimento foram: a disponibilidade de recursos humanos com menores custos, a presença de amenidades locais, a proximidade do COPEC, a disponibilidade de infraestrutura logística e a possibilidade de novas configurações na indústria automotiva e os incentivos fiscais associados à “guerra fiscal”. Além disso, era uma região não sujeita às convenções e acordos coletivos de trabalho já existentes, firmados a partir de grande mobilização de trabalhadores experientes na luta sindical, continua sendo um critério locacional relevante para o segmento automobilístico.

As benesses previstas no Regime Especial Automotivo que reduziram os custos referentes à aquisição de capital fixo, capital de giro, despesas de transporte e contribuições sociais, além dos financiamentos à pesquisa e a isenção do ICMS. Tais fatores levaram a empresa a alterar o seu projeto inicial, duplicando sua capacidade de produção, diferença que foi bancada pelo BNDES ao disponibilizar maior volume de recursos.

O insucesso das negociações com o Governo gaúcho fez com que a Ford, fundamentada em fatores técnicos, econômicos e principalmente políticos, desistisse da implantação do projeto naquele estado e passasse a buscar uma nova localização para os seus investimentos. Tal decisão deflagrou e acirrou uma guerra fiscal na qual se envolveram os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia. Em 16/06/1999 a empresa

anunciava oficialmente sua decisão de instalar o Complexo Automobilístico da Ford, em Camaçari.

Pautado na estabilidade política e econômica alcançada desde 1991, o Governo da Bahia comprometeu-se em dar continuidade aos benefícios concedidos, procurando celeremente responder de maneira favorável às demandas da Montadora e despertar a confiança do empresariado definindo suas ações por meio da Lei nº. 7.538 (28/10/1999) que criou o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO). Este programa oferecia um conjunto de benefícios que complementavam a MP 1.916 que estabelecia, segundo (NAJBERG; PUGA, 2003):

- financiamento de capital de giro em até 12% do valor do faturamento bruto da empresa, inclusive o importado, durante um período de 15 anos;
- carência de 10 anos e amortizações de 12 anos;
- 98% de desconto sobre as primeiras 72 parcelas do empréstimo;
- financiamentos a investimentos fixos e despesas com implantação do projeto, pelo prazo de 15 anos;
- carência de cinco anos e amortizações em 10 anos;
- taxa de juros de 6% ao ano sem atualização monetária;
- capitalização dos juros no período de carência;
- isenção total de ICMS, financiamento de despesas com pesquisas e desenvolvimento de produtos;
- substituição das mesmas condições, em caso de mudanças decorrentes de reforma do sistema tributário ou impossibilidade jurídica de adotar o tratamento na referida lei;
- elaboração e execução de projetos e serviços de infraestrutura, complementares aos serviços e às obras pelas quais se responsabilizou Dois anos depois (12/10/2001), inaugurava-se o Complexo Automotivo Ford que seria o maior investimento até então efetuado pela montadora, representando investimentos na ordem de US\$ 2,2 bilhões, 1/3 dos quais financiados pelo Governo estadual que desempenhou papel de extrema relevância para a implantação do empreendimento ao fornecer apoio técnico baseado em três vetores;

- investimentos em infraestrutura física que facilitou a implantação da plataforma produtiva;
- investimentos em infraestrutura portuária e rodo-ferroviária para facilitar as atividades logísticas de recebimento de insumos e escoamento da produção;
- investimentos em infraestrutura social (educação, saúde e segurança pública).

4.3.2 O Complexo Automobilístico Ford

O CAF constitui-se em uma aglomeração formada por uma rede de suprimentos capitaneada por uma empresa âncora (a Ford) que, devido ao seu peso econômico, comanda todo o processo de produção e concentra todas as decisões operacionais. Vinte e um fornecedores de autopeças e quatro prestadores de serviços (os sistemistas internos) relacionam-se diretamente com a montadora compartilhando com ela riscos, responsabilidades, os custos gerais e fixos, além de uma área física com uma extensão de 4,7 milhões m² (1,6 milhão m² em área construída) que abriga a linha de montagem dos automóveis (Quadro 4.1 e Figura 4.4).

Ineditamente usada pela Ford e apresentando características singulares, tal configuração espaço-organizacional é denominada de montagem modular seqüenciada ou “condomínio industrial”.

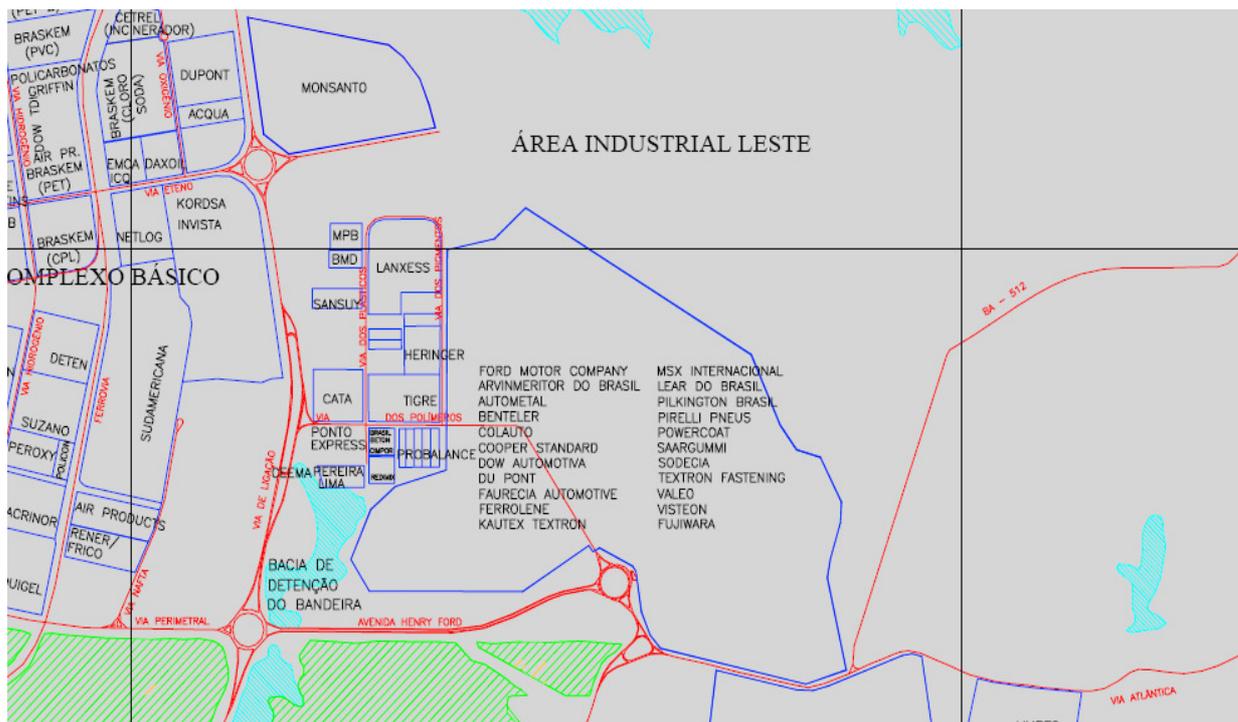
Quadro 4.1
COMPLEXO AUTOMOTIVO FORD – SISTEMISTAS INTERNOS.

Sistemistas	Atividade	Empresa (produtos)
Internos	Estamparia	BSB/Ford (estampados de grande porte), Sodecia (estampados de pequeno porte), Ferrolene (retalhos de chapa).
	Pintura	Renner Du Pont (matéria prima da pintura), Colauto (pintura de pequenos componentes), DDoc/Ford (pintura da carroceria);
	Montagem final	Mapri (módulo de fixação), Valeo (módulo frontal), Benteler (suspensão), Pelzer (acabamento interno), Faurecia (painel da porta), SAS (montagem das portas), Intertrim (teto), Lear (bancos), Arvin (sistema de exaustão), Cooper (tubos de conexão e mangueiras), Pirelli (montagem de pneus e rodas);

Manufatura	Dow (peças plásticas); Pilkington (vidros), Autometal (peças plásticas), Saargummi (peças de borracha); Kautex (tanques de combustível).
Serviços	ABB (manutenção industrial); MSX (desenvolvimento do produto); Lean (logística); Premier (iluminação e condomínio).

Fonte: SAKO, 2006. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Figura 4.4
COMPLEXO AUTOMOTIVO DA FORD



Fonte SUDIC. Reelaboração: Maria da Conceição Borges Andrade

O condomínio industrial é uma inovação organizacional e também uma estratégia usada pelas grandes montadoras com o objetivo de otimizar a terceirização e aumentar a competitividade empresarial, que procura conciliar as estratégias de um conjunto de empresas facilitando o atendimento dos mercados externos e o aproveitamento de benefícios fiscais e financeiros concedidos pelos estados da federação e pelo governo federal.

Ela se caracteriza pelo compartilhamento do espaço da linha de montagem, pelo relacionamento direto e estreito entre a montadora e seus fornecedores que, trabalhando de forma integrada, entregam os seus produtos no local de montagem no tempo e seqüência determinada pela empresa âncora conforme o sistema *just-in-time*.

Os fornecedores de segunda camada (Tabela 4.2) suprem os sistemistas internos com peças isoladas e componentes, adquirindo seus insumos dos fornecedores de terceira camada que, por sua vez, recebem seus insumos dos fornecedores de quarta camada etc. Dois sistemistas externos localizam-se em Feira de Santana, um em Dias d'Ávila e três em Camaçari (SAKO, 2006).

Quadro 4.2
COMPLEXO AUTOMOTIVO FORD – SISTEMISTAS EXTERNOS.

Sistemistas	Localização	Empresas (produtos)
Externos	Camaçari	TWE (espuma dos bancos); Sian (iluminação); Krupp (peças estampadas).
	Dias d'Ávila	Pelzer (isoladores).
	Feira de Santana	Pirelli (pneus); Siemens (chicotes elétricos).

Fonte: SAKO, 2006. Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Em 2003 a Ford transferiu de São Paulo para o CAF em Camaçari o seu Centro de Desenvolvimento de Produto. Operando em três turnos com capacidade plena (250 mil unidades/ano) e usando tecnologia de produção com elevados níveis de automação tecnológica (512 robôs e sistemas eletromecânicos de automação), o Complexo alterou a dinâmica econômica e social da região e do estado.

Dispondo de uma área de 7 milhões m² para reflorestamento, a unidade adota o processo ecológico “terras úmidas” de tratamento de esgotos sanitários que permite o reaproveitamento da água para a irrigação de seus jardins. Os esgotos geram biomassa que, somada aos restos de alimentos, aparas de grama e madeira é submetida à compostagem produzindo 120 m³/mês de adubo orgânico e sem aditivos químicos e de baixo custo, usado no plantio de mudas e na manutenção de suas áreas verdes.

A implantação do CAF recuperou a Ford, que há algum tempo enfrentava processo deficitário e consolidou a indústria de transformação baiana que se tornou o principal ramo econômico (35% da economia) do estado da Bahia diversificando sua base produtiva que apresentou um crescimento acumulado de 17,6% do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2003 a 2005, quando a média nacional foi de apenas 7,7%.

Segundo a FIEB, a montadora incrementou o crescimento do setor da indústria de transformação, cujo acumulado de 2002 a 2007 registrou um saldo

positivo de 21%. O segmento automobilístico representa 6,9% do valor da transformação industrial (VTI) da indústria de transformação.

Superando a previsão inicial, o CAF gera 8,5 mil empregos diretos e 13 mil indiretos, 80% dos quais residentes em Camaçari. Dos trabalhadores, 1,2 mil são engenheiros em diversas áreas profissionais, sendo que 400 são da região. Em uma concepção conjunta de inovações que vão desde peças, componentes e conjuntos, até inovações no desenho dos modelos, a Ford e seus sistemistas investem cerca de R\$ 700 milhões para desenvolver o processo de “baianização”, aumentando em 76% o conteúdo local dos seus componentes.

A aceleração das novas atividades econômicas, do qual o CAF é apenas um exemplo, foi impulsionada pela adoção de inovações técnicas e organizacionais, pelos benefícios advindos da renúncia fiscal (isenção do ISS e IPTU) e pela construção de novas unidades industriais. Ou seja, devido às obras infraestruturais tais como a construção de um ramal ferroviário exclusivo da Ford, ampliação de redes de estradas, energia elétrica, telefonia, água e esgoto. Finalmente, a concessão de exploração de um terminal marítimo privativo, responsável pelo escoamento de 30% da sua produção para o exterior (OLIVEIRA, 2006).

O Terminal Portuário Privativo Miguel de Oliveira desempenha um papel importante na logística de escoamento dos veículos produzidos pelo CAF sendo que 40% são exportados para Argentina, Chile, Venezuela, México e países da América Central. Isso representa 15,11% do valor total das exportações baianas, superado apenas pelos segmentos de metais não-ferrosos (Caraíba Metais), derivados de petróleo (Petrobras), químico e petroquímico (Braskem).

Os veículos são transportados por caminhões-cegonha através do Canal de Tráfego que, juntamente com o Terminal Portuário, são parte da política estadual de desenvolvimento da infraestrutura logística de apoio à atividade industrial.

O Terminal Portuário foi construído, ao custo de R\$ 31 milhões, pelo Governo da Bahia por meio da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) e cedido à Ford, pelo prazo de 50 anos, através de contrato de concessão de uso. O terminal é administrado e operado pela Crowley, empresa norte-americana que gera poucos empregos para os trabalhadores locais. Equipado com um *pier* de 193 metros, o terminal permite a atracação de navios de grande calado (22 a 25 metros) e operações de embarque/desembarque realizadas por meio de 10 baias dotadas de rampas para caminhões-cegonha e de um estacionamento (119

mil m²) com 6 mil vagas demarcadas por sistema de rádio-frequência que permite a rápida localização de qualquer veículo.

A melhoria dos processos logísticos reduz o tráfego de caminhões-cegonha em áreas urbanas, encurta a distância e o tempo de deslocamento entre o Complexo e o Terminal desafogando e liberando o espaço antes ocupado pela montadora no porto de Salvador.

A terraplenagem do terreno e a construção dos acessos e da infraestrutura são uma pequena parcela de um amplo conjunto de doações feitas pelo Governo estadual que reduziram o orçamento destinado ao investimento social (educação, saúde, segurança, transportes etc.). Por outro lado, as estradas que constituem a malha viária no entorno do CAF foram construídas com elevado nível de qualidade.

A empresa sistemista responsável pela pintura é estadunidense e seus funcionários qualificados (mexicanos e estadunidenses). Esses trabalhadores tem adquirido imóveis fixando-se na área litorânea do município de Camaçari. Os trabalhadores baianos ocupam postos de trabalho de menor remuneração (R\$ 500,00) em relação a outras praças. O quadro de funcionários conta com menos de 20 engenheiros baianos (com salários variando de R\$ 1,5 mil a R\$ 2 mil). As empresas do CAF não oferecem transporte aos funcionários, para os quais foi construída uma ciclovia de sete quilômetros que liga a cidade de Camaçari ao Complexo.

Quando de sua implantação o CAF foi alvo de grandes críticas movidas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) que o considerava uma ameaça aos empregos nas fábricas paulistas, estimando que cada trabalhador da Ford custaria R\$ 243 mil/ano aos cofres públicos.

O contrato para a construção do CAF demonstra a subserviência do poder público (estadual, municipal e federal) ao capital estrangeiro por meio de concessões escandalosas. O “financiamento de capital de giro” se refere ao montante equivalente a 12% do faturamento bruto da empresa, oriundo das operações com produtos nacionais ou importados comercializados na Bahia (NODARI, 2008). O financiamento corresponde ao total do ICMS devido, com o prazo de pagamento de vinte e dois anos sem juros e sem correção monetária é uma doação que conta com um bônus adicional: a concessão de um desconto de 98% caso a dívida seja liquidada antecipadamente. Assim, veículos modelos Ford

Focus e *Ranger*, fabricados na Argentina, são desembarcados no terminal portuário e distribuídos no mercado brasileiro.

Em maio de 2008 o Governo federal anunciou a Política de Desenvolvimento Produtivo na qual se destaca o Programa de Apoio à Engenharia Automotiva para o qual estão destinados até o fim do corrente ano, um bilhão de reais, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiar gastos de engenharia realizados no país, o que envolve: horas trabalhadas por engenheiros em um determinado projeto de desenvolvimento, financiamento de projeto básico, desenvolvimento de protótipos e novos produtos, detalhamento de peças e componentes, aquisição de materiais de precisão, construção de centro de desenvolvimento, redução de nível de emissões atmosféricas. Com base nesse programa em julho de 2008 o BNDES liberou um financiamento para a Ford no valor de R\$ 78 milhões a serem aplicados no Complexo Automobilístico em Camaçari.

4.3.3 O Pólo Industrial de Camaçari

Assim como o CAF, outros empreendimentos se implantaram no PIC aproveitando-se dos benefícios concedidos pelo Governo estadual. Inaugurada em 2001, a unidade de produção da Monsanto é resultado de US\$ 350 milhões em investimentos e, contando com uma área construída de 631 mil m², produz insumos antes importados para a fabricação do herbicida *Roundup*, usado na agricultura sojícola, o que representa uma economia de US\$ 150 milhões em divisas para a economia baiana. O Pólo Borracheiro é constituído por três empresas recém implantadas com perspectivas de fazer do estado da Bahia responder, no médio prazo, por um terço dos pneus produzidos no País e alcançar a liderança na produção nacional direcionada para pneus de veículos de passeio (55% da produção total): a nipo-americana Bridgestone-Firestone, a alemã Continental e a estadunidense Columbian Chemicals.

Investindo € 14,4 milhões na expansão de sua unidade fabril no PIC, inaugurada em 04/2006, a fabricante de pneus, Continental deve ampliar a capacidade de produção para 18 mil pneus/dia, 80% dos quais destinados à exportação para os países do bloco do NAFTA.

Gerando 1,2 mil empregos diretos e mantendo um programa de capacitação de recursos humanos em suas fábricas no exterior, a empresa Continental procura atrair novos negócios relacionados à produção de insumos e ferramental direcionados à indústria de pneumáticos. Os projetos de expansão em processo de avaliação e análise dependem da eficiência, dos custos de recursos humanos e da continuidade das parcerias efetuadas com os Governos estadual e federal. Os fatores locacionais priorizados para a escolha da localidade foram: estabilidade econômica, nível de competitividade dos recursos humanos local e condições favoráveis de exportação decorrente de boa infraestrutura logística.

A Columbian Chemicals também fabricante de pneus recebe da Braskem e RLAM os insumos para a fabricação de negro-de-fumo, e a Columbian Chemicals, que opera no PIC desde 2007, ampliou seus investimentos para produzir 55 mil t/ano daquele produto que é um dos principais insumos para a produção de pneus, manufaturados de borracha, tintas (pigmento) e aditivo anti-ultravioleta que são insumos para a fabricação de plásticos. A localização no PIC e a infraestrutura portuária são considerados pela empresa como vantagens competitivas essenciais à competição nos mercados externos e também para distribuição de seus produtos para outras regiões do Brasil como Norte e Sudeste.

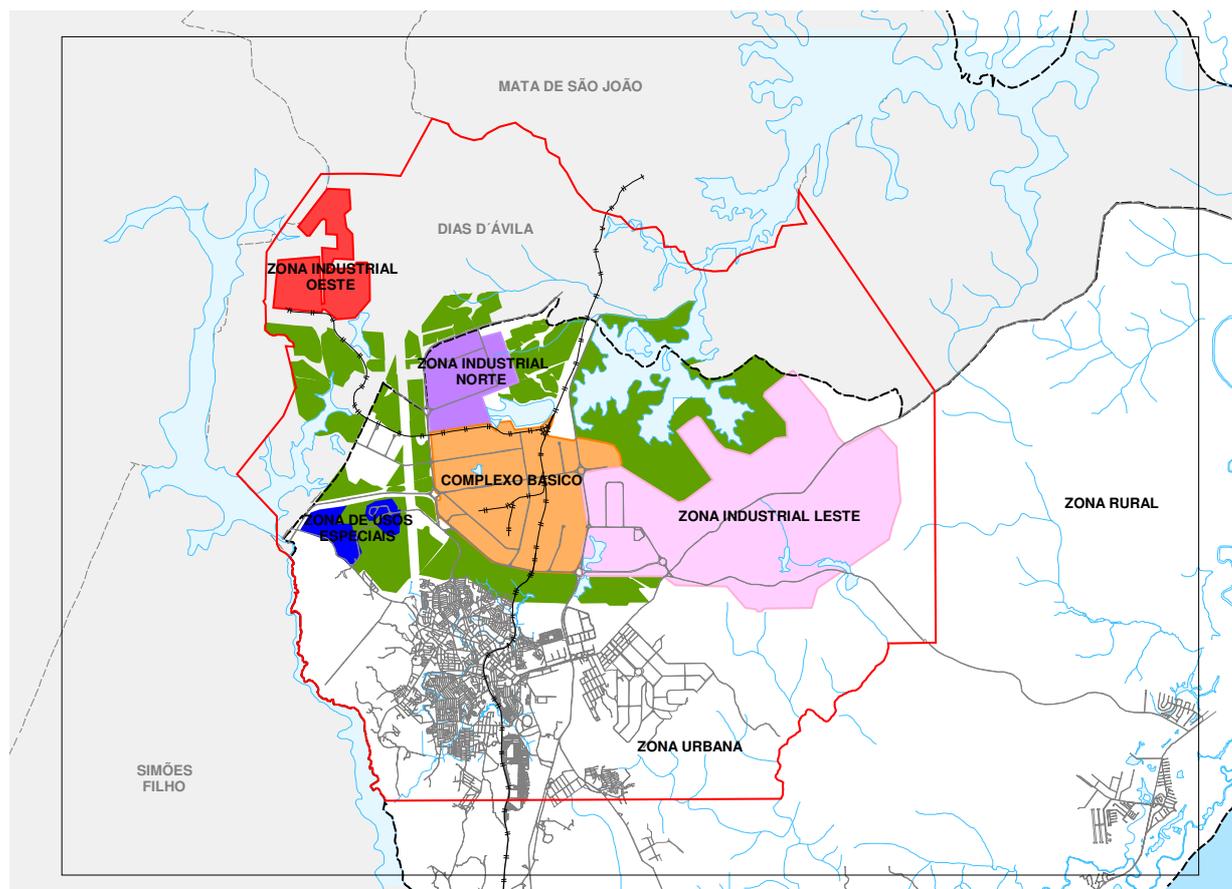
Outros segmentos foram instalados no PIC: a indústria de celulose, representada pela BahiaPulp (investimentos de US\$ 400 milhões) a qual está ampliando sua capacidade instalada para a produção de 350 mil ton/ano de celulose solúvel, a Oleoquímica (US\$ 220 milhões) com sua unidade de produção que utiliza o óleo de palmiste como insumo para produzir ácidos e álcoois graxos usados na fabricação de detergentes, cosméticos e produtos alimentícios. A Linde Gases, de capital alemão, está ultimando a instalação de sua unidade que deve produzir 300 ton/dia de oxigênio, nitrogênio e argônio.

Atualmente estão em curso negociações e avaliações para instalação de outros 190 projetos de novos empreendimentos de ampliação de alguns já existentes no PIC, o que representa um aporte de US\$ 4 bilhões nos próximos anos.

Em suma, o PCI é o conjunto formado pelo COPEC, pelo CAF, pelo Pólo Borracheiro e de outros empreendimentos localizados contiguamente àquele espaço. Conta com empresas de diversos segmentos industriais: químico, petroquímico, automotivo, papel e celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebida e serviços.

Contando com mais de 60 empresas de diferentes segmentos (química, petroquímica, automotiva, celulose, metalurgia de não ferrosos, têxtil, bebidas e serviços) caracterizados pela diversificação de suas atividades e pela produção de bens finais de alto valor agregado, o PIC consolida a tendência de diversificação, o que amplia as perspectivas de integração dos seus diversos segmentos.

Figura 4.5
POLO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI: ÁREAS INDUSTRIAIS



Fonte: COFIC 2008.

Com um faturamento anual de US\$ 14 bilhões/ano e exportações de US\$ 2,0 bilhões/ano que corresponde a 35% das exportações baianas, o PIC contribui com a arrecadação estadual de R\$ 700 milhões/ano (ICMS) e responde por 90% da arrecadação municipal de Camaçari. Sua participação é de 30% do PIB baiano com geração de 13 mil empregos diretos e 20 mil indiretos (COFIC, 2008).

O espaço ocupado pelo PIC acha-se segmentado nos diversos subespaços. Figura 4.5 O Complexo Básico (1.293 hectares) concentra a quase totalidade das empresas químicas e petroquímicas, enquanto que na Área Industrial Leste (2.614

hectares) aglomeram-se as empresas petroquímicas de segunda e de terceira gerações, além da CETREL. Na Área Industrial Norte (451 hectares) localizam-se as empresas que não dependem diretamente dos fluxos de insumos produzidas pelo Complexo Básico. Por outro lado, a Área Industrial Oeste (544 hectares) abriga a Caraíba Metais e uma unidade da CHESF.

Na Área de Usos Especiais concentram-se as atividades institucionais, científicas, de pesquisa e apoio às indústrias como o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED), o Setor de Transportes cuja área é destinada às empresas de transporte de carga (produtos) e de passageiros (transbordo de funcionários do PIC), além do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), responsável pela articulação, coordenação e o estímulo às ações coletivas a fim de atender os interesses comuns de suas 50 empresas associadas.

Os crescentes processos de diversificação e modernização de empresas presentes no PIC devem-se às crescentes inovações tecnológicas que afetam as dinâmicas espaciais e econômicas do estado da Bahia. Tais transformações inserem a RMS no contexto competitivo ao ampliar e realizar diversas fases no circuito de produção mundial articulando-se na lógica global, mediante inúmeros fluxos, intensidades e direções que aumentam as trocas que especializam aquele espaço. A crescente especialização regional constitui os circuitos espaciais da produção, isto é, as diversas etapas pelas quais passam o produto, desde o início do processo de produção até o uso efetivo do mesmo, realizado pelo consumidor final (SANTOS, 1997).

No PIC as empresas funcionam de maneira integrada, complementando suas ações em outros pontos do espaço brasileiro e do mercado internacional. Portanto, ações verticais controlam as operações de produção que ocorrem em espaços complementares segundo uma lógica do território que é estabelecida pelas empresas transnacionais. No PIC a atração de investimentos de novos segmentos industriais evidencia a existência de decisões e estratégias exógenas controladas remotamente, evidenciando as verticalidades e uma maior divisão territorial do trabalho. Ou seja, denota-se a existência de um controle local da parcela "técnica" da produção e de um controle remoto da parcela "política" da produção (PEREIRA, 2006; SANTOS, 1996).

4.4 DA GUERRA DOS LUGARES À ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO

Atualmente evidencia-se o processo acelerado do uso dos recursos públicos, socialmente territorializados, para financiar projetos privados, na esperança de que um dia tais projetos sejam capazes de produzir novos recursos para serem usados socialmente.

Ao se alienar, o território renuncia à sua autonomia e se deixa conduzir e ser direcionado por interesses escusos de agentes alheios à sua própria natureza e às lógicas internas. Ao invés de alcançar o desenvolvimento tão almejado, criam-se novos ou agudizam-se antigos problemas socioespaciais, pois nas palavras de Cataia (2001), o conceito “territórios alienados” é adequado para:

“[...]designar aqueles municípios que preparam seu chão com obras de engenharia e normas, receberam investimento empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresarias. É mais comum ainda encontrarmos empresas que dominam as políticas locais,” (CATAIA, 2001, p.221).

O território usado comporta uma dialética que se expressa por meio do espaço vivido e praticado por todos, onde ocorre o ato de produzir e de viver, e o espaço global com seu conteúdo racionalizador que opera com um conteúdo ideológico produzido remotamente que atinge os lugares com seus objetos e normas (SANTOS, 1996).

Na luta pela competitividade as empresas elegem no âmbito de um país, os espaços que lhes são mais interessantes e exigem que o Estado lhes construa equipamentos locais e regionais e aperfeiçoem seus laços materiais e informacionais modernos a fim incrementar seu desempenho competitivo.

Antes de se instalarem, as grandes empresas transnacionais acirram diferentes localidades empreendendo esforços para que os locais escolhidos lhes concedam incentivos, ou seja, os seus recursos territoriais transformando os territórios em “espaços do fazer” cujo funcionamento é comandado à distância (PEREIRA, 2006).

Daí a necessidade da adaptação política que ocorre por meio de aportes financeiros e pela adoção de normas (fiscais, trabalhistas, ambientais etc.). Tal fato caracteriza o uso preferencial do território segundo o qual os atores refuncionalizam os lugares segundo as suas necessidades. Desta forma, a entrega acelerada do território para o capital ocorre mediante projetos que, na maioria das vezes, são inteiramente estranhos e perniciosos aos interesses nacionais e locais.

Há um processo deliberado mediante o qual governos removem todos os obstáculos que restrinjam a mobilidade, a fluidez e a reprodução do capital. Diante do capital globalizado os Estados-nacionais são incapazes de controlar o território.

As políticas locais aliam-se interesseiramente aos usos dos recursos e às ações referentes aos projetos específicos promovidos por determinados atores que inovam os seus objetos preparando-os, mediante suas ações, para um novo uso. Assim, a regulação dos usos do território e de seus recursos é entregue ao privado. Conseqüentemente, o território fica marcado por próteses e rugosidades que, remanescentes do passado, revelam a espacialidade do trabalho e da técnica que caracterizam diferentes períodos históricos: o pré-técnico, o técnico, o técnico-científico, o técnico-científico-informacional.

O período técnico-científico-informacional é marcado pela predominância das novas tecnologias info-comunicacionais e de produção que multiplicam a produtividade e, fazem com que os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, se diferenciem entre si por meio de suas capacidades de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. Neste período os grandes atores econômicos refuncionalizam os lugares segundo os seus próprios interesses, necessidades e expectativas e atingem heterogeneamente o território para atender aos anseios de parcelas específicas da população. Os territórios, então, passam a ser comandados remotamente por atores econômicos externos que inserem, por meio deles, racionalidades alheias aos interesses dos lugares e da sociedade. O que muitas vezes é permitido e legitimado pelo Governo e pelas elites.

O meio técnico-científico-informacional integra o espaço da racionalidade, levando à prevalência de um tempo unificado ditado pela concorrência entre as empresas que exige obediência às regras e normas estabelecidas por poderosas firmas transnacionais e instituições financeiras supranacionais e nacionais. Estas são as detentoras de informações privilegiadas (e secretas) as quais camuflam

ideologias mal intencionadas, alienantes e legitimadoras, permitindo-lhes comandar à distância os territórios, debilitando a autonomia dos governos nacionais e locais.

As técnicas e as decisões políticas se incorporam aos territórios que se tornam depósitos de fluxos de mais-valia que transferem valor às firmas nele sediadas. Ultrapassando as estruturas de cada corporação, a produtividade e a competitividade tornam-se atributos dos territórios que passam a ser valorizados pelas empresas. Por esta razão, a guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares (SANTOS, 1996; 1999). Isso ressalta o uso do território.

O planejamento dos territórios visa torná-los funcionais aos interesses e objetivos das empresas transnacionais hegemônicas que os usam exclusivamente conforme uma racionalidade inerente às regras da ação individual que os desorganiza, pois não respeita o entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico. Nesse movimento, todas as estruturas preexistentes à instalação daqueles atores econômicos devem se adaptar às suas exigências que provocam distorções levando à ruptura da solidariedade social (SANTOS, 2000).

A guerra dos lugares expressa a venda e entrega acelerada promovida pelos atores públicos dos territórios e seus recursos que são oferecidos como mercadorias às grandes empresas, fazendo com que ações políticas criem vantagens comparativas atraentes ao capital (SANTOS, 1996). Para favorecer suas economias internas, os Governos concedem à grandes empresas benefícios fiscais e financeiros para se instalarem em seus territórios. Isso configura um conflito de interesses econômicos entre os Governos estaduais.

A crescente tendência de guerra fiscal no território brasileiro, verificada nos últimos anos, é um fator que interfere no processo decisório das empresas para a localização de suas unidades produtivas. Trata-se de uma tentativa de resistência passiva e isolada dos Governos estaduais e municipais aos novos fatores determinantes da localização e deslocalização industrial. Dotados de maior mobilidade locacional, os capitais não estão presos ao lugar, o que garante a redução do capital fixo, por meio de novas tecnologias de informação e comunicação e pela terceirização de atividades anteriormente internalizadas. Ao se modernizarem, as empresas possuem menores custos de saída para abandonarem regiões e cidades tão logo surjam deseconomias externas ou de aglomeração tais como: atuação sindical, engarrafamentos, etc. (ALMEIDA; CARVALHO; AZEVEDO, 2004).

Segundo a burguesia empresarial, a extinção da guerra fiscal sem mecanismos compensatórios prejudicará principalmente os estados nordestinos. O discurso que apregoa a geração de empregos e o aumento da arrecadação tributária reiteradamente justifica as concessões oferecidas às empresas transnacionais territorializadas camuflando uma realidade marcada por conseqüências perniciosas.

A especialização produtiva e a arrecadação tributária precária aprofundam desigualdades historicamente constituídas na região evidenciando o uso seletivo e excludente do território, pois os postos de trabalho com menor remuneração destinam-se aos trabalhadores locais que, devido à falta de oportunidades possuem menor qualificação profissional. Por outro lado, os produtos destinados à exportação são isentos de tributação estadual (ICMS), resultando em pequena arrecadação. Em segundo lugar, incrementa-se a concorrência predatória entre os estados e municípios, acirrando a crise financeira neles instalada. Ao substituir a eficiência econômica na localização industrial, o artificialismo tributário reduz o custo privado da produção e incrementa o custo social que reduz a qualidade e/ou a quantidade de serviços públicos.

A transferência de atividades exclusivamente complementares para as áreas periféricas do território brasileiro engendrou uma “economia de enclave” cujo vigor se esgotaria com a agudização da crise econômica brasileira iniciada nos anos 1980, resultando no fechamento de diversas unidades de produção focadas na produção de produtos intermediários que eram exportados para o Centro-Sul (BRITO, 2008).

Alterações nas estruturas intra-urbanas, nas lógicas de organização das redes de cidades e nas lógicas de agregação regional observadas desde os anos de 1970 decorrem da emergência de estratégias inovadoras da maneira pela qual o capital usa o território. Atualmente o controle (político, econômico) de todo o território pelo capital não é mais necessário, pois o uso instrumental de aspectos e parcelas do território é suficiente para otimizar a sua acumulação. Essa é mais uma estratégia para a dominação dos territórios que emerge de uma perspectiva neoliberal e que influencia o ordenamento territorial (OLIVEIRA, 2008).

Outra alteração sócio-espacial importante foi a dinamização da orla marítima que tende a se tornar um “espaço global” devido aos investimentos estrangeiros aplicados em empreendimentos turísticos;

Quadro 4.3
NOVOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NA ORLA DE CAMAÇARI

Empreendimentos	Local	Empreendedor	Lotes m ²	R\$/m ²	Atrativo
Quinta das Lagoas	Guarajuba	Anteal (português)	1.000 a 2.000	100	Estrada do Coco, próximo à praia.
Paraíso dos Lagos	Guarajuba	.	250	60	
Genipabu Summer Place	Guarajuba	CST Expansão Urbana	425	45	condomínio fechado, infraestrutura completa.
Vilas Jacuípe 2	Barra do Jacuípe	Plena/Lebram	600	75.	às margens do Rio Jacuípe, infraestrutura completa, portaria c/ acesso controlado, ruas asfaltadas, água, luz, paisagismo, dois clubes sociais, porto com píer.
Aquaville	Arembepe	Plena /Lebram	250	50	às margens do Rio Capivara infraestrutura completa, portaria com acesso controlado, ruas asfaltadas, água, luz, paisagismo, dois clubes sociais, rio com píer.
Villas da Praia	Itacimirim	Plena		1.700	Frente para a Praia da Espera apartamentos de 2 ou 3 suítes, condomínio fechado; infraestrutura completa, com piscina, quadra de tênis, espaço <i>fitness</i> , espaço <i>gourmet</i> , serviços de governança, lavanderia.

Fonte: Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Há uma forte relação ente a área industrial e a área litorânea, pois os investimentos industriais dinamizaram a parte litorânea evidenciada pela chegada de novos empreendimentos imobiliários mantidos pelo capital estrangeiro, conforme Quadro 4.3. Em consonância com o Governo estadual, o município de Camaçari apresenta-se com uma estratégia que procura combinar o crescimento econômico baseado na atividade industrial e no turismo desenvolvido no seu litoral. Assim, localidades de Barra de Pojuca, Jauá, Abrantes, Guarajuba e Arembepe são espaços interessantes ao capital que ali se reproduz por meio de diversos empreendimentos imobiliários direcionados para residências secundárias e empreendimentos hoteleiros voltados para o turismo de lazer e de negócios.

Na sua orla marítima surgem diversos empreendimentos turísticos e residenciais com investimentos estrangeiros. Em Guarajuba, destacam-se a rede hoteleira Sol Meliá que está investindo R\$ 728 milhões na construção de seis hotéis

e de um condomínio residencial e do *resort* Vila Galé Marés de capital português. Em Arembepe, evidencia-se o condomínio Saint Sebastian (norueguês) e em Vila de Abrantes os condomínios Alphaville I e II.

A dinamização econômica do território de Camaçari deveu-se às atividades desenvolvidas no PIC, o posicionamento estratégico do município em relação à capital e ao porto de Aratu, a proximidade do Aeroporto Internacional de Salvador e ao acesso rápido propiciado pela Linha Verde. Tais atrativos locais são interessantes aos investimentos para empreendimentos que visam atender um crescente fluxo turístico de lazer e de negócios com elevado poder aquisitivo.

4.5 FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

No processo civilizatório capitalista a fragmentação territorial interna ao sistema é uma característica e também uma necessidade vital para reprodução do mesmo, pois a organização territorial é moldada crescentemente pela mobilidade, pelos fluxos e pelas redes (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

A continuidade ou a descontinuidade do território refere-se ao seu maior ou menor grau de fragmentação. Os territórios globais fragmentam-se e rearticulam-se por intermédio das redes sociais e técnicas, necessárias à reprodução social, que vinculam os seus diversos segmentos potencializando o poder que é proporcional à conectividade de cada fragmento do espaço (HAESBAERT, 1998).

A fragmentação do espaço urbano é um processo seletivo e excludente ocasionado por ações que são desenvolvidas por um conjunto de diferentes atores (promotores imobiliários, poder público, grandes empresas) em favor do interesse do capital (SILVA, 2001).

A partir da década de 1970 os avanços tecnológicos dos meios de transporte, a evolução acelerada dos meios de comunicação e o processo de internacionalização do capital foram os fatores que aceleraram a fragmentação social que se expressa na fragmentação urbana (SALGUEIRO, 1998).

A fragmentação do espaço urbano é uma forma de reduzir o convívio entre as diferenças sociais originadas pelo padrão de rendimento. A própria extensão das áreas metropolitanas contribui decisivamente para a formação de enclaves, que é a

total ausência de relações com as áreas urbanas circundantes. Condomínios residenciais, empresariais ou industriais, a demarcação de uma determinada área industrial, empreendimentos hoteleiros são exemplos de enclaves.

No capitalismo neoliberal, cabe ao poder público preparar, adaptar e adequar o território aos interesses das empresas transnacionais cujas políticas estão egoisticamente voltadas para a sua inserção no mercado mundial e não se interessam pelo território.

As rivalidades entre as unidades federativas são potencializadas para que as empresas se beneficiem com as isenções fiscais, empréstimos subsidiados e outros benefícios oferecidos pelo Governo. Tal fato fortalece o caráter corporativo das cidades, o que se reflete no processo de deslocamento de gastos das áreas sociais de serviços urbanos para a subvenção de empresas hegemônicas.

O desenvolvimento local recorre crescentemente às variáveis exógenas como a estrutura e a força das cadeias produtivas mundializadas para explicar o “desmonte” das redes de cooperação local entre os atores no âmbito de um território.

No período de apenas seis anos, quatro municípios foram criados na RMS a partir da fragmentação de outros. Candeias (1956), Simões Filho (1961), Lauro de Freitas e Vera Cruz (1962). Este período coincide com o início do processo de industrialização baiana situado temporalmente entre a implantação da RLAM e o Complexo Industrial de Aratu. Tal fato sugere que a industrialização é um componente que acelera o processo de fragmentação.

Outro exemplo que corrobora a hipótese é a separação dos núcleos urbanos de Camaçari e Dias d'Ávila ocasionada pela implantação do COPEC. O Plano Diretor (1974) classificava a separação como um dos fatores condicionantes e uma questão complexa uma vez que o enclave estabeleceu uma “separação física” entre os mesmos, “dificultando-lhes a germinação”. Tal fato teve como consequência o movimento emancipatório iniciado em 1982 e que culminou com o desmembramento, a partir de Camaçari, que resultaria na criação do município de Dias d'Ávila em 1985.

O PIC com a guerra fiscal materializa um novo surto de crescimento espasmódico que se difunde para outros espaços como a sua orla litorânea. Isso acaba criando diversos enclaves formados pelos empreendimentos estrangeiros,

notadamente europeus, atraídos pelas benesses oferecidas pela guerra fiscal e voltados para o segmento de turismo de lazer e negócios.

O artigo 6 da Resolução 2.974/02 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA) que garante o livre acesso de todas as pessoas às praias e proíbe qualquer tipo construção particular, inclusive muros, em faixa de, no mínimo, 60 metros contados a partir da linha de preamar máxima simplesmente é ignorada, com a aquiescência do poder público, por tais enclaves. Os mesmos demarcam suas “fronteiras” com grandes muros, invadindo praias, destruindo o atrativo paisagístico e visual, cortando o acesso à praia. Exemplo disso, o Saint Sebastian, um empreendimento de capital norueguês, cuja obra (9 mil m²) adentra 30 metros na área de praia. Tal exemplo é seguido por outros condomínios de luxo e *resorts* como o Vila Galés, de capital português, bem como outros condomínios de luxo.

Nos distritos de Abrantes e Monte Gordo, a faixa litorânea diferencia-se do resto do território de Camaçari configurando-se em espaço diferenciado e globalizado devido às suas fortes articulações mediadas por redes técnicas e financeiras, com outros países notadamente, os europeus. Tal fato acirra os recentes movimentos sociais que reivindicam o desmembramento e a emancipação do distrito de Abrantes, onde existe uma grande concentração de novos empreendimentos imobiliários orientados para o turismo e para residência secundária fundados em uma lógica que é comandada exogenamente. Some-se a isso, o fato de que o referido distrito localizar-se contiguamente ao município de Lauro de Freitas.

A implantação o COPEC e da Caraíba Metais foi um dos fatores que serviram para a apartação deliberada e definitiva dos núcleos urbanos de Camaçari e Dias d’Ávila, impedindo um possível processo de “geminção” dos mesmos. Tal fato contribuiu seguramente para que em 1982 se iniciasse o movimento emancipatório que acabou resultando na separação entre os dois municípios.

O PIC constitui um enclave uma vez que sua poligonal funciona como uma fronteira que define a entrada e saída de recursos e os processos decisórios. Tal tendência é agravada pela atualização, em 2006, da Poligonal que ampliou a área do PIC. Atualmente, fala-se de uma nova ampliação da referida poligonal que deve abranger a quase totalidade do território municipal.

Entretanto, as atividades econômicas encontram-se totalmente desvinculadas do cotidiano das pessoas, como evidenciado pela pesquisa de campo na sede do

município de Dias d'Ávila. Considerada maior empresa e a sustentadora da economia do município, a Caraíba Metais é desconhecida pelos munícipes entrevistados que demonstraram um total desconhecimento sobre a mesma: não sabem o que produz, nem onde se localiza. Ou seja, é o caso de um completo alheamento do empreendimento em relação ao cotidiano dos residentes no território. Não seria esse um indício de alienação do território (CATAIA, 2003)?

Assim as alterações socioespaciais ocorridas nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila nas últimas quatro décadas podem ser divididas em dois períodos, como se vê no Quadro 4.4.

O primeiro se estende de 1972 a 1995 foi marcado pelo fordismo periférico, pelo centralismo e pelo federalismo regional onde prevaleceram políticas desenvolvimentistas e compensatórias cujo objetivo era reduzir as desigualdades regionais mediante a implantação de atividades produtivas em áreas mais carentes. Para isso lançou-se mão dos incentivos fiscais e dos conceitos de pólos (desenvolvimento e crescimento) e de região. Os órgãos fomentadores de tal política foram a SUDENE e o BNB fundamentados nas teorias locacionais que enfatizavam as vantagens comparativas. Como consequência a implantação de uma estrutura produtiva que substituiu a agro-exportadora por uma indústria petroquímica fundamentada na elaboração de produtos intermediários.

A segunda fase, ora em curso, iniciou-se no final da década de 1990 já sob o contexto do modelo de acumulação flexível, no período dominado pelo capitalismo de corte neoliberal com a prevalência da “democracia de mercado” e da “guerra fiscal” desencadeada entre unidades federativas e municípios. É o período marcado pela refuncionalização do Estado-nação crescentemente subserviente aos desígnios e estratégias empresariais fundamentadas em vantagens competitivas e construídas. O território figura como categoria mais importante para o entendimento da realidade, pois o poder público procede a uma acelerada e sistemática entrega do território ao privado, o que acirra as distorções socioespaciais. É o período marcado pelas privatizações, pela implantação do Pólo Industrial de Camaçari e pela crescente diferenciação presente no espaço litorâneo que, assim como a zona industrial, tende a formar enclaves crescentemente conectados e articulados com redes que operam na escala global.

**PRINCIPAIS ALTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS DECORRENTES DA
INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAMAÇARI E DIAS D'ÁVILA.**

Período	1972 até 1995	1995 / 2008
Modelo de acumulação	Fordismo periférico	Acumulação flexível
Modelo político	Federalismo Regional	Democracia/neoliberalismo
Modelo de planejamento.	Desenvolvimentista. Políticas compensatórias orientadas à substituição de exportações, integração nacional e redução das desigualdades regionais	Ausência de política industrial. Decisões políticas baseadas na democracia do mercado e "guerra fiscal".
Conceitos	Pólos, região	Território
Estrutura produtiva	Produtos intermediários: petroquímicos e não ferrosos	Indústria diversificada: bens finais, maior valor agregado. Empreendimentos imobiliários: turismo e residências secundárias.
Tipo de produto	Bens intermediários	Bens de consumo final e serviços
Vantagens	Comparativas	Competitivas e construídas
Órgãos estatais de Planejamento	SUDENE	SEPLAN
Atratividade das empresas	Incentivos fiscais.	Benefícios da guerra fiscal.
Objetivo	Integração nacional. Correção das desigualdades.	Entrega do território. Competitividade territorial.
Recursos Humanos	Operariado	Classe média
Papel do Estado	Provedor	Estado Limpador
Fragmentação do território	Separação dos centros urbanos a partir da Poligonal.	Emancipação de Dias d'Ávila. Atualização da Poligonal. Enclaves nas zonas industriais. Enclaves nas áreas litorâneas: grandes condomínios e <i>resorts</i> . Movimento separatista em Abrantes.
Marcos importantes	Implantação: COPEC e Caraíbas Metais.	Privatizações e implantação do CAF; Pólo Borracheiro e PIC.

Fonte: Elaboração: Maria da Conceição Borges Andrade.

Com base no exposto anteriormente, passemos para as considerações finais desta investigação que procura sintetizar as discussões e questionamentos aqui levantados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a investigação sugere que o processo de industrialização baiana resultou de políticas governamentais direcionadas à "desconcentração regional" que

engendraram surtos exógenos de investimentos como a Refinaria Landulfo Alves, o Centro Industrial de Aratu, o Complexo Petroquímico de Camaçari, o Complexo Automotivo da Ford. Entretanto, como ressaltam Teixeira e Guerra (2000), tais investimentos por serem dependentes de capitais externos associados a um forte componente estatal não foram capazes de gerar capacidade empresarial local que pudesse aproveitar as oportunidades decorrentes da implantação das empresas na região.

As principais implicações sócio-espaciais ocorreram na área objeto durante a segunda fase do período técnico-científico-informacional que no território nacional caracteriza-se por uma nova divisão do trabalho a partir da necessidade de se transformar minérios e produzir derivados de petróleo e concomitantemente substituir este recurso em alguns setores da circulação. Trata-se de um período, como apontam Santos e Silveira (2001), marcado pela modernização das redes de transporte e pela densificação das redes info-comunicacionais permitindo maior fluidez potencial do território que é representada pelas suas infra-estruturas. Um período marcado pelo “subdesenvolvimento industrializado”.

A forte concentração temporal e espacial de grandes blocos de investimentos ocasionou o crescimento do desemprego na região devido ao afluxo de migrantes procedentes do interior baiano e de outros estados e ao fato de serem atividades industriais de capital intensivo que, a despeito de gerarem renda, não geram emprego. A abertura do mercado nacional expôs as deficiências competitivas da indústria local provocando o fechamento de diversas fábricas e a redução do mercado de exportação, o que reduziu a produção e aumentou o desemprego.

Atualmente ocorre o aproveitamento das oportunidades de encadeamento dos capitais externos segundo o condomínio industrial, uma lógica estratégica desenvolvida e aplicada pelas grandes montadoras que cria sérios obstáculos à participação das empresas locais ou mesmo nacionais na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

As deficiências competitivas das empresas locais devem-se aos exíguos investimentos em atividades de aprendizagem e inovação tecnológica e gerencial, resultantes do conservadorismo e aversão ao risco que caracterizam o empresariado brasileiro (ANDRADE, 2006). Tal fato gera carência de pessoal capacitado e de criatividade, o que impede a geração de um processo virtuoso de aprendizagem e desenvolvimento.

As mudanças socioespaciais materializadas nos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila possuem dinâmicas que decorrem de vários processos simultâneos. Primeiramente, a reestruturação produtiva deve-se à atração de investimentos externos direcionados à atividade industrial e a empreendimentos turísticos e imobiliários, ocasionando a diversificação da produção. Em segundo lugar, as empresas transnacionais se aproveitam da guerra fiscal para se instalarem nos territórios com intuito de otimizar o capital e extrair deles o máximo possível de mais-valia. A redução dos custos fixos e das barreiras à saída confere maior mobilidade às empresas que se transformam em “próteses” facilmente removíveis e transferíveis a qualquer momento e para quaisquer lugares, desde que sejam mais interessantes ao capital.

O processo de desenvolvimento econômico de Camaçari e Dias d'Ávila é marcado por surtos “espasmódicos” originados pela concentração temporal e territorial de investimentos que ocasionam maior vulnerabilidade e instabilidade nos processos ali operantes. Demarcam-se dois períodos distintos. A primeira fase (1972-1995) fundamentou-se no contexto de um modelo de planejamento desenvolvimentista voltado para a substituição de importações e nos conceitos “pólo de desenvolvimento” e “região”. Em plena ditadura militar, esta fase caracterizou-se pela centralização, pelo uso de incentivos fiscais, pela acumulação fordista e pela industrialização direcionada para a produção de bens intermediários.

Iniciada na segunda metade da década de 1990, a fase ora em curso é motivo de euforia por parte dos atores locais sendo caracterizada pelo modelo neoliberal e acumulação flexível, pela forte atuação das empresas beneficiadas pela guerra fiscal. As principais alterações ocorridas na área referem-se a reestruturação de seu parque industrial agora voltado para bens de consumo final com maior valor agregado e por investimentos referentes às atividades de turismo e empreendimentos imobiliários concentrados na faixa litorânea. Em tal contexto, o “território usado” se firma como categoria que permite o desvelamento das lógicas decorrentes da reestruturação produtiva propalada pelos atores econômicos e políticos.

Ao contrário do que se apregoa, no neoliberalismo cresce o poder do estado-nação ao ser cooptado, refuncionalizou-se, pois são os atores governamentais que devem preparar o território para que o mesmo seja usado de maneira ótima pelo capital. Assim a política dos estados-nacionais passa a ser comandada pela política

das grandes empresas transnacionais. Assim os governos promovem a entrega acelerada dos territórios ao privado removendo todas as barreiras que impeçam o fluxo do capital. Ao usar o território os atores hegemônicos legitimam suas ações por meio do poder público.

A especialização flexível é um indício de que o capitalismo constantemente se reinventa e se mantém graças aos apelos da mídia, ao planejamento territorial e à invenção de escassezes que justificam o uso do território que se torna uma mercadoria dotada de valor de troca.

Os atores hegemônicos desenvolvem estratégias que, comandadas presididas pela competitividade e pela superacumulação do capital, visam usar e controlar os territórios. Para isso as grandes empresas transnacionais articulam-se por meio de redes técnicas e de poder que obedecem às lógicas ditadas pelo modelo da especialização flexível no qual os acontecimentos hierárquicos verticalizam as ações nos lugares: o comando da parcela “política” da produção é remoto, enquanto que o controle “técnico” do trabalho é local.

Ao centralizar as ações selecionando as parcelas do território mais interessantes ao capital, os acontecimentos hierárquicos excluem ou marginalizam os subespaços não adaptáveis, além de privilegiarem as ações hegemônicas que, sob a égide da competitividade, conformam o território aos interesses impostos pela democracia de mercado.

Nos circuitos da produção das grandes empresas, os territórios são apenas recursos usados conforme estratégias competitivas. A desigualdade no uso do território depende dos interesses externos.

Os territórios tornam-se subespaços funcionalmente articulados às ações produtivas das empresas transnacionais que lhes impõem comandos exógenos e remotos emitidos pelos atores hegemônicos no intuito de promover a superacumulação do capital mediante a super-exploração dos recursos territoriais.

As crescentes pressões sobre o território influenciam a vida econômica fazendo com que os atores políticos sacrifiquem os recursos coletivos para criar infraestruturas voltadas para as empresas ali territorializadas.

Camaçari e Dias d’Ávila são municípios que, como muitos outros, tem procurado adaptar os seus respectivos territórios ao contexto competitivo assumindo que as técnicas neles implantadas incrementam a divisão do trabalho por meio de objetos técnicos relacionados à produção. Com isso, procuram incrementar a

eficiência e a fluidez em determinados pontos com diferentes temporalidades. Assim os efeitos da modernização se contrapõem aos da tradição.

Aparentemente isoladas, mas fazendo parte de um conjunto mais amplo, as formas-conteúdo alienígenas quando introduzidas em países subdesenvolvidos modificam os territórios alterando toda a estrutura sócio-econômica.

Na cidade de Camaçari, por exemplo, formas modernas introduzidas em decorrência do advento dos novos investimentos alteram a dinâmica e as estruturas socioespaciais. A Cidade do Saber, a praça central requalificada e o Novo Mercado são equipamentos que convivem com formas atrasadas e tradicionais como carroças, vendedores ambulantes, esgotos a céu aberto etc. O mesmo acontece com o espaço industrial onde as tecnologias *high tech* materializadas no Pólo Industrial de Camaçari, convivem com olarias, que fabricam telhas com processo essencialmente artesanal. Na área litorânea, os *resorts* e os condomínios de alto luxo contrapõem-se às formas tradicionais de construção constituídas pelas moradias dos “nativos” da região bem como os de vendedores ambulantes nas praias e ao longo da Linha Verde. Por outro lado, Dias d’Ávila é marcado por contrastes cuja existência é velada pela menor intensidade dos mesmos.

A reestruturação produtiva exprime um fato: para preservar seus territórios e seus recursos, os países desenvolvidos transferem suas atividades indesejáveis e seus problemas para os países subdesenvolvidos que elaboram programas sociais propalados pela mídia e implantados no imaginário das pessoas levando-as a acreditar no discurso do progresso, da modernização e da geração de emprego.

A mais espúria das formas de fragmentação identificada na área é aquela que decorre do acelerado crescimento populacional sem que haja uma infraestrutura capaz de atender tal demanda, provocando o surgimento de novas invasões na periferia do espaço urbano, o que evidencia a principal dinâmica territorial.

A criação e atualização, por parte do poder público, de marcos regulatórios para legitimar a ocupação e o uso do território, as “invasões de colarinho branco”, construídas pelos atores hegemônicos, ou seja, pelas grandes empresas transnacionais e elites.

Entretanto, a legislação é aplicada, dura e implacavelmente, àqueles que usam o território para sobreviver às iniquidades impostas pelo processo civilizatório capitalista. Com isso punem-se e desalojam-se os “de baixo” despojando-os de seus territórios que são entregues aos “de cima” que os usam como mercadoria. Àqueles

resta como alternativa criarem suas moradias nos arredores menos valorizados da Cidade ou do Campo até que sejam acusados pelo poder público de serem “criminosos ambientais” por terem invadido as “áreas protegidas”. Resta perguntar: “protegidas por quem?”, “protegidas para quem?”. São então expulsos com a presença da polícia e pelo uso da força, da violência e da coação.

Na realidade, o planejamento territorial tem, nas palavras de Milton Santos (2003), um único objetivo: aumentar a riqueza de alguns à custa da pobreza e miséria de muitos. Tal é a essência do processo civilizatório capitalista, uma vez que sua sobrevivência se dá graças à sua constante reinvenção e na sua incessante busca pela extração crescente da mais-valia, dos lucros. Isso implica em uma exploração e uma expropriação que são marcadas pela selvageria e perversidade, além da necessidade de se criar novas formas-conteúdo que, repletas de segundas intenções, são usadas para camuflar e escamotear uma totalidade iníqua e espúria, uma “totalidade do Diabo”.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, I. **História dos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BAHIA. **Lei Complementar Estadual nº 30, 30/01/2008**. In: Diário Oficial da Bahia edição 03/01/2008. Disponível:

<http://flip.egba.ba.gov.br/reader/default.asp?ed=117&ca=2&num=8>. Acesso: 18/09/2008.

ANDRADE, R.S.; ANDRADE, M.C.B. Competitividade territorial: a relevância das redes de inovação e conhecimento e das tecnologias de informação e comunicação. In: Silva, M. A., Toledo Junior, R. (orgs.). **Encontro com o Pensamento de Milton Santos: A interdisciplinaridade de sua obra**, p. 157-160. Salvador: EDUFBA, 2006.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **A Indústria Calçadista na Bahia**. Salvador, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2000, p. 27-28.

BAHIA. Secretaria de Minas e Energia. **Complexo Petroquímico de Camaçari: Plano Diretor**, São Paulo: Abril, 1974.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. **PDTIS, Plano de Desenvolvimento Intregado do Turismo Sustentável: Salvador e entorno**. Salvador: Suinvest/Bahiatursa, 2004.

BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona: Paidós, 2001.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERNARDES, A. *et al.* **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 12., Florianópolis, jun. 2000.

BRANDÃO, M.A. Os vários recôncavos e seus riscos. In: **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras** vol. 1, nº 1, 2007. Disponível: <http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/pdf/brandao.pdf> Acesso: 27/09/2008.

BRASIL. **Constituição Federal – 1988**. Salvador: EGB, 1988.

BRITO, C.C.T. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. 2004.

_____. **Grande corporação e estruturação da região industrial e urbana nos arredores de Salvador-BA**. Geotextos (UFBA), v. 3, p. 89-116, 2007.

_____ Indústria de calçados na Bahia e suas implicações na organização do espaço regional. In: **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos**. São Paulo: AGB, 2008.

BUENO, E. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

CAPUTO, A.C. **Desenvolvimento econômico brasileiro e o investimento direto estrangeiro: uma análise da instrução 113 da SUMOC - 1955/1963**. Disponível: http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2054. Acesso: 28/09/2008.

CASTRO, I.E. **Geografia e política: territórios, escalas de ações e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, I.M.M.; ALMEIDA, P.A.; AZEVEDO, J.S.G. Reestruturação produtiva e estrutura social metropolitana em Salvador. In: RIBEIRO, A. T. (org.) **El rostro urbano de América Latina**. P. 161-189. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2004.

CATAIA, M. A alienação do território. In: Souza, M. A. (org). **Território Brasileiro: usos e abusos**. pp. 397-407. Campinas: Edições Territorial, 2003.

CERVO, A.L., BUENO, C. **A política externa brasileira: 1822-1985**. São Paulo: Ática, 1986.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI. **Pólo Industrial de Camaçari**. Disponível em: <http://www.coficpolo.com.br/>. Acesso: 30/06/2008.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DA BAHIA. **Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador: CONDER, 2006. Disponível em: <http://www.informs.conder.ba.gov.br/> Acesso: 28/04/2008.

COHN, A. Crise regional e planejamento. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

CORRÊA, R.L. **A Região e a Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

EGLER, C.; MATTOS, M. Federalismo e Gestão do território: as regiões integradas do desenvolvimento. In: **Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE**. p. 426-433. Florianópolis: ANPEGE, 2003.

FAJNZILBER, F. *Sobre la impostergable transformación productiva de América Latina*. In: **Revista Pensamiento Iberoamericano**, nº 16, Madrid, jul./dez. 1989.

FONSECA, T.M.L. Dissertação de Mestrado:—Brasília, 2003. Disponível: http://www.seia.ba.gov.br/cra_seia/ARQUIVOS_UPLOAD/PUBLICACOES_AMBIEN_TAIS/NEAMA. Acesso: 07/09/2008.

FOULCAULT, M. **História da sexualidade Vol. 1. A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GARRIDO, I.M.D. A. **Modelos multiorganizacionais: cadeias, clusters e redes**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002.

GOMES OREA, D. **Ordenacion Territorial**. Madrid: Ediciones Mundi- Prensa/Editorial agrícola Española, 2002.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. . O território em tempos de globalização. etc, espaço tempo e crítica, v. 1, p. 39-52, 2007.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **CIDADES @**. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso: 28/04/2008.

_____. **SIDRA**. Disponível: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso: 28/04/2008.

JOLIVET, R. Curso de filosofia. Rio de Janeiro: Agir, 1982.

JUNCAL, B.M. “Dinâmicas metropolitanas, reestruturação produtiva e territórios”: contribuição à CC. In: Anais do XV ENG. São Paulo: AGB, 2008.

KRAUSZ, R. R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

LIPPIETZ, A. **Miragens e Milagres**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOURENÇO, R. A política de atração de investimentos industriais na Bahia na década de 90. In: Bahia Invest, vol. 1 nº. 1, dezembro 2002, p.58-62. SEPLAN, 2003.

MARTINS, I.G. Prefácio. In: MARTINS, I. G. S., ELALI, A., PEIXOTO, M.M. (coords). **Incentivos fiscais: questões pontuais nas esferas federal, estadual e municipal**. MP, 2006.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Ed. Abril, 1975.

MOREIRA, R. **O que é Geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, A. **O Pólo Petroquímico de Camaçari: industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional**. Salvador: P555 Edições, 2006 .

OLIVEIRA, F.J.G. “Dinâmicas metropolitanas, reestruturação produtiva e territórios”: contribuição à Comunicação Coordenada. In: **Anais do XV ENG**. São Paulo: AGB, 2008.

PEQUENAS EMPRESAS & GRANDES NEGÓCIOS. As 25 melhores cidades para você empreender. In: **Revista PEGN**, Ed. 235 ago/ 2008. Rio de Janeiro: Globo, 2008

PEREIRA, M.F.V. O território sob o Efeito Modernizador: a face perversa do desenvolvimento. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, nº 13, Set. São Paulo: Interações, 2006.

PINHO, S.A. “Principais tendências da migração baiana (1995-2000). Origem e destino dos imigrantes dos municípios. In: **Panorama da imigração dos municípios**

baianos em 1995-2000, pp 19-64. Salvador: Superintendência de Estudos econômicos e sociais da Bahia/SEI, 2007.

PROCHNIK, V. **Flexibilidade espúria: modernização técnica com desigualdade social na indústria brasileira de calçados**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI; UFRJ/FEA, 1991.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, 2003. Disponível: <http://www.pnud.org.br/atlas/dl/unico/AtlasIDH2000.exe>. Acesso: 28/04/2008.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano** - Municipal, 1991 e 2000. Disponível: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm). Acesso: 12/11/2008.

_____. **Ranking do IDH dos Estados em 2005**. Disponível: http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3039&lay=pde. Acesso: 18/09/2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. RATZEL. F. O povo e seu território. In: MORAES, A. C. R. (org) **Ratzel**, p. 73 a 82. São Paulo: Ática, 1990.

SALGUEIRO, T.B. Cidade Pós-Moderna: espaço fragmentado. In: **Território**, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 4, p.39-54, jan-jun 1998.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O retorno do território**. SANTOS, M; SOUZA, M. A.de; SILVEIRA, M. L. (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-19.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____ **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____ **Economia espacial: críticas e alternativas.** São Paulo : Hucitec, 2003.

_____ **Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2005.

_____ A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. In: **GeoTextos**, vol. I, nº 1, pp 139-151, dezembro 2005.

_____ **Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec. 1996.

_____ ; SILVEIRA, M.L. **O BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEIXAS, K. Caso Cascalheira: moradores cobram tratamento médico. In: **A Tarde On Line** 27/05/2008. Disponível:

<http://www.atarde.com.br/mundo/noticia.jsf?id=890493>. Acesso: 06/09/2008.

SILVA, W.R. Fragmentação do espaço urbano de Londrina. In: **Geografia**, v. 10, nº 1, (p. 5-14). Londrina: Universidade Estadual de Londrina. jan-junho, 2001. Disponível: <http://www2.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>. Acesso em 29/09/2008.

SILVA, S.C.B.M. **Teorias de Localização e de Desenvolvimento Regional.** Geografia, vol. 1, nº 2, pp 1-24. Rio Claro: Outubro, 1976. SILVA, L. E. O lugar da geografia. In: **Discutindo Geografia.** Ano 4, nº 21 p.10-11. São Paulo: Escala Educacional.

SILVA, S.C.B.M.; SILVA, B.N.; COELHO, A.S. **Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos Estados Brasileiros.** João Pessoa: Editora Grafset, 2008.

SILVA, S.B. M.; LEÃO, S.O.; SILVA, B.N. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SORRE, M.. *L'homme sur la Terre*. Paris: Hachette, 1961.

SOUZA, J.G. **Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico x desenvolvimento social**. Dissertação. Salvador: UNIFACS. Mestrado em Análise Regional, 2006.

SOUZA, M.J.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e Desenvolvimento. In: Castro, Correa, Gomes (orgs.) **Conceito e temas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____ **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Ática, 1996.

SPINOLA, N.D. **Análise da política de localização industrial no desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: Unifacs, 2003.

TAVARES, H.M. Complexos de Alta Tecnologia e reestruturação do espaço pp.270-284. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A, SCARLATO, F. C. e ARROYO, M. **Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994.

TEIXEIRA, F., GUERRA, O. 50 Anos da Industrialização Bahiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In: **Bahia: Análise & Dados**, v.10, n.1, p.87-98. Salvador: SEI, julho, 2000.

TOLEDO JUNIOR, R. Verticalidades, horizontalidades e o período popular da história. In: TOLEDO JUNIOR, R.; SILVA, M.A.; DIAS, C.C.S (Orgs.). **Encontro com o Pensamento de Milton Santos: O lugar fundamentando o período popular da história**. , v. 01, p. 63-70, v. 01, p. 63-70. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2005.

VEIGA, J. E. Territórios para um desenvolvimento sustentável. In: *Ciencia e Cultura*, vol.58, no. 1, pp. 20-24 São Paulo: janeiro-março, 2006. Disponível: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a12v58n1.pdf> Acesso: 25/10/2008.

